



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**Departamento de Letras e Artes**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL**

***GUARDADOS DA MEMÓRIA: MATAS DO SERTÃO DE BAIXO,  
LONGOS SERÕES DO CAMPO E FIDALGOS E VAQUEIROS***

**Carla de Quadros Araújo**

**Feira de Santana – BA  
2008**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**Departamento de Letras e Artes**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL**



***GUARDADOS DA MEMÓRIA: MATAS DO SERTÃO DE BAIXO,  
LONGOS SERÕES DO CAMPO E FIDALGOS E VAQUEIROS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS, tendo como Orientador o Professor Doutor Jorge de Souza Araujo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Literatura.

**Feira de Santana – BA**

2008

---

A663 Araújo, Carla de Quadros.  
Guardados da Memória: matas do sertão de baixo, longos serões do campo e fidalgos e vaqueiros/ Carla de Quadros Araújo - 2008.  
166 f.: il

Orientador: Prof. Dr. Jorge de Souza Araújo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de pós-graduação em literatura e diversidade cultural, 2008.

1. Literatura Brasileira - História. 2. Memorialismo. 3. Recôncavo Baiano I. Araújo, Jorge de Souza. II. Universidade Estadual de Feira de Santana, programa de pós-graduação em literatura e diversidade cultural, 2008.

CDD: B869.981

---

Bibliotecária: Juliana Braga – CRB-5/1396.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**Departamento de Letras e Artes**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL**



**GUARDADOS DA MEMÓRIA: *MATAS DO SERTÃO DE BAIXO,  
LONGOS SERÕES DO CAMPO E FIDALGOS E VAQUEIROS***

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e  
Diversidade Cultural, avaliada e aprovada por

**Comissão Examinadora**

---

Prof. Dr. Jorge de Souza Araujo (Orientador)  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Dr. Charles d'Almeida Santana  
Universidade Estadual do Estado da Bahia

---

Prof. Dra. Maria Helena da Rocha Besnosik  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Em 21 / 08 / 2008

Feira de Santana,  
Agosto de 2008

*A Jorge, companheiro de sonhos, sabores e saberes. A Mel, doçura em forma humana, razão do meu existir, a Bruno pela beleza do inusitado e a D. Maria, minha mãe, que conhece de forma singular os silêncios da memória.*

## **Agradecimentos**

Ao término de uma travessia como esta, há, com certeza, uma figura divina que nos dá forças para prosseguirmos quando nem nós mesmos acreditamos que dá para prosseguir. E fora o Divino, muitos rostos iluminados que nos ajudaram a chegar, anônimo e presentes, falantes ou calados, foram construindo conosco, paulatinamente, os densos e longos caminhos do saber. Mas neste espaço de extravasamento subjetivo, rostos figuram e merecem um agradecimento especial. Por isso inicio agradecendo a Jorge de Souza Araujo, meu orientador, que faz jus ao pensamento de Roland Bhartes: muito de saber e sabor e nenhum exercício de poder. Ele foi ouvinte de muitas incertezas e, primeiro leitor destas desacreditadas páginas, com todas as penas e frustrações da tarefa de escrever, reviu o estudo à medida que ia sendo elaborado, contribuindo e muito para sua legibilidade. Pelo demais que representa, creio que não haja palavras que expressem a gratidão que sinto. De todo modo, espero que continuemos acumulando dívidas...

Meus agradecimentos, portanto:

Aos antigos mestres, Iara Marinho , Roosevelt Veloso e ao Velho Ara(Araújo) pela crença e incentivo no início da travessia.

A Sinéia Silveira, Deije Moura (Dona ABNT), Lúcia Castro, do caminho das Letras para o afeto enriquecedor dos diálogos, das dúvidas e alegrias que marcam travessias parecidas.

A Roque Lyrio, que traz no nome a beleza e a esperança de que a humanidade ainda é possível, e sem o qual a concretização desse trabalho seria bem mais difícil.

A Sandro Santos Santana, melodicamente presente com um saber que ele acredita não ter.

A Maria Eunice Rosa, parceira de sonhos e de lutas.

Aos antigos colegas de mestrado, hoje amigos, Carlos Wagner, Adir Telles, Adriana Boudox, Rosana Carvalho, Manoela Falcon, pela força quando pensei em desistir.

Aos colegas do Colégio Eraldo Tinoco Melo, ponto de chegada da longa travessia.

A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, onde sempre me sinto em casa, pela liberação em tempos difíceis e pelo apoio acadêmico e institucional essencial para a realização desse projeto.

Aos funcionários do Mestrado, em especial, a Lúcia, sempre pronta a nos atender e, algumas vezes, aliviar.

Aos professores Charles d' Almeida Santana e Maria Helena da Rocha Besnosik, componentes da banca de qualificação, pelas doces contribuições e incentivo na travessia.

E, por fim, e não por último, à minha família, representada, aqui, por minha irmã, Claudia, minhas tias Isabel e Valdete, figuras femininas que me ensinaram que viver é resistir.

*Escrever é estar no extremo de si mesmo,  
E quem está assim se exercendo nessa nudez,  
A mais nua que há,  
Tem pudor de que outros vejam  
O que deve haver de esgar  
De tiques, de gestos falhos  
De pouco espetacular  
Na torta visão de uma alma  
No pleno estertor de criar.*

(MELO NETO, 1987, p. 37)



## Resumo

Esta escrita dissertativa apresenta um estudo analítico comparativo entre três obras: *Matas do Sertão de Baixo*, de Isaías Alves, *Longos serões do campo* de Anna Ribeiro Góes de Bittencourt e *Fidalgos e vaqueiros* de Eurico Alves Boaventura, escritores baianos que têm nessas obras o assentamento de determinada rubrica classificatória. A análise das obras e o cotejo com alguns estudos teóricos evidenciaram que elas podem ser classificadas também como obra de caráter memorialista, e de relevante contribuição para os estudos da memória social, principalmente baiana, pautados entre os séculos XVII a XX. Pretende-se ainda lançar um olhar sobre a maneira pela qual os autores constituem seus universos memoriais através da construção narrativa pluralizada na figura de um narrador-autor-personagem. Este através de registros constitui diálogos intertextuais que facilmente revelam a confluência entre História/Literatura/Memória presentificados em discursos memorialísticos. Marcados por uma linguagem estilisticamente rica, que se espraia em relatos elegendo temáticas que nos encantam pelo aspecto imagético, os autores criam/recriam dados de memória que pareciam esquecidos e que eles tentam trazer à tona no esforço de recuperação memorial. Procura-se, ainda, nas obras, determinar temáticas que aproximam e distanciam os autores, não na perspectiva classificatória, mas comparatista. O intercâmbio entre História/Literatura/Memória, aqui, não se quer dicotômico, mas balizador de olhares e leituras plurais para obras que trazem, no adensamento de suas estruturas, guardados valiosos da memória.

**Palavras-chave:** Memorialismo; Memória; Literatura; História; Narrador; Recôncavo; Sertão

## Abstract

This dissertation is an analytical study comparing three works: *Matas do Sertão de Baixo* (The Woods of the Lower Sertão\*\*) by Isaías Alves, *Longos serões do campo* (Working Overtime in the Countryside) by Anna Ribeiro Góes de Bittencourt and *Fidalgos e vaqueiros* (Noblemen and Cowboys) by Eurico Alves Boaventura. These authors are all from the state of Bahia (North East Brazil) and all of these works use the same classificatory rubric. Through the analysis of the above works as well as by cross-referencing several theoretical studies, it has become evident that the works have a memorialist nature and make an important contribution to social memory, especially to the social memory of Bahia between the seventeenth and twentieth centuries. The way in which the memorial universes are constructed through a pluralistic narrative contrived in the figure of a narrator-author-character is also discussed. These observations constitute an intertextual dialogue which reveals the confluence between the History/Literature/Memories presented in memorialist discourse. The authors create/recreate facts from memories seemingly forgotten and which are brought to life in an effort to recuperate regional memory. These memories are captured in richly stylistic language that extends throughout the works vividly describing different themes, intoned in distinct images. We also try to define themes which approximate and distance the authors, not with classificatory aims, but to try to enhance the quality of the comparisons being made. The interchange between History/Literature/Memories taking place does not represent a dichotomy, but the presentation of different viewpoints and pluralistic readings of works which bring, within their dense structures, valuable memories.

**Key words:** Memorialism; Memory; Literature; History; Narrator; Recôncavo\*; Sertão\*\*.

\*The Recôncavo is a fertile region on the coast of Bahia.

\*\* The sertão is an arid, remote inland area of North-East Brazil.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1: ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DA MEMÓRIA: DIÁLOGOS DE INSTÂNCIAS MÚLTIPLAS</b>	<b>17</b>
1.1 Entre História e Literatura	18
1.2 Por entre memórias	22
1.3 O projeto memorialista	31
1.4 Ainda nas trilhas da memória: a narrativa memorialista	37
<b>2: MEMÓRIAS DO SERTÃO DE BAIXO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IMAGENS SOBRE O RECÔNCAVO SUL</b>	<b>40</b>
2.1 “E o Recôncavo meu medo”	41
2.2 Isaías Alves: pedagogo fronteiroço	43
2.2.1 <i>Matas do Sertão de Baixo</i> : obra fronteiroça	45
2.2.2 Memória e Narrador em <i>Matas do Sertão de Baixo</i>	52
2.2.3 A geografia das memórias	56
2.2.4 Tecidos de Memória e História	63
<b>3: CONTRA O ESQUECIMENTO, A POÉTICA DA MEMÓRIA</b>	<b>73</b>
3.1 Anna: a musa memorialista	74
3.2 <i>Longos serões do campo</i> : Anna conta um	76
3.3 <i>Longos serões do campo</i> : Anna conta dois	79
3.4 <i>Longos serões do campo</i> : Anna conta-se	88
3.4.1 As origens	92
3.4.2 A família	94
3.4.3 Presença/Ausência da escola	97
3.4.4 Entre celebrações: casa, festas, costumes	100
3.4.5 Solidão, velhice, morte...	106
<b>4: O UNIVERSO AGROPASTORIL DE EURICO ALVES BOAVENTURA</b>	<b>109</b>
4.1 Breves notas sobre o autor	110
4.2 <i>Fidalgos e vaqueiros</i>	112
4.2.1 <i>Fidalgos e vaqueiros</i> : denso universo memorialista	119
4.3 Paisagem, códigos e valores: leituras da civilização pastoril	122
4.3.1 Paisagem, espaço e território	125
4.3.2 <i>Pondo os pontos nos iis</i>	127
<b>5: ISAÍAS, ANNA E EURICO: MEMÓRIA COMO INSTÂNCIA IDEOLÓGICA E SENTIMENTAL</b>	<b>140</b>
5. 1 No início do serão	141
5. 2 O terceiro tempo da memória	142
5. 3 Isaías, Anna e Eurico: itinerários de leituras	152
5.4 Na dolência melancólica: Finalizando a viagem sentimental	159
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## INTRODUÇÃO

*Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.*

(ROSA, 1967, p. 84)

### Memória

Amar o perdido  
deixa confundido  
este coração.

Nada pode o olvido  
contra o sem sentido  
apelo do Não.

As coisas tangíveis  
tornam-se insensíveis  
à palma da mão.

Mas as coisas findas  
muito mais que lindas  
essas ficarão.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. In. Claro enigma. Poesia e prosa, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983, p. 266)

O processo de escrita constitui-se sempre em importante travessia, real ou imaginária, espacial e temporal, que mesmo sendo árdua, trabalhosa, com obstáculos sutis ou dantescos, na maioria das vezes solitária, mesmo que muitos nos acompanhem, seja em ausência ou presença, ela é sempre o símbolo do leitor/pesquisador que deseja alcançar a terceira margem do rio. Durante o percurso da travessia, ou ao final, sempre descobrimos algo, e nos descobrimos outros, nos revelamos novos, confirmamos ou negamos algo do que éramos, buscamos descobrir nossa própria voz e a projetamos também nas de outros. A história desta travessia poderia culminar, sem nenhuma pretensão, em outra dissertação. Nossa, divagação inicial, fora talvez dos rigores acadêmicos, mas sem prejuízo para o leitor, adquire sentidos mais específicos das dificuldades enfrentadas ao se justificar a ligação afetiva da autoria desta escrita com o seu objeto primeiro. Ao escolhermos, como cópula inicial, a análise da memória social do Recôncavo na obra *Matas do Sertão de Baixo*, do autor santatoniense, portanto conterrâneo, Isaiás Alves de Almeida, seria também para falar sobre o espaço da infância, enfim, da minha aldeia. Ou mesmo evocar e percorrer o complexo Recôncavo, aqui, composto por uma geografia plena de marcas afetivas envolvendo o objeto pesquisado. E a fim de evitar o envolvimento demasiado do pesquisador, empenhado em desvelar sem desvendar, como realizar a separação entre a experiência vivida e o objeto de estudo que se deseja ver com

distanciamento crítico? Não há resposta pronta para tal questão pois, como sabemos, não há observação neutra, que não interfira com o motivo, especialmente no terreno da memória/história/literatura.

Compreendendo que não havia por que renunciar ou negar o trabalho, pelo fato da ligação afetiva, ele foi redimensionado e foram convocadas duas novas obras: *Longos serões do campo*, de Anna Ribeiro Góes de Bittencourt e *Fidalgos e vaqueiros*, de Eurico Alves Boaventura, também autores memorialistas baianos com os quais a obra *Matas do Sertão de Baixo* faria cotejo, possibilitando assim que três obras consideradas como importantes contributos para a construção das imagens sociais do Recôncavo também passassem a ser vistas igualmente com o valor memorialístico/literário que elas possuem.

Dessa forma, visando ao objetivo primeiro de analisar os discursos imbricados entre História/Memória e Literatura, foram necessários alguns passos prévios na teoria e na tradição do Recôncavo, assim como algumas incursões pela história e pela literatura.

Como todo procedimento neófito, é importante assinalar a linha tênue que separa os elementos evocados para análise nesta pesquisa. Por isso adiantamos que o espaço de assentamento priorizado será o exercício do memorialismo literário feito pelos autores, intentando a preservação da memória social do Recôncavo e Sertão em obras de caráter confessional e que apresentam um acordo tácito entre autor-narrador-personagem, portavozes de um passado que eles estão revivendo, reelaborando um repertório de narrativas as quais revelam códigos culturais de uma região.

Consideramos nesta dissertação que memórias, autobiografias, diários, as narrativas de viagem e as correspondências são projetos literários de fronteiras muito tênues, e por isso não desejamos classificar rigidamente os textos, mas antes reconhecer que as três obras, na perspectiva em que queremos abordar, têm um valor quase inédito, se pensadas isoladamente, e também inédito se aproximadas. Reconhecemos, no entanto, que elas podem ser caracterizadas como importantes experiências narrativas que, num exercício dialógico da memória, buscam registrar o literário, o histórico e o memorial, fixando cada um a sua maneira de vivenciar e ver o mundo.

Após o processo de seleção das três obras a serem analisadas, optamos por selecionar recortes temáticos, presentes nos três autores, com o intuito de, assim procedendo, analisar cada um dos temas como um grande painel composto pelos memorialistas, com configuração e chave de interpretação específicas, mas com repertórios comuns. Um painel em que cada narrativa dialoga com a outra e com outras, modificando-se, por isso, origem, casamento,

casa, causos, abusões, comidas, escola, morte e outras temáticas que formam o repertório privilegiado dos memorialistas.

Para melhor delimitarmos o nosso percurso, a escrita foi desenhada em cinco capítulos, nos quais se primou, principalmente, pela análise literária das obras associando-as, quando possível, a aportes teóricos, imprimindo ao estudo um caráter analítico. Contudo, fica evidente que o objetivo fulcral da dissertação é reconhecer a importância da produção memorialística no processo de reescrita do passado, subvertendo o tempo roubado na tentativa de dar continuidade a uma história que só poderá ser reconstituída pelo viés da memória.

Assim, a metodologia de trabalho assentou-se em leituras das obras *Matas do Sertão de Baixo*, *Longos serões do campo* e *Fidalgos e vaqueiros* estabelecendo ligações possíveis com teóricos que, como nós, reconhecem o entrecruzamento que há em discursos narrativos categorizados com rubricas específicas de História ou de Literatura, confluindo assim para a análise detida e comparada num exercício plural de análises das narrativas.

Sabendo que todo discurso está marcado por outros que, clara ou veladamente, se apresentam, o primeiro capítulo desta dissertação - *Estratégias narrativas da memória: diálogos de instancias múltiplas* constituiu-se como referencial teórico, que dialoga a respeito de História/Literatura e Memória. É certo que diferentes pensadores, de diferentes matizes no campo intelectual, se debruçaram sobre a relação existente entre as áreas acima citadas não sendo nosso intuito, aqui, fazer um mapeamento de todos os teóricos circunscritos aos debates postos na contemporaneidade, nem acreditar que os selecionados dão conta perfeitamente da abordagem. Salientamos que iniciamos o *córpus* com essa formatação a fim de evitarmos constantes repetições, já que o trabalho dissertativo constitui-se por analisar três obras que têm no discurso narrativo o imbricamento de temas que estão sempre nos conduzindo para os exercícios de memória. Para nos acompanhar nas discursões entre História/Literatura e Memória, convocamos prioritariamente: Pesavento, Bergson, Ecléa Bosi, Pierre Nora, Le Goff, Walter Benjamin, reiterando que outros teóricos aparecem, mas não com a mesma incidência, e que toda a teoria aqui empregada, assim como as obras em análise são flexíveis a outra gama possível de leituras.

O segundo capítulo, intitulado *Memórias de Sertão de Baixo e a construção social das imagens sobre o Recôncavo Sul*, põe em relevo a localização e a importância do Recôncavo para o escritor baiano Isaías Alves de Almeida, bem como intenta demarcar o fronteirismo presente na obra que se intentava apenas historiográfica. Através do narrador incursionado em viagens sentimentais, todavia, flagramos as marcas impressivas de um *eu-narrador* que legitima ser a obra, ao mesmo tempo, particular, quando trata da família e da vida do

narrador, e universal, quando ele analisa fatos históricos da Bahia, do Brasil e do Mundo. Pois, ao mesmo tempo, marca suas relações afetivas/ familiares e intercambia olhares por fatos que marcaram os séculos XVII ao XX.

O terceiro, *Contra o esquecimento, a poética da memória*, apresentamos a memorialista baiana Anna Ribeiro de Góes Bittencourt que, em seus dois volumes de intensos serões destinados apenas à leitura doméstica, transcende, pois ao narrar trajetórias do avô, da mãe e de amigos e filhos, a narradora inscreve códigos de valores e costumes do campo e da cidade baiana da região do Catu, além de mapear o pensamento social da época a respeito do feminino. E num projeto de grande sensibilidade nostálgica em que a perda das forças vitais é narrada, ela se compromete a estabelecer um diálogo com o passado, pondo em relevo o pensamento teórico de que *esquecimento e memória é apenas uma aparente oposição* (FERREIRA, 2003. p. 92).

O quarto capítulo - *O universo agropastoril de Eurico Alves Boaventura* - dá notas sobre o autor, localizando-o como o mais reconhecido dentre os três memorialistas, embora a obra em estudo seja tomada sempre como uma importante contribuição para os estudos a respeito do sertão baiano. Aqui a localizamos também como um importante projeto memorialístico-testemunhal da civilização do couro, que, através da figura do vaqueiro, dialoga com dois outros autores memorialistas ficcionais da literatura brasileira: José de Alencar e José Lins do Rego, os quais são convocados para um cotejo que evidencia a qualidade literária do narrador euricoano presentificado na obra. Intenta-se ainda um olhar cuidadoso pelos não -ditos ou implícitos que o texto apresenta referentes ao negro e à mulher, objetivando sempre a análise literária que, como já vimos, não ocorre dissociadas do contexto histórico, pois o narrador/autor/personagem, como em todo discurso, está assentado ideologicamente em projetos que ele intencionalmente participa ou não é porta voz.

No quinto e último capítulo *Isaías, Anna e Eurico: Memória como instância ideológica e sentimental* com caráter conclusivo, procuramos estabelecer associações entre os três memorialistas, apontando as particularidades que os envolvem e, portanto, as análises, acrescentando ainda que a intenção não é a de classificação, mas antes apontar os exercícios de memória realizados por eles como fontes valiosas de estudo no campo de várias ciências, principalmente para os estudos da historiografia baiana. Caminhamos ainda para o perfil leitor que os autores apresentam, uma vez que, como pontos de aproximação, reconhecemos nos três projetos que demonstram uma gama de leitura que eles possuem, bem como evocam, em forma de citação, autores com os quais eles dialogam em instância ideológica e também sentimental. No último desdobramento do capítulo evidencia-se que as três obras podem ser



focalizadas como significativas e relevantes contribuições na construção da memória social sobre o Recôncavo e o Sertão baianos, além de apresentar o inequívoco discurso que traz no seu bojo o entrecruzamento da História e da Literatura, o que definitivamente circunscreve as obras a leituras obrigatórias para um melhor entendimento dos traços culturais da Bahia nas regiões a que as obras estão afetas.

Delineado o percurso elaborado pelas três obras apontadas como memória, resta-nos o convite para adentrar o universo das viagens sentimentais capazes de promover a travessia das obras e quiçá de nós mesmos.

## CAPÍTULO 1

### **ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DA MEMÓRIA: DIÁLOGOS DE INSTÂNCIAS MÚLTIPLAS**

*A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto.*

(ROSA, 1967, p. 77-78)

A memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e freqüentes revitalizações. (NORA, 1984, p. 9)

## 1. 1 Entre História e Literatura

**R**evolver as camadas do tempo, vasculhar a memória a ponto de tornar possível ver, como numa fotografia, detalhes tradutores de uma dada realidade individual e coletiva têm dimensão anacrônica, ou seja, todo ato de discorrer sobre o passado é sempre conflituoso, pois a ele se referem, quase sempre em concorrência, a memória e a história. Porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e, por sua vez, a memória passa a desconfiar de uma reelaboração que não coloque em seu centro os direitos da lembrança.

Estudar a memória em suas diversas formas de manifestação e as estratégias pelas quais ela se apresenta nos textos parece-nos de significativa produtividade para a compreensão da construção narrativa memorialista, forma expressiva de contar a experiência humana, desejando salva-lá da morte simbólica e analógica.

Julga-se que um estudo que se propõe a analisar as produções memorialísticas à luz das metodologias da ciência histórica deva apresentar, antes de qualquer coisa, algumas considerações sobre as distinções entre História e Memória, principalmente pelo fato de que atualmente muito se tem discutido sobre a relação existente entre ambas, em especial sobre as fronteiras que ligam e separam uma da outra. A pretensão, naturalmente, não é fazer uma longa e profunda discussão, apenas apresentar algumas distinções, consideradas necessárias ao entendimento da natureza da pesquisa e da forma pela qual a investigação foi desenvolvida.

Pensar numa convivência fácil entre essas duas perspectivas sobre o passado tem sido desejo dos estudos de filósofos e de cientistas há séculos. Por certo essas relações são tensas por se tratar de uma relação de fronteira, seja quando se refere aos limites de cada disciplina, seja quando as diversas concepções e visões de mundo entram em jogo na conexão de ambos os fazeres.

Neste capítulo nos propomos a pensar aspectos desse fenômeno, entendendo que se constitui num dos pontos cruciais das duas áreas de trabalho: Literatura e História. O crescimento de estudos nessas áreas demonstra, ao mesmo tempo, amplitude da questão, mas também o fascínio gerado por ela. Faz-se necessário destacar que procuraremos, num primeiro momento, manter um diálogo inicial a respeito dos problemas quanto ao uso dos termos história e literatura, objetivando que ambos estão relacionados ao estatuto de práticas discursivas. Em geral, são usos que se ligam a uma apropriação de conceitos como coisas substancializadas, isto é, por este uso, cada termo possuiria um grau de autonomia absoluto, uma origem essencial e, portanto, intocável por nenhuma das partes. No entanto, pesquisadores vêm tentando superar tal fato, em conjunto ou individualmente, como afirma Sandra Pesavento:

Neste contexto, história e literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes. (PESAVENTO, 1998, p. 20)

No campo da historiografia, estudar as relações discursivas literárias e históricas foi uma ação possibilitada pela problematização epistemológica situada na diferença entre o passado realmente acontecido e o relato feito dos acontecimentos, ou seja, uma reinvenção plausível do passado elaborado pelo historiador. Com isso, firmou-se uma certeza que os fatos passados não podem ser mais recuperáveis na sua concretude, mas são reconstituídos através de representações. E estas seriam a presentificação de uma ausência instituída através de uma imagem mental ou visual que, por sua vez, suporta uma imagem discursiva que assim se firma:

Entretanto, uma coisa seria a passeidade<sup>1</sup> daquilo que ocorreu um dia, revestido de um caráter único, de um conjunto de fatos acontecidos e impossíveis de serem reconstituídos na sua integridade. Outra coisa seriam os fragmentos ou testemunhos desta passeidade que nos chegam e que chegamos de fontes e já se constituem numa representação, numa leitura daquilo que já passou. (PESAVENTO, 1998, p. 21)

No campo literário observamos que hoje as pesquisas são amplas e diversas e vêm proporcionando um olhar interdisciplinar, com o cruzamento de visões sobre a história e a literatura, superando assim a investigação literária pautada por uma prática somente de análise

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pela autora para designar a ocorrência de um fato em um único dia, revestido de um caráter único, de um conjunto de fatos acontecidos e impossíveis de serem reconstituídos na sua integridade.

sobre os elementos internos da obra literária, sem a devida associação com sua produção histórica. Como afirma Paul Ricoeur:

O discurso ficcional é quase história na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido. Sem dúvida, a narrativa literária não precisa comprovar nada ou se submeter à testagem, mas guarda preocupações com uma certa refiguração temporal, partilhada com a história. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje. Esta reapresentação daquilo que já foi é que permite a leitura do passado pelo presente como um ter sido. Ao mesmo tempo figurando com o passado e sendo ele distinto. (1995, p. 105)

Por isso nossa intenção não é propor uma divisão absoluta entre o discurso da história que supere a historiografia de tipo positivista e cientificista- tradicionalmente entendida como uma imposição de um sentido histórico único e verdadeiro instalado nos fatos ou numa visão parcial destes, só que oficializada - e da literatura vista como produto exclusivo da imaginação.

Consideramos que há uma alimentação mútua das duas formas de olhar e representar o mundo. Através da escrita, a ficção está eivada da história social, cujos elementos se representam, de alguma forma, na narrativa, sem que deixe de ser história. As formas de escrita literária e historiográfica são para Lemaire formas bastante assemelhadas:

Tanto a narração literária quanto a historiografia pressupõem um processo de estratégias de organização da realidade, a procura de uma coerência imaginada baseada na descoberta de laços e nexos de relações e conexões entre os dados fornecidos pelo passado. (LEMAIRE, 1993, p. 10)

Ambas as escritas fazem uma reconfiguração do passado. A história, ainda segundo Lemaire, promoveria um tipo de leitura autorizada do passado, através de movimentos, fontes e documentação calcada numa metodologia científica, enquanto a literatura proporcionaria ao imaginário um vôle mais livre, numa certa medida, já que inexistente a necessidade de verificação da autenticidade das fontes.

O olhar proposto por Hayden White (1992) é de que o trabalho histórico teria muito de ficção no aspecto verbal, pois o modo aí utilizado para reconfigurar o passado se assemelharia aos da narrativa literária. Em sua teoria sobre os vários historiadores do século XIX, White considera o labor histórico como o que ele manifestamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo. Ou ícone de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os. Enfim, a idéia

desse autor é mostrar que o discurso historiográfico mantém relações íntimas com os modos ou maneiras próprias da literatura.

Se para White a historiografia pensa o uso de elementos da narrativa literária na escrita historiográfica, mostrando, de certa maneira, a predominância e o trabalho “artístico” do historiador, para outros historiadores a literatura estaria marcada pela realidade histórica. É o caso de Nicolau Sevcenco (2003), que considera a ética da criação literária marcada pela condicionalidade do social, sem com isso o escritor precisar restringir-se à verdade dos fatos. Segundo ele, a literatura moderna se colocou na cena social menos como “testemunho da sociedade” do que como “revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos” (p. 23). Essa literatura, continua o historiador, carregaria em seu interior mais o intuito de transformação do que a permanência do *status quo*. E, por estar na ordem do desejável, voltar-se-ia mais para o devir do que para o estado atual das coisas.

Assim, a produção literária não estaria pautada somente pela factualidade, mas pela esfera do vir a ser, o que a coloca numa dimensão diferenciada em relação à história. Esta, no entanto, apresentaria ao escritor os modos de significação em situações que ele não controla, criando assim uma relação tensa entre os dois modos de representar a história social. O que fica patente em relação à ficção é que ela teria a liberdade de narrar segundo os planos que não se concretizaram.

Ao projetar outras realidades possíveis, a literatura manifesta não só as dimensões funcionais e comunicativas, mas também a dimensão utópica da linguagem, sem se subordinar às necessidades factuais do discurso histórico. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos oficiais.

Sem dúvida, é a história que articula uma fala autorizada sobre o passado, recriando a memória social através de um processo de seleção e exclusões, onde se joga com as valorações da positividade e do rechaço. Há, pois, um componente manifesto de ficcionalidade no discurso histórico, assim como, da parte da narrativa literária, constata-se o empenho da dar veracidade à ficção literária. Naturalmente, não é intenção do texto literário provar que os fatos narrados tenham acontecido concretamente, mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo recuperada pelo autor. (PESAVENTO, 1998, p. 22)

O que pretendemos assinalar aqui é que o texto literário não só reage aos fatos históricos, mas propõe novas visões sobre os acontecimentos e, como mito, não estaria sujeito ao teste da verificação nem se valeria daquelas provas testemunhais que fornecem passaporte de idoneidade ao discurso historiográfico.

No entanto, os textos considerados literários, de criação social e simbólica, têm como condição de produção a sua historicidade, por manterem vínculo com um contexto que os fazem tão históricos quanto qualquer texto ou discurso da historiografia, ainda que mantendo a sua especificidade poética. Como objeto simbólico, a literatura passa a fazer sentido a partir do momento em que sua compreensão pode mostrar como seus sentidos são produzidos. O texto historiográfico, guardando em suas entranhas certo grau de imaginário e os literários impregnados de história, reinterpreta o passado com estratégias próprias para cada discurso. Ambos os discursos são válidos, portanto, para a verificação da memória coletiva, ainda que postos numa relação dialógica assimétrica, pela qual o passado, visto do presente, já não é o que era.

Sem desprezar os direitos de cada campo de pesquisa, optamos por ver na literatura o que ela sugere enquanto transcendência histórica, considerando nisso a inserção, no presente do texto, de uma temporalidade mediada pelo trabalho da memória literária, isto é, o texto dialogando com seu tempo e outros, de forma singular, pois a inscrição na história faz uma leitura do tempo de sorte a recuperar dimensões esquecidas pela historiografia.

Convém pontuar que, ao discutirmos as questões que circundam os discursos historiográficos e literários, intentamos compreender a sua relação de proximidade, embora para isso tendo que trabalhar com as diferenças e não colocá-los em oposição. Nesse sentido, observamos que os dois discursos, o ficcional e o historiográfico, trabalham com a palavra narrativa, estando ambos sob a interpretação dos fatos a que se referem. Ao aproximá-los, estamos colocando-os como leituras possíveis de uma recriação interpretativa do real.

## **1. 2 Por entre memórias**

Contar/contar-se é reproduzir o passado atualizando-o no campo do presente e na reflexão do futuro, tendo em vista a construção de uma identidade do individual para o coletivo. Literatura e escritura estão associadas no registro da memória em percurso e dispositivo de duração temporal. À memória se reservaria não só a capacidade de armazenar o discurso senão como elo especial na arte retórica aristotélica, logo após a invenção, a distribuição, a elocução e antes da ação.

Para Aristóteles (1997)<sup>2</sup> há dois modelos de memória: como técnica de armazenamento/acumulação e memória como *recordare*, retorno ao coração das lembranças e evocações, reservando-se a ela um sentido de complementaridade ao esquecer. Ele entendia a memória com um papel nuclear na fisiologia dos sentidos internos (fantasia, razão e memória). Ao estudar Proust, Walter Benjamin concebeu a memória e o desejo de resguardar o passado do fenômeno do esquecimento. Para Proust existiriam, para além da consciência, dimensões inconscientes involuntárias na vida das recordações. Os conteúdos memoriais ultrapassariam a mera relação de armazenagem mnemotécnica, mas sentidos privilegiados pelas impressões emocionais. A memória voluntária se depura pelas expressões do conteúdo poético das coisas. A memória da inteligência é substituída pela involuntariedade sem esforço de vontade e por isso sem apressar-se ou apressar os elementos da percepção sensorial e da vivência humana.

Por isso, surpreendemos a poética do esquecimento, confundida atemporalmente com a poética da lembrança. As ocorrências da memória transmutam a realidade pela revolução do arcabouço do discurso poético. Narrar passa então a recortar o tempo entre o sujeito e o objeto, extraindo conceitos entre imagens e percepção, lembrança e memória, sendo esta última o elo fundamental entre interior e exterioridade, concreto/abstrato, material e espiritual. A memória é continente e conteúdo, plasmando as lembranças que se formam objetos.

Ao iniciarmos um olhar investigativo sobre a memória e seus desdobramentos, poderíamos retornar aos antigos gregos e romanos, que procuravam, cada um à sua maneira, um conceito muito peculiar para o termo.

Os gregos acreditavam ser a memória algo sobrenatural, um dom em que se exercitava a deusa Mnemosine<sup>3</sup>, protetora das artes e da história. Por isso a separação de um campo a outro é tão tênue, possibilitando aos poetas evocar o passado e transmiti-lo aos mortais. Já os romanos consideravam a memória um fator indispensável à arte retórica, uma arte destinada a convencer e emocionar os ouvintes por meio do uso da linguagem. Vislumbrando esses dois conceitos sobre memória na antiguidade é que podemos compreender como ela ganhou importantes aportes de várias ciências, reservando-se à memória um campo bastante plural no que se refere a estudos e conceitos.

Sabe-se que o termo memória agrega em torno de si inúmeros significados. Do ponto de vista biológico, significa a capacidade e a habilidade do cérebro humano, e o de outros

---

<sup>2</sup> Não se pretende aqui discutir Aristóteles, Proust ou Walter Benjamin. Eles aparecem nas citações com um sentido ilustrativo.

<sup>3</sup> Referência feita por Éclea Bosi no livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994, p. 89.



animais, de armazenar lembranças do passado. Afinal, a expressão *memória de elefante* nos é familiar, sendo utilizada para designar uma memória perfeita e retentiva. Contudo, esse exercício de armazenamento não depende apenas da integridade física e perspicaz das faculdades mentais. Conforme foi apontado pela psicologia e pela psicanálise, a dinâmica cerebral é diretamente influenciada por questões de ordem social, cultural e econômica, que interferem no entendimento e na interpretação das experiências vividas e/ou transmitidas. Isso torna a produção mnemônica um jogo balizado por regras que permeiam um complexo conjunto de sentimentos e interesses, de tal forma que boa parte das recordações retidas são resultados de uma apurada seleção, nem sempre feita de forma consciente, mas em geral dirigida para aquilo que se deseja lembrar.

Esse fenômeno de filtragem não ocorre apenas no âmbito individual, mas também no plano coletivo, podendo-se afirmar que existe uma linha tênue a separar essas duas dimensões. Assim, é possível falar de memória no sentido da preservação do patrimônio cultural da sociedade como um todo. Diversas entidades públicas e privadas têm dedicado esforços nesse sentido. O problema fundamental, contudo, é determinar o que deve e o que não deve ser preservado. Por enquanto se tem observado a conservação de *casas grandes em detrimento das senzalas*.

Comum nos domínios da medicina, da psicologia e da psicanálise, o termo “memória” também circula de forma corriqueira no campo da informática, onde sua quantidade, aliada a outros parâmetros físicos e virtuais dos *hardwares* e *softwares*, interfere na capacidade de armazenamento, processamento e acesso de dados e informações.

Todavia, não foi a partir dessas duas conotações da memória que o presente estudo se desenvolveu. Diretamente, nem a memória eletrônica, tampouco as problemáticas da memória biológica figuram como objetos de análise. Na verdade, esta pesquisa buscou tratar da memória como representação do passado, elaborada, escrita e utilizada por três narradores memorialistas, de acordo com motivações e interesses do presente, que contribuíram de forma decisiva para a elaboração daquilo que Maurice Halbwachs denominou de Memória Coletiva. Em outras palavras, não a memória como lembrança subjetiva do passado que aqui nos interessa, mas como fenômeno social e objetivo formado, entre outros elementos, por fatos, personagens e eventos. Estes são considerados, por quem os produz, relevantes e eleitos para constituírem, no plano simbólico, a memória hegemônica ou oficial de uma localidade, de uma região, ou mesmo de uma nação.

No entanto, é válido pontuarmos que, independente das diferentes ciências que incursionaram pelo estudo de memória, elas partem sempre do olhar perceptivo e receptivo de

que a memória é composta dos atos de seleção/retenção, esquecimento/lembrança, individualidade/coletividade, sempre numa construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado e no presente.

Se as relações entre literatura e história são de difícil equação, junte-se a isso a dificuldade de conexão entre história, literatura e memória. Vejamos algumas diferenças entre os termos, na concepção de alguns teóricos, na tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que intentamos relacionar com o nosso objeto de pesquisa: o memorialismo literário principalmente, mas não exclusivamente, com a memória social.

Para Henri Bergson (1999) a relação entre a realidade do espírito e da matéria determina a memória. A matéria é entendida como conjunto de imagens que compõem o mundo físico que nos cerca. Com isso Bergson acreditava que o centro desse mundo das imagens seria o próprio corpo individual e só através dele as imagens formadas e posteriormente lembradas poderiam existir. Embora tenha dado maior ênfase à perspectiva neurobiológica da capacidade de lembrar e esquecer, para o filósofo memória não era uma propriedade apenas do cérebro, mas também do espírito, afirmando: “Ora, quem diz espírito diz, antes de tudo o mais, consciência, que quer dizer memória” (p. 39).

Toda consciência é então conservação e acumulação do passado no presente. Além disso, temos também a duração interior, a vida evoluindo de uma memória que prolonga o passado no presente, seja porque o presente encerra, de forma distinta, a imagem incessante e crescente do passado, seja, mais ainda, porque testemunha a carga sempre mais pesada que arrastamos atrás de nós à medida que vamos envelhecendo. Sem a sobrevivência do passado no presente não haveria duração, mas somente instantaneidade. E ainda que a memória, praticamente inseparável da percepção, intercale o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que, de fato, percebamos a matéria em nós.

A memória fica sendo entendida como uma propriedade considerada pura, e, com essa saída, Bergson encontra respaldo para a sua teoria no campo da validação científica, a tese sobre a memória passando a ser um dado atualizado individualmente para não virar lembrança de acordo com o presente. Bergson acredita haver imagens que nunca serão iluminadas. Permanecerão obscuras e, se aparecerem, será de maneira espontânea e não como uma resposta conseqüente, figurando como foram armazenadas, ou seja, sem influência externa.

Sabemos que um dos elementos importantes para a composição da memória é a linguagem, fator que contribui para afirmar um caráter social. Portanto, lembrar é narrar e

ambos os estágios carecem de um caráter socializador, externo ao universo do indivíduo que se lembra e acredita estar fazendo um ato apenas íntimo/individual.

Cabe aqui esclarecermos uma idéia que nos parece fundamental: a da memória vista como um processo mais voltado para questões individuais. É claro que, fazendo o seu percurso intencional, ou não, Bergson evitou a problemática de que a memória abarca o esquecimento intencional. Se ele lança a pedra fundamental para a compreensão da memória à luz da percepção individual, outros teóricos mais tarde abordariam a memória enquanto um fenômeno social. Muito mais do que uma antítese, a teoria dele, nessa nova abordagem a respeito da memória, pode ser vista como uma complementação ou uma revitalização da primeira.

É isso o que ocorre nos estudos empreendidos por Maurice Halbwachs (1990), a memória aparecendo sob a égide da construção social, a qual abarca necessariamente o esquecer e o lembrar vistos não como um processo natural/individual, mas como um constructo de caráter social. Isso explica a transformação das lembranças que ocorrem devido às várias visões que perpassam os grupos sociais. Assim, a memória, mesmo a aparentemente mais particular, remete sempre a um grupo. A história descrita e atacada pelo autor é a chamada história hegemônica nos estudos históricos de sua época. Na mesma ocasião, a mesma crítica é desenvolvida, de forma mais veemente, pelos historiadores dos *Annales*, o que confirma o diálogo entre o sociólogo e os historiadores (cf. BURKE, 1991).

Segundo Ecléa Bosi (1994), essa interpretação dada por Halbwachs à capacidade de lembrar, além de diferenciar-se da postulação de Bergson, é bastante radical. Pois entende que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, de uma justaposição de “quadro social” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, Bosi entende que, já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças.

A memória perde, assim, o *status* de sonho ou inconsciente bergsonianos e torna-se trabalho de releitura. A rememoração não é, logo, a reconstrução de uma imagem, tal como essa ocorre, mas uma modificação segundo normas vividas na atualidade, uma atualização de imagens de hoje, das experiências do passado.

Dessa forma, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas ela é fruto da interação individual com a sociedade, seus grupos e suas instituições, e é a partir do contexto dessas relações que o indivíduo constrói ou destrói tais lembranças. Por isso, quando pensamos em rememoração individual, devemos sempre lembrar que ela se constrói nas tessituras das

memórias dos diferentes grupos sociais com que o indivíduo se relaciona e, portanto, ela está impregnada de outras memórias, mesmo que de forma subliminar. E quando pensamos em lembrar algo da nossa infância, muitas vezes confundimos o que se ouviu dizer com as próprias lembranças.

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (Stern *in*: Ecléa Bosi, 1994, p. 68)

A memória é o mecanismo de que o ser humano dispõe para resgatar o passado e assim afirmar ou negar sua identidade. O sujeito só se constrói através da rememoração. Na medida em que vai construindo suas memórias, também vai construindo, através dos implícitos, uma memória que é sua individual, mas com as marcas de impressão das vivências que são sempre compartilhadas pelo estar no mundo.

O lembrar do indivíduo e as maneiras como ele percebe tal mundo constituem-se, a partir das várias junções de vivências percebidas como um amálgama, uma suposta unidade que se fragmenta nas análises das representações sociais das comunidades afetivas, na qual *o outro* tem um papel fundamental, dando lugar assim à memória social/coletiva.

No que diz respeito à manipulação dessa memória social, pode-se afirmar que a ação ocorre em, no mínimo, dois níveis bem distintos. Primeiro, no próprio momento de sua elaboração e, mais tarde, no ambiente da sua utilização, instante em que a memória coletiva torna-se passível de sacralização e/ou banalização.

Cabe aqui voltarmos às distinções entre memória e história, o que complementa as posições anteriores, pois, como dissemos, a memória e a história vivem uma constante disputa, já que se imbricam e se distanciam enquanto representações do indivíduo e dos fatos ocorridos numa sociedade.

Em reflexão desenvolvida nos anos 80, o historiador Pierre Nora (1993) trata também, embora em outra perspectiva, da distinção entre memória e história, além de construir uma nova noção para se trabalhar na fronteira das vivências que ele chama de “*os lugares de memória*”. Esses lugares se assentam na memória individual e coletiva já que Nora acredita que memória e história se opõem mutuamente. Na expressão do historiador, em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, passível de deformações, vulnerável a usos, manipulações, períodos de latência e esplendor, a memória é vida, sempre conduzida por grupos vivos que ela reúne. Por isso mesmo há tantas memórias quantos

grupos existem. Por sua vez, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado, uma operação intelectual e laica que demanda análise e discurso. Enquanto “a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica” (p. 09).

Assim, Pierre Nora apresenta a noção de “Lugares de Memória” como resposta à necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo inscrito nos grupos regionais, sexuais ou étnicos de comportamento, gerações de gênero, entre outros. É então que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia e, ao conceituarmos os lugares de memória como um misto de história e memória, logo teremos momentos híbridos, pois não há como se ter só uma memória, já que sempre temos a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo. “O passado nos é dado como radicalmente outro, esse outro mundo do qual estamos desligados para sempre”, sentencia o autor. (NORA, 1993, p. 19)

Nora ainda busca uma possível solução para o problema de não se ter memória, pois acredita que, não havendo uma memória espontânea e verdadeira, há a possibilidade de se acessar uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Por isso criam-se arquivos, organizam-se celebrações, a escrita legitimando a não espontaneidade da memória e um lugar questionável para a identidade histórica.

A questão identitária que permeia a reflexão acima parece ser a chamada aceleração histórica, com seus desdobramentos, as transformações incessantes e suas decorrências, a ameaça do esquecimento e o mito da prisão do eterno presente em situações que levam a uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos, em síntese, pela história.

Ainda segundo Pierre Nora (1993), a memória é diametralmente oposta à história por vários motivos. Resumindo as diferenças que o autor propõe, temos: a memória faz parte de um acervo vivo conservado por grupos e está em permanente evolução, com alterações e passível de modificações e recuperações. A história é uma reconstrução do que passou. A memória é sempre atualizável; a história representa o passado. A memória tem bases no espaço, na imagem e no objeto; a história está ligada a uma temporalidade contínua. Enfim, para Nora a história carrega um valor destruidor da memória viva, porque esta seria suspeita à história. Com o exposto, Nora desenha, com certo entusiasmo, um painel instigante das diferenças entre os dois conceitos.

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes

que a confortam; ela se renova e alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos nós e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Carlo Ginzburg (2001) também acentua a diferença entre os dois termos, levantando as origens da diferença dos conceitos e apontando a irredutibilidade da memória à história mediante o exemplo dos judeus que, através da memória coletiva, criam um nexos com o passado vital mediante rituais de rememoração como constante atualização do passado. Para Ginzburg, as práticas acima podem ser aplicadas também a outras culturas. Quanto à historiografia, na opinião dele, aplica-se à função de registrar os eventos dignos de ser conhecidos tendo por base a perspectiva de que, na modernidade, o historiador deve ter certo distanciamento diante do passado, diferente do que ocorre com o trabalho da memória, de caráter mais subjetivo.

E aqui ingressamos na questão da memória como comportamento narrativo cuja função é comunicar algo que não existe no presente. A memória presentificaria, pelo ato de narrar, eventos históricos e culturais. Contra a amnésia coletiva, as narrativas de episódios, fatos, acontecimentos localizados no tempo e no espaço servem para recordar o que foi esquecido. Desse modo, a memória não luta contra a história, mas a resgata para o momento presente e, de certa forma, a revifica, imprimindo-lhe dinamismo.

A memória, enquanto conjunto de símbolos que dá sentido a uma coletividade - seja de tipo literária, artística ou urbanística - é uma construção social na qual entram em jogo as lutas pelo poder. E nessas lutas, o domínio da memória social significa controlar o espaço simbólico e, com ele, o espaço da realidade. Quanto às relações de força presentes no momento de escolher o que deve ou não ser preservado no espaço público, Jacques Le Goff (1999) afirma:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e documentam as sociedades históricas. Os

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1999, p. 13)

É oportuno ainda indicar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outras, as escolhas sobre o que será lembrado, que histórias ou aspectos dela serão considerados significativos para integrarem os monumentos.

Ainda segundo Le Goff (1999), a preservação da memória social, para além de uma manipulação simbólica absoluta, também pode servir para emancipar os grupos colocados à margem nas relações sociais, fazendo com que os monumentos públicos passem a ser objetos de reflexão sobre a história, em vez de serem somente objeto de veneração e culto de uma camada que se impôs pelo uso da força simbólica ou material. Por isso, afirma o autor, enfatizando a relação entre memória e história:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a liberação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1999, p. 18. )

Mas isso pressupõe uma visão dinâmica sobre o passado, não mais considerado em sua passividade, mas como impulsionador da tarefa cultural do presente. Uma das formas de simbolizar uma unidade nacional, por exemplo, se constitui no uso dos “mitos fundadores<sup>4</sup>”, bases da história de grupos que se perpetuam como principais agentes do poder e que têm sido a base da iconografia e das edificações construídas e preservadas.

Objeto de manipulações freqüentes de ordem política e ideológica, a memória (individual e coletiva) passa assim a integrar o território dos romancistas. Inspirando-se em análises psicanalíticas (recalque e luto) e filosóficas (tempo e silêncio), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à semelhança de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade. Em outras palavras, cabe-lhe apreender a relação do presente da memória e do passado histórico, em função da concepção de um futuro desse passado. “O trabalho da história se entende como uma projeção, do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na lembrança e no esquecimento”, afirma Ricouer (1997, p. 11)

---

<sup>4</sup> A expressão se encontra em CHAUI, Marilena: *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Desconstruir as imagens consagradas do país, dos estados, das regiões tem sido uma das tarefas da literatura, permitindo abordar problemas referentes ao tempo e à história. E mesmo os textos literários, ainda uma arte restrita a algumas classes, propiciam a problematização da memória escrita sobre o país, bem como da memória edificada, como veremos na análise das obras que escolhemos como objeto de investigação.

### **1.3 O projeto memorialista**

Os distanciamentos e oposições entre memória e história no discurso memorialista nem sempre são explícitos, tampouco fáceis de serem detectados, uma vez que, na lógica do discurso memorialístico, a fronteira entre o binômio tende a se diluir de maneira sutil.

Da história para a memória, talvez assim se possa configurar o espaço de uma poética que insiste na abordagem dos tempos vindos e idos, constituídos individualmente, mas revelados com a textura do coletivo pelo historiador ao memorioso/memorialista. Mas não apenas o memorioso saudosista, com olhos perdidos no horizonte, repondo imageticamente apenas o que lhe é conveniente, e, sim, um memorioso que, por meio de um método histórico alusivo, redefine limites entre história e ficção e, nessa fronteira porosa, assegure o lugar possível da memória por meio de textos de constituição poética. Uma poética da memória que, ao tempo e não contraditoriamente, se imiscui no terreno da história e dele se distancia, por sua própria vontade, mais interessada nos ritos de conformação do passado do que em sua percepção no momento que relampeja. Poética que se define no apuro de uma linguagem adequada à fixação das referências passadas e na articulação entre temporalidades de que se compõe a memória. Poética que é, na prática, um trabalho da memória, de estabelecer o margeamento da história, de saber para transpor o espaço mental entre passado e presente, comunicá-los convincentemente e explorar relatos históricos com coerência interpretativa.

Sabe-se que a memória é afeiçoada ao passado. Desejosa de sua permanência e disposta a resgatá-lo, ela não reside exclusivamente nos textos. O encontro dos vestígios que permitem sua recuperação pode ocorrer em outros lugares, seguindo outras matrizes que não as textuais.

As materializações desse passado prestes a ser exposto são sempre compostas na tensão entre o indivíduo e o coletivo, no resultado inevitavelmente coletivo, mesmo sendo muitas vezes um projeto memorialista supostamente individual. Podemos depreender que a



memória se apresenta, em certo sentido, pela incapacidade de ser resgatada de forma pura, com um caráter representacional, encenado. Toda escrita memorialista se comporta, logo, como um entrecaminho, uma fronteira. Ao mesmo tempo, por meio da memória coletiva, esse entrelugar se amplia, o que faz com que, ao ouvir histórias alheias, nos conheçamos melhor, nos sintamos parte de uma mesma existência redesenhada por um projeto de memória que se recusa a ser meramente histórico.

Evoca-se, portanto, a memória afetiva que também pode ser um instrumento eficiente de recuperação do passado através das narrativas de memória que, de maneira diferente, recuperam o que foi perdido pela violência do poder. Ainda que nessa perspectiva se dê pouca atenção à exatidão da reminiscência e objetive a narração da experiência, unida ao corpo e à voz, o relato memorial confere uma presença real do sujeito na cena do passado. Sabe-se que não há memória sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração; a linguagem narrativa liberta o aspecto mudo da experiência, redimindo-a do seu imediatismo ou de seu esquecimento, e transformando-a no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer, mas de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade que, a cada repetição e a cada variante, torna a se atualizar através da memória.

Um dos princípios básicos da crítica literária contemporânea resulta da produção de um saber narrativo engendrado pela conjunção da teoria e da ficção pelo teor documental e simbólico do objeto de estudo. O saber narrativo, ao retirar do discurso crítico o invólucro da ciência, distingue-se deste através de sua atitude avessa à demonstração e à especulação. Ao se concentrar na permanente construção do objeto de análise e nos pequenos relatos presentes na narrativa memorialista, este saber representa uma da forma de conhecimento onde o objeto da narrativa é aquilo que foi observado pelo eu autoral.

Os estudos pioneiros da nova e da meta-história utilizam-se também da narrativa como modo de contar os acontecimentos, recurso amplamente derivado do gênero constituinte do romance e da narrativa em geral. A mudança de perspectiva em direção ao objeto permite o questionamento dos antigos enfoques analíticos centrados nas datas impostas pelo discurso oficial, nos grandes acontecimentos ou na ênfase concedida aos nomes consagrados pela mitologia política.

Cenas domésticas e aparentemente inexpressivas para a elucidação dos fatos históricos passam a compor o quadro das pequenas narrativas, igualmente responsáveis pela construção do sentido subliminar da história. A literatura, rica em cenas dessa natureza e pródiga na arte das subjetividades, é convocada a servir de corpo analítico para o discurso histórico, o que

contribui para a diluição de fronteiras disciplinares quanto à exploração de narrativas ficcionais com o valor enunciativo e como procedimento de escrita. O objeto literário deixa de ser privilégio da crítica literária para expandir-se por outras áreas, numa demonstração de estar se libertando de um espaço único de fronteiras rígidas.

Peter Burke (1992), no artigo “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”, assinala as mudanças na metodologia frente aos objetos da história, assim como o modo narrativo passa a ocupar o lugar do espaço analítico. Pela própria concepção da escrita como gênero e marcado pela categoria temporal, a abordagem do historiador se modifica em favor dos acontecimentos que antes não tinham importância para a análise, reforçando a função do historiador, que é a de sempre estar contando uma história. E o que é mais importante: essa história está sujeita a interpretações parciais pelo fato de estar o narrador utilizando-se de um ponto de vista pessoal e estar ciente das múltiplas vozes que entram no processo criador. Inserindo no mesmo movimento narrador e ouvinte, tais narrativas criam um fluxo comum e vivo sempre aberto às novas experiências e a um intercâmbio de papéis, o que transforma o relato memorialista num modo de fazer conjuntamente.

Se levarmos em conta a etimologia da palavra *memória*, a expressão pode tanto levar a gestos de recordação, lembranças, reminiscências, quanto ao ato de narrar, refletir, relatar, pois a memória é registro das ações, reações e seu avesso. Ela não é apenas a lembrança, a função psíquica do *recordare*, mas também a narrativa do que é memorado. Assim percebida, a memória é a mais épica de todas as faculdades. Por ser matéria de excelência da lembrança, torna necessária a justaposição de experiências vivas em todos os níveis da sociedade.

Daí que o memorialismo, ou a fonte de memória social de que jorra a essência da cultura, estabelecendo a ponte que se conserva entre o passado e o presente, reorienta a interlocução entre o leitor dessas anotações do espírito e os momentos históricos que ultrapassem circunstâncias de brevidade e dilaceramento, apostando na narrativa como forma de permanência.

Benjamim (1987) coloca a prática narrativa em um tom melancólico, pois acredita na impossibilidade dessa prática nos tempos modernos. “Já se extinguiram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isso, desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo” (p. 205), afirma o ensaísta. As antigas narrativas de experiências já não constituem uma cena comunicável. Não temos tempo para ouvir a experiência alheia, tampouco sabemos dar conselhos aos outros ou a nós mesmos. Não somos mais capazes de contar histórias porque as ações da experiência já não despertam interesses. Não precisamos mais delas para viver. Por isso o autor acredita que

a narrativa esteja em vias de extinção, pois a figura do narrador, aquele que agia como conselheiro, desapareceu, legando-nos, portanto, o sono e o esquecimento.

Contudo, se entendermos a narrativa como uma condição essencialmente humana, saberemos também que ela se redimensiona revitalizando os substratos do imaginário, extraindo símbolos, armazenando, na memória individual e coletiva. A escritura então aciona os limites impossíveis e inapreensíveis da história do sujeito ou de sua comunidade, narrando uma aventura vivida ou imaginada.

Os aspectos figurados no projeto de memória, versados na produção memorialista, podem contribuir para a própria teoria do memorialismo como gênero. Ora, o conceito de memória como construção literária remete à volta do eu ao passado para redimensionar o presente, este se construindo e depois de reconfigurado, o que desfigura as concepções de passado, alterando-o com as vivências do presente. A cada momento que tal passado for contemplado, analisado a partir das memórias, estas também se formam mediante os fatos esquecidos e novos significados serão atribuídos ao passado. Tais memórias serão formadas a partir de atos de lembrar e esquecer, ou seja, voltamos ao pensamento bergsoniano da memória seletiva. Ao lado dessas duas instâncias, lembrar e esquecer, entra em cena o aspecto narrativo das memórias em forma plural, ou seja, o estudo das memórias é o estudo da forma narrativa especificamente escrita em primeira pessoa, de um eu que volta ao passado para compreender o presente, trazendo-nos o caráter plural que inviabiliza a tradicional imagem fixa do passado, remetendo-o a um conceito próximo da construção literária.

As memórias são a parcela da literatura de evocação mais reconhecida como puramente literária, muito provavelmente pela maior liberdade imaginativa que a elas está vinculada. De fato, *as inexactidões da memória, capacidade humana de armazenar dados, transformam os fatos em recordações por meio da linguagem*: “a memória não é apenas um conjunto de imagens fixas que devemos compreender ou transmitir, mas algo que retorna para repetir um caminho que nunca foi trilhado”. (COSTA; GONDAR, 2000, p. 9)

Por outro lado, as memórias podem também ser consideradas como um suporte da historiografia, já que ambas têm, como dissemos, por objetivo trazer a verdade para a instrução dos homens, isto é, tanto a narrativa histórica quanto a memorialística buscam, por meio da narração de fatos, certo caráter de exemplaridade que supere o inevitável esquecimento que incidirá sobre os fatos comuns.

As memórias, portanto, são uma busca de recordações por parte do eu-narrador com o intuito de evocar pessoas e acontecimentos representativos para este eu-narrador e muitas vezes personagem que escreve.

Ao estudar a memória em suas diversas formas de manifestação e as estratégias pelas quais ela se apresenta, também constatamos a sua possibilidade lírica e épica, como capacidade fundacional de discursividade, manifestada seja nos textos referenciais, compromissados com os registros históricos ou literários através de testemunhos, biografias e autobiografias, relatos memorialistas, confissões e diários.

A determinação em levantar todo esse substrato do vivido, de experiências individuais e coletivas, da vida pública, delega à memória a função de ponto de resistência face à incessante pulverização das identidades nos tempos atuais, marcados pela volatilidade das lembranças: o que me aconteceu já passou para dar lugar a um novo e fugaz evento. Ao indivíduo monitorado pelas máquinas de comunicação não é dado tempo de recordar. Se, por um lado, os aparatos tecnológicos aceleram as interações virtuais, por outro, eles contribuem para tornar menos evidentes essas mesmas interações, sendo a aceleração desenfreada pela contemporaneidade, inimiga mortal da memória.

Mediante a intervenção da memória se constrói a narrativa secreta de nossa vida, que se separa da narrativa oficial, isso quando não se opõe a ela, construção que tentamos legalizar não só em relação ao mundo exterior, mas também em relação ao nosso próprio mundo. E a narrativa baseada num projeto memorialista é sempre inquietante, isso por que

Memorialismo e autobiografia são formas de autoconhecimento pela experiência da escrita. No caso da autobiografia, o eu aural é também o objeto da narrativa, no caso do memorialismo, o objeto da narrativa é aquilo que foi observado pelo eu aural. (LEENHARDT, 1998, p. 302)

O memorialismo pode assumir diferentes denominações como romances pessoais, diários intimistas, crônicas, memórias, romances autobiográficos, embora todas sejam a sobreposição da trilogia clássica ou mais conhecida: diário - memória - autobiografia. O que diferencia basicamente essas formas literárias são as marcas da escritura do *eu* e o modo de inscrição de si mesmo nas narrativas, situando-nos no plano ideológico do autor.

O texto memorialístico, mesmo tendo as marcas impressivas e expressivas do eu, pode proporcionar o resgate de fatos, em alguns casos obscuros ou mal interpretados. Ao mesmo tempo, pode iluminar as formas pelas quais se utilizam ou se podem utilizar as suas outras denominações, tanto para representar, compreender vidas individuais e particulares, bem como testemunhar eventos históricos marcantes, estabelecendo uma corrente de interesses comuns capaz de promover mudanças educativas, políticas e sociais, ou contribuir para a

própria teoria do memorialismo como gênero num momento em que se está tentando revitalizar literaturas consideradas marginais ou periféricas.

Objetivando nos aprofundar sobre as diferenças que circundam tal trilogia nos capítulos a elas reservados, convém adiantarmos que as diferenças são bastante frágeis entre si. Por isso tomamos como empréstimo o estudo do teórico Philippe Lejeune (1995), sobre *o pacto autobiográfico*, no qual é selado um acordo tácito de cumplicidade entre quem escreve e quem lê. À medida que o texto avança, compartilha experiências do mundo privado e interno do autor. Às vezes, esse acordo é estabelecido por intermédio de outras estratégias narrativas. O escritor, nesse caso, além de narrar, autoriza-se a qualificar comportamentos, denunciar transgressões pessoais ou até mesmo estabelecer alguns padrões morais, dirigidos a possíveis interlocutores, que deverão previamente saber que todo relato sob o crivo da memória contém desvios, intencionais ou não, pois o que alguém escreve sobre si é a última palavra e, quanto mais sincero se é, maior é a vulnerabilidade do que foi dito às leituras de quem compartilha idênticas experiências de vida.

O diálogo entre o discurso memorialista e o literário é uma prática que se mantém vigente através dos séculos, impulsionada por motivos historicamente diversos, mas que foi convertida em moda, sobretudo por ser uma produção que conduz ao reconhecimento de si no outro, nas diversas facetas do ser humano em enxergar o que está à sua volta, de sua gente, seu povo, suas histórias e mitos.

Finalmente, é cabível recusar essa mistura, definir com precisão o que se entende por história e o que se concebe como memória, e identificar cuidadosamente esse movimento de constituição de referenciais passados justificadores do presente por meio da localização física ou imaginária, ou seja, aquilo chamado por Nora “*Os lugares da memória*”. São muitas, de fato, as opções. Muitos também os caminhos teóricos e epistemológicos que se dispõem em seguir, tipos de investigação que fazem, questões que nos propomos a responder. Mas, inevitavelmente, ao fazermos tais escolhas, estamos lidando com estratégias distintas que, sem exceções, lidam com um problema central: o peso do passado nas representações feitas em torno dele, seus usos, suas conexões com o contexto. Mesmo que não se reconheçam diferenciações entre texto e contexto, suas projeções políticas, sociais, intelectuais, também inevitavelmente duelam com os mecanismos de construção de um passado reconhecido na fundação da memória.

Pressentindo-se o que já se disse, a divisão teórica custa muito ao historiador ou narrador, se entendermos que as fronteiras existentes são tênues. Pela memória constituímos nosso passado, recoletamos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje,

confirmamos o termos experimentado um dado do passado revisitando fronteiras que as tradições ergueram e ignorando determinadas *vozes*.

#### **1. 4 Ainda nas trilhas da memória: a narrativa memorialista**

O instinto memorialista é tão antigo quanto a escrita, ou melhor, é tão antigo quanto o desejo humano de registrar vivências. A literatura íntima, no entanto, só começa a se fortalecer enquanto gênero a partir do estabelecimento da sociedade burguesa e da difusão da noção de indivíduo, ou seja, quando, no Ocidente, o homem adquire a convicção histórica de sua existência.

Na antiguidade não existiam fronteiras absolutas entre as formas ficcionais e as formas de apresentação do “eu”. Cria-se, naquele momento, que os textos de natureza memorialista supunha que o reconhecimento do valor individual do eu não seria justificável. Também no período medieval, segundo Luiz Costa Lima “a observação e a descrição do mundo externo desaparecem por completo atrás de fatos e experiências espirituais” (LIMA, 1986, p. 250).

Segundo Alain Girard (1996, p. 32), antes da idéia de indivíduo, não é correto falar em memorialismo. Para o teórico, as origens do diário íntimo podem ser situadas com exatidão: surgem entre dois séculos (por volta de 1800) e são frutos da exaltação dos sentimentos e da moda das confissões que assolava a Europa pouco antes da eclosão romântica.

O crescimento da população é dado que impulsiona as narrativas de caráter memorialista e confessional, pois, com o aumento do número de pessoas, começa-se a reconhecer o valor íntimo de cada indivíduo por suas vivências e interioridade. Outro fator importante quando pensamos na afirmação desse tipo de narrativa está relacionado ao mundo de então: a religião perdia sua força e o homem não encontrava apoio na ciência. É nesse ambiente de desencanto que começa a ser cultivada a subjetividade. Diante da descoberta do eu individual, a burguesia passa a interessar-se por tudo o que possa aclarar este mundo interior recém-descoberto.

Segundo Peter Gay (1990), a valorização da privacidade impulsiona o aparecimento, à época, de uma infinidade de novelas, diários e autobiografias: “Pense, por exemplo, como a idéia de privacidade era até fisicamente impensável em famílias cujos membros eram obrigados a dormir juntos num mesmo quarto, algo comum no século XVIII”. (GAY, p. 23)

É, portanto, após a conquista da privacidade que a literatura íntima passa a registrar o eu como presença no mundo. Ainda segundo Gay,

Foram meros detalhes como quartos privativos ou escrivatinhas com chaves, mas, no geral, serviram para que a classe média respondesse à nova intimidade com confissões, viciando-se em tudo o que a remetesse à busca do eu no cotidiano e nas artes. (GAY, 1990, p. 2)

Os irmãos Schlegel (1779) têm um importante, papel dentro do estudo do gênero, memorial, pois ao organizar uma sensível coletânea, enumerando as diversas classes de literatura, de cunho memorial existentes, publicada na revista *Athenaeum*, tira o gênero do anonimato ou do lugar subalterno. Tal enumeração dividiu a literatura confessional em duas partes: a primeira tratava dos prisioneiros do *eu* neuróticos, obsessivos e mulheres, e a segunda a dos mentirosos. Até então o texto intimista não era considerado literatura, pois estava desvinculado de uma possível realização estética, mas já se questionava sua classificação entre a verdade e a mentira. A divisão clara entre os que narram uma suposta verdade e os que tramam a mentira demonstra que, já durante o Romantismo, estavam configuradas as dificuldades de classificação do gênero.

Apesar de o início da escrita confessional estar mais atado ao século XVIII e sua afirmação ter sido possível apenas no século seguinte, seu apogeu dá-se no início do século XX. Durante o século XX, toda a gama de literatura íntima e, sobretudo, de diários e memórias que se tornaram produto de consumo, passou a ser digerida por uma grande massa de leitores interessados no secreto. Esses leitores acreditavam entrar na intimidade e devassar segredos invioláveis do autor com o apetite de quem olha à espreita.

Além disso, os leitores do século XX, ao buscarem o conhecimento de um testemunho único, na verdade, visavam a obter a ligação inevitável entre os seres humanos e a dor que os une.

O *diário de Anne Frank*, publicado no ano de 1958, é o título mais famoso do gênero no Ocidente, sendo claro exemplo do interesse que um texto confessional pode suscitar no público leitor. A obra categorizada como diário vendeu mais de 25 milhões de exemplares. Trata-se de um relato, em primeira pessoa, de uma adolescente judia escondida da fúria dos nazistas por vinte e cinco meses. São as agruras e esperanças de um eu que escreve sobre conflitos e sonhos e sobre a convivência e o cotidiano no esconderijo. Seu sucesso editorial é fruto tanto das circunstâncias históricas em que foi produzido, quanto à sua forma narrativa. Conhecer o cotidiano e a intimidade de uma adolescente judia nos sombrios anos da segunda guerra por meio de seu diário é, sem dúvida, uma experiência ímpar. Se analisarmos mais a

fundo, no entanto, perceberemos que o diário fica no entrelugar já anteriormente citado: discurso histórico e literário.

Na conturbada passagem dos séculos XX e XXI, repleta de desentendimentos, sanções, conflitos e guerras, o que mais pode interessar à humanidade? Segundo Luana Soares de Souza, “a escrita do eu pode ser definida como uma forma de salvação do homem dos nossos dias em um mundo que já descrê de projetos da salvação coletiva”. (SOUZA, 1997, p. 126)

Realmente, o referido século foi o da produção das memórias. Nesse período, uma gama de textos foi escrita e publicada segundo a forma da escrita autobiográfica, na qual um eu faz um relato da existência de um eu individual que interage dum lugar de assentamento ideológico. Principalmente nas últimas décadas, tal profusão de relatos passa a integrar o panorama de incertezas que nos cerca, uma vez que não cremos numa única direção a ser seguida, nem numa unidade totalizante dos fatos. Questionamos tanto a suposta linha divisória entre literatura-história e memória que esbarramos num clichê: é muito tênue a linha que tece os fios discursivos desses projetos de identidade formados a partir de modelos e olhares narrativos diferenciados.

É, dessa forma, então, que os fatos retidos nas memórias individuais se contradizem, já que as percebemos, por serem confessionais, como produto da imaginação. Assim, os jogos com o tempo e com as vozes do presente/passado reforçam tal leitura, por permitirem as muitas versões dos fatos, num tipo de narrativa possibilitada pelo vai e vem das experiências espaço-temporais.

A criação do espaço do mnemônico no âmbito da narrativa confessional concilia a convivência subjetiva do próprio sujeito com o outro. Temos acesso a essas vozes (narradores em primeira pessoa) que testemunham uma época por fim e um tempo sócio-histórico da Bahia, de onde brotam as vozes, díspares e consoantes, dos três memorialistas em estudo, vozes filtradas pela memória de narradores testemunhais em um tempo histórico a partir dos discursos coletados e representados em fatos simples do cotidiano. Essas vozes, ressurgidas na memória do autor-narrador-personagem, contribuem para redesenhar o rosto da nossa história através de um outro olhar enquanto espaço da tensão e do intercâmbio de valores culturais. Uma Bahia plural é então narrada através dos memorialistas em trânsito, que contam histórias na fronteira social e também simbólica, representando a si mesmos e também às regiões do Recôncavo e do Agreste.



## CAPÍTULO 2

# MEMÓRIAS DO SERTÃO DE BAIXO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IMAGENS SOBRE O RECÔNCAVO SUL

*Os pensamentos postos no papel nada mais são  
Que pegadas de um caminhante na areia:  
Veremos o caminho que percorreu,  
Mas para sabermos o que ele viu nesse caminho,  
Precisamos usar nossos próprios olhos.*

(SCHOPENHAUER, 1993, p. 42 )

Fica esta tarefa para os novos: ver nos arquivos o que não firmei da tradição, para esta viagem sentimental, que deve ser verificada, e dar a séde dos ancestrais, na vida afanosa da lavoura escravagista, que é nossa raiz ainda bem viva. (ALVES, p. 115)

## 2.1 “E o Recôncavo meu medo”

Região de escrita demarcada a cada acontecimento no decorrer da história, que tanto permanece oculta ou revelada como num palimpsesto. E como se as sucessivas e antigas transformações se tornassem aparentes e eternas, o Recôncavo circunscreve-se com contornos de uma região muito particular e estudada. Por isso mesmo, não podemos deixar aqui de tecer algumas considerações. Inicialmente, é importante ressaltar que há vários estudos e pesquisas sobre o Recôncavo, abordando-o como se ele fosse limitado apenas pelas cidades de Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, ou seja, o famoso Recôncavo clássico cantado nas músicas de Caetano Veloso.

O Recôncavo da Bahia de Todos os Santos é uma região que compreende 9.800 km em forma de crescente entorno dessa baía, que foi a principal sede da produção açucareira na Bahia – conquanto certamente não a única – e sede exclusiva de uma produção fumageira especializada – do fumo Brasil-Bahia – além de sede, também, da primeira extração petrolífera do país. Reconhecidamente uma região muito urbanizada no período colonial, o Recôncavo tem marcada presença nos planos cultural e político do país.

Segundo Pedrão (1986), antes de estabelecer uma visão atual do Recôncavo como região, é importante distingui-lo enquanto lugar de um processo social, portanto, ver a região na perspectiva histórica de sua formação social. Os limites administrativos da região encobrem uma complexa realidade histórica, que sugere distinguir uma parte norte, compreendendo municípios que se confundem com a região do Agreste e que estão ao norte da falha geológica da bacia do Rio Jacuípe; e uma parte sul, compondo a meia lua em torno da Bahia de Todos os Santos e cuja ponta sul é o estuário do Rio Jaguaribe. Além disso, é uma região em quatro patamares de altura, formando os manguezais, a planície de Santo Amaro e

Cachoeira e a mata fina, que são os tabuleiros presentes na parte alta dos municípios situados entre as bacias dos rios Paraguaçu, Subaé e Jacuípe.

Para Isaías Alves (1967) a demarcação geográfica do Recôncavo atende a princípios subjetivos, assim definidos: As Matas do Sertão de Baixo e de Cima, ficando o Recôncavo compreendido em dois eixos: o Recôncavo clássico e o Recôncavo Sul, onde a narrativa em análise irá centrar-se. Porém, para maior facilidade de localização por parte do leitor, faremos um breve relato sobre a região objeto das *viagens sentimentais* de um narrador memorioso que canta prioritariamente a terra natal.

A cidade de Santo Antonio de Jesus, anteriormente denominada de Capela do Padre Mateus, Capela de Santo Antonio de Jesus, e depois, apenas, Capela, tem suas origens relacionadas ao sítio da Capela construída em terras doadas pelo Padre Matheus Vieira de Azevedo em 27 de setembro de 1776, ao redor da qual foi se edificando. Até o ano de 1852 essas terras estavam ligadas eclesiasticamente ao município de São Felipe; e a oeste com Varzedo e Nazaré, quando foi elevada à categoria de cidade. Limita-se ao norte com os municípios de Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa; ao sul, com Laje, São Miguel das Matas e Aratuípe; a leste, com Muniz Ferreira<sup>5</sup>.

Localizada na Região do Recôncavo da Bahia, mais especificamente na Região do Recôncavo Sul, a cidade de Santo Antonio de Jesus teve seu povoamento estimulado a partir do plantio e cultivo de produtos agrícolas e atividades agropecuárias desenvolvidas ao longo de sua história, que remete aos séculos XVII e XVIII, quando dos primeiros arruamentos e dos habitantes que começaram a se instalar próximo à Praça Padre Mateus.

Tais atividades tinham como principal objetivo a produção de alimentos destinados a abastecer a produção local, da região e cidades canavieiras, atendendo também às demandas dos homens que se deslocavam para colonizar o Sertão, à população de Salvador, a capital do estado. O Recôncavo baiano, ao longo de sua história, configurou-se como uma região singular e plural, composta por vários sistemas de produção e cultivo e múltiplas formas de relações sociais.

Para Oliveira (2002) o Recôncavo tem elementos que lhe dão unidade e diversidade, sendo difícil perceber a riqueza, a pobreza, os contrastes do Recôncavo sem levar em conta a variedade dos seus aspectos físicos, socioeconômicos e percurso histórico. Sendo assim, o Recôncavo se apresenta como um grande conjunto composto de porções diferenciadas. Estas porções podem ser vistas como pequenos Recôncavos: O Recôncavo canavieiro, o Recôncavo

---

<sup>5</sup> Os dados são retirados do livro *A Capela*, de Fernando Pinto de Queiroz, pesquisador sobre o Recôncavo e muito citado por Isaías Alves no livro *Matas do Sertão de Baixo*.

Fumageiro, O Recôncavo mandioqueiro e de subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista.

Essa configuração produziu na região uma diversificação econômica e, concomitantemente, contribuiu para a intensificação de diferentes processos de ocupação e povoamento, proporcionando mudanças significativas na estruturação do espaço regional e das relações sociais. Dentro desse contexto – Recôncavo e Recôncavos – é que se insere a cidade de Santo Antonio de Jesus, cidade memoriada pelo autor de *Matas do Sertão de Baixo*, em estudo neste segundo capítulo. Como muito bem prefacia Pedro Calmom, *é uma obra que, em qualquer dos ângulos que seja lida, perceber-se-á a sua unidade humana, saudades e ternura que se fragmenta, sobre o melhor dos assuntos: nossa terra; e nossa gente.*

## **2. 2 Isaías Alves: pedagogo fronteiriço**

Há uma ligação indispensável que nos auxilia a decifrar os caminhos da história. É impossível pensarmos a história das vivências dissociadas da história que se conta. Em outras palavras, vida e narrativa estão interligadas, sendo impossível a qualquer indivíduo viver sem narrar a história. Não uma história acadêmica, oficial, mas aquela que faz parte do nosso cotidiano, sem grandes sofisticções dos especialistas que, na maioria das vezes, tendem a fazê-la de forma complexa, mas pouco significativa, pois tais narrativas não refletem a vida desses indivíduos, pelo menos no que se refere a mudanças simples do cotidiano e que, para muitos, não conteriam aspectos e contornos relevantes para a história.

Esta se revela e se esconde no ofício do contar, ou contar-se, ofício, afinal, que nem todos conseguem exercer, já que o ser e o estar no mundo exigem reflexão ou fantasia. Narrar a história é organizá-la, definir seus possíveis sentidos ou a falta deles, o que significa uma arte importante para a construção das diferentes práticas culturais.

É imperioso lembrar que cada contador/narrador tem suas peculiaridades, seu estilo, sua linguagem, que evidenciam a sintonia do ser com o momento vivido. O narrador tem a capacidade de antever, de reviver momentos aparentemente esquecidos, namorando a sua memória e por isso dialogando com seus sonhos e desejos. E mesmo voltado para um mundo particular, há algo que o aproxima dos outros: ele quer ser entendido, pois pretende socializar as suas vivências, transformando vivência particular em canto coletivo. Assim compreendida, uma narrativa nunca é neutra ela se constrói dialogando e estruturando concepções de mundo,

anunciando significados, definindo desejos, buscando compreensões em elementos fundamentais para a continuidade da história. O narrador em trânsito, seguindo nossa atenção, apresenta-se como um importante contributo para os estudos do Recôncavo, assim como já o fizeram, em outras regiões, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Ferreira Reis.

Isaías Alves de Almeida<sup>6</sup> é autor pouco conhecido, até mesmo no Recôncavo Baiano, região que se dedica a estudar. Embora tenha uma publicação bastante significativa no que se refere ao campo da Pedagogia, o autor indicia, na perspectiva que aqui intentamos, pesquisar um valor inédito. Nascido em Santo Antonio de Jesus, na Bahia, em 29 de agosto de 1888, Isaías Alves muda-se para Salvador em 1903, a fim de cursar o ensino secundário. Em 1907 ingressa na Faculdade de Direito (que integra hoje a Universidade Federal da Bahia), e em 1910 diploma-se bacharel em Direito, exercendo por pouco tempo a advocacia.

Como estudante de Direito, já demonstrava o seu interesse pelos aspectos educacionais, quando, ao representar a sua faculdade no 1º Congresso Brasileiro de Estudantes, em São Paulo, no ano de 1909, apresenta uma tese propondo a criação de Universidades no Brasil. Sem dúvida, foi um dos intelectuais brasileiros que mais escreveu sobre testes de inteligências educacionais, ou seja, das suas mais de quarenta obras (vide anexo) ao menos vinte delas são associadas à Pedagogia.

Ainda em relação à sua formação acadêmica, Isaías Alves é um dos primeiros intelectuais brasileiros a fazer um curso de Mestrado, que se inicia em 1930 na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Quando volta daquele país, já com o título de “*Master of Arts and Instructor in Psychology*” ele já demonstra o interesse de regionalizar-se, pois publica um livro intitulado *Da educação nos Estados Unidos*, onde critica qualquer modelo educacional que não leve em conta os aspectos culturais locais. Pedagogo e considerado mestres dos mestres, funda e dirige a Faculdade de Filosofia da Bahia entre 1942-1958 e o Colégio Ipiranga, feitos que realçam sua biografia.

Em 1931, é nomeado para exercer o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia e em seguida convidado por Anísio Teixeira para assumir o cargo de Diretor técnico do Distrito Federal. É durante os anos de 1938 a 1942, numa atmosfera agitada do Estado Novo,

---

<sup>6</sup> O autor faz a opção, em todas as suas obras, de não usar o Almeida, e aqui utilizaremos o mesmo princípio.

que ele, de forma mais intensa, exerce o cargo de Secretário de Educação e Saúde na Bahia, a convite do interventor Landolfo Alves de Almeida<sup>7</sup>.

Isaías Alves integrou a Academia de Letras da Bahia e seus escritos versam sobre diferentes temáticas, conquanto o próprio autor assuma que o melhor que sabia fazer era narrar sobre seu povo. É justamente na fronteira do escritor conhecido nacionalmente pelos cargos políticos ou pelos livros de caráter pedagógico/psicológico que flagramos o memorialista Isaías Alves, com *Matas do Sertão de Baixo* assumindo um projeto com contornos de memória social envolvendo lembranças no Recôncavo Sul, do folclore, do homem simples, das linhagens familiares e, sobretudo, dos acontecimentos históricos.

Há também, na referida obra, recuperação de ditos populares, cantigas, credices, farmacologia, abusões, causos, registros do cotidiano das mulheres, da escola, fontes que podem ser utilizadas em estudos sobre linguagem, costumes e medicina popular, economia e gastronomia, ou seja, estamos diante de uma miscelânea de assuntos os quais retratam a resolução de um narrador obstinado em descortinar o Recôncavo Sul.

### **2. 2. 1 *Matas do Sertão de Baixo*: uma obra fronteiriça**

Em *Matas do Sertão de Baixo*, Isaías Alves oscila entre um projeto de cunho histórico e literário, a genealogia e a tradição lendária de sua região, sempre primando por discernimento e filiação aos ideais históricos positivistas, obnubilados, em parte, pela narrativa com sentimento nativista. Salientamos que o autor não obedece a esquemas rígidos. Inicialmente, elabora a análise parecendo objetivar uma cronologia, mas somos surpreendidos por análises do século XVII, numa seção que, segundo o autor, estaria destinado a outro século. Isso em nada tira o mérito da obra, mas é uma peculiaridade estrutural da narrativa que percebemos durante o nosso estudo.

A obra oscila entre estilos que vão de um projeto de História a um projeto de Literatura, mesclando um mote dialógico entre Ciências humanas e literárias, caso, especialmente, de um discurso narrativo em primeira pessoa, ressaltado pela disposição, de

---

<sup>7</sup> Landolfo Alves é irmão do escritor em estudo e foi interventor do estado. É oportuno salientar que, mesmo antes da interventoria do irmão, Isaías Alves já participava ativamente exercendo cargo no governo de Juracy Magalhães. Foi exatamente durante esse período que ele projetou e iniciou a construção do ICEIA, concluído em 1939, no exercício do mandato de Landolfo.

resgate impressionista, de imagens apreendidas pelo narrador, ora caracterizado como observador participante:

Das minhas recordações de meninice que tenho nítidas, a figura da avó não me ficou memória, pois morreu antes dos meus quatro anos. Nem mesmo a cena em que minha mãe conseguiu ver a velha no esquife, à porta, em caminho do cemitério de Santo Antonio de Jesus, me lembro absolutamente. (ALVES, p. 58)

A memória, narrada no livro, desenrola-se no Recôncavo Sul e destaca o narrador, que é autor-narrador e personagem de episódios da história cultural baiana. Os episódios são narrados de forma bem próxima à oralidade, uma conversa em fim de tarde, espécie de pano de fundo sobre o qual se ergue uma certa comunidade de valores que caberia às histórias contadas dar endosso.

Para uma breve exegese da obra, comecemos pelo título. *Matas do Sertão de Baixo* traz em si toda uma carga imagética e uma conotação poética, seguidas de divisões que o autor prefere chamar de partes. Logo, a obra possui três partes, que ele intitula de: 1ª-Luta dos três rios, 2ª-Viagem Sentimental pelas Fazendas, 3ª-Lembranças da Terra Natal: Santo Antonio de Jesus. É importante ressaltar que os títulos escolhidos para as referidas divisões são de caráter altamente emotivo, primeiro pelo uso da personificação, seguidas de duas grandes referências literárias, respectivamente: *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garret e o poema “Oito Anos” de Casimiro de Abreu. Em defesa de uma pretensa cientificidade, o autor afirma que seu trabalho não é de ficção, como se, ao assumir aspectos literários/ficcionais, a obra diminuísse ou perdesse seu valor histórico:

Nosso trabalho não é de ficção. Descrevemos, criticamos, comparamos e salientamos o grande esforço criador das gerações de 1750 a 1850 aproximadamente, tirando a mata bravia a riqueza agrícola, que ainda hoje vigora em alguns centros, em meio à transformação dos hábitos, dos costumes, da mentalidade de quase toda a vida rural do Estado. Quase nada diremos de hoje. Nossa experiência se fez até 1929 a 1930, com poucas visitas em 1938 a 1941, quando a função do governo prejudicava a função da vida social. (ALVES, p. 145)

Há ainda assinalado na obra um sentimento de orgulho ao rememorar a saga no Recôncavo, numa narrativa que beira o tom épico e que desnuda a história oficial. Apesar de os vários relatos se iniciarem em terceira pessoa, são marcantes os trechos em que predomina a primeira pessoa, como uma âncora que, impetuosa, atrela o poético da narrativa às experiências de vida do autor, ornando sua épica com estilo lírico documental, memorialístico, tão comum à literatura moderna:

O ar da mata nos dá um sono profundo: os sonhos fugidios não fatigam; o despertar é fácil e alegre. O dia vai clareando ao orquestrar dos passarinhos e das cigarras que, de longe, parecem longos silvos da locomotiva. Ouço as cinco pancadas do relógio velho. À janela, a luz mal permite escrever estas linhas, mas a claridade aumenta, tingindo levemente de rosa o papel. A neblina é tênue e a estrada surge na curva. Agora o jardim é claro e as angélicas, em cachos, erguem-se por entre as margaridas e os malmequeres. As angélicas recordam de chofre a velha avó Maria Angélica. O perfil da coiteseira mística é perfeito e a madre-silva já se distingue completa. Vou ao canteiro da suave e dulcíssima violeta e, entre as flores que as primas cultivam numa infinidade de vasos, encontrei uma violeta ainda fechada, que deixei para o ciclo da natureza. (ALVES, p. 55)

Existe também na narrativa histórico/memorialista a vontade de seleção, o desejo de selecionar linhagens que distinguem os moradores, separando o puro do impuro, e com esse critério seletivo acabando por fundar os mitos julgados verdadeiros ou falsos, erigindo modelos segundo os quais a própria seleção vai passar a operar. É exatamente na repetição de um modelo de história, ou melhor, de uma contra-história modelar, que o autor centra suas narrações simplórias e não tão heróicas. Leremos sempre, na obra, a expressão *me foi contado pelo negro da fazenda*, com isso aparentando que o narrador pretenderia criticar os mitos de construção da história oficial, postando-se em lugar ambivalente de desconstrução do discurso histórico hegemônico, mas também portador de uma vontade de substituí-lo em sua posição hierarquicamente superior, uma vontade de modelar que se inscreve na seletividade do autor-narrador-personagem em se lembrar apenas do que lhe é conveniente:

Concluídas as notas do precioso ditado, em que se reúne a saudade de duas almas boas, gratas ao coração do autor, falta lembrar que a fazenda se começou para milhões de cafeeiros, mas afundou na mataria, por efeito da política nova. (ALVES, p. 304).

*Matas do Sertão de Baixo* é, basicamente, um condensado de fatos, de registros de acontecimentos históricos que vão dos séculos XVII ao XX, passados sobretudo em Santo Antonio de Jesus. A obra é importante fonte de dados empíricos que privilegia o campo da história factual. O autor é um dos pioneiros na busca de registros em fontes orais e nas obras consagradas da historiografia regional, visando à elaboração de uma interpretação sobre a história do Recôncavo baiano, muito embora intente especificar geograficamente e economicamente o que entende por Recôncavo. A tentativa esbarra em conceitos subjetivos, já que o autor arrola pessoas do Recôncavo a acontecimentos históricos de todas as regiões do Brasil, mostrando que não se pode pensar o país sem pensar o Recôncavo.

Há na obra uma tentativa de unidade temática. O narrador inicia o relato tratando do século XVII e refletindo sobre a colonização da Bahia e a fundação da cidade de Salvador. Em seguida, de forma fragmentada, situa o Recôncavo como uma grande força econômica,



arrolando-o a cidades situadas ao sul do estado. E atribui tal desenvolvimento à coragem e tenacidade portuguesa que regeram a cultura e riqueza de uma civilização mais forte.

Recobrada a soberania portuguesa, o Recôncavo baiano já era uma força econômica. Ampliava-se pelo sertão de Baixo e já fazia rebanhos e a incipiente mineração do de Cima, seguindo o rumo do Paraguassu, do São Francisco, Rio de Contas, do Itapicuru e, mais ao sul, os do escoadouros da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e da de Porto Seguro. Em torno da Capital da Colônia, crescia uma grande civilização, com arte e riqueza, que fazia prova nas refregas da Independência, mais um século e meio, igual período ao já vivido nos embates com os aborígenes. (ALVES, p. 12)

A seqüência do livro é sempre muito bem marcada pelo desenrolar de fatos de caráter pessoal mesclados a fatos históricos, característica da prosa memorialista. É como se, ao narrar a sua história, ele buscasse situar o leitor nas suas referencialidades. No caso de Isaias Alves, o leitor achar-se-á diante do próprio formador da historiografia nacional, observando, assim, a necessidade de buscar o passado pioneiro do Recôncavo, ressaltando a coragem, como já fora dito dos portugueses, mas também evidenciando, de igual modo, a importância dos negros e dos índios, que com seus costumes passaram a caracterizar o povo do Recôncavo.

Muitos hábitos e gestos eram dos íncolas; muitíssimos de filhos e netos dos africanos, entre os quais se acomodavam, sem mesclar-se, os aldeamentos provisórios de ciganos, que vinham, equipados como pequenas hordas. O certo é que a influência negra dominou, havendo no polígono de nossas viagens haréns de escravos. (ALVES, p. 112)

As danças, músicas, festas retratadas pelo autor são, na sua maioria, setecentistas, isto é, permanece sempre a influência do período colonial sobre todos os outros. Em nenhum momento há uma condenação ou visão moralista sobre as manifestações culturais ou hábitos do *modus vivendi*, independente da etnia. No fundo, há a defesa das qualidades de miscigenação dos negros e dos índios na formação do povo do Recôncavo.

Do ambiente da fazenda, juntaremos alguns provérbios, ditados que eram constantes, ainda até o fim da vida dos filhos do fazendeiro. São hábitos mentais fortes, expressivos do orgulho, com largueza intelectual. A linguagem era relativamente boa, pois as críticas eram vivas. As cantigas, em que muito colaboravam as escravas, sofriam efeitos prosódicos. Destas e dos provérbios, daremos exemplos (ALVES, p. 60)

Mas há uma valorização das origens e a necessidade em demonstrar a prevalência de europeus na composição étnica do Recôncavo, tudo isso manifestado em referências feitas às famílias e na constituição genealógica que o autor tenta montar a fim de demonstrar a

formação dos nomes referentes no Recôncavo e que se expandem com grande relevância para todo o país, como podemos perceber:

Montei por lá uma árvore dos antepassados e colhi muita informação do velho ambiente das matas. Na Barra, tive boa hora com o juiz Duarte Guimarães, bela cultura de jurista, que não se ancilou em fórmulas jurídicas, e soube encarar problemas psicológicos e sociológicos da vida moderna. Na qualidade de Membro do Conselho Penitenciário, animou-me e prestigiou-me no trabalho de medidas da inteligência dos condenados, que constituíram úteis elementos dos meus trabalhos de testes. (ALVES, p. 101)

O autor ainda tenciona, através da obra, uma maneira de informar ao leitor sobre a situação não só histórica, como também dos traços da economia. É claro que, para isso fazer, recorre a uma forma bastante didática, conforme observamos no trecho abaixo:

Os preços dos gêneros darão a enorme distância entre hoje e aquela época. Museus e antiquários oferecem cinco mil cruzeiros por uma cadeira de jacarandá e palhinha. Uma fatura de outubro de 1887 indica 12 cadeiras por oitenta e cinco mil réis; um sofá por sessenta; uma cadeira de balanço por trinta e cinco; uma caixa de vinho do porto fino – vinte mil réis; dois frascos de conserva mil e oitocentos réis: vinte e quatro garrafas de cervejas, onze mil réis; dois queijos flamengos, a três e novecentos; duas Latas de azeite a seiscentos e quarenta réis. O leitor veja que o nome de mil réis antigo é hoje cruzeiro e verifique se uma garrafa de cerveja nacional de agora tem comparação com a importada. É uma fatura preciosa da instalação do bar de meus pais. Seu sentido econômico era perfeito até cinquenta anos passados, começo da primeira guerra mundial. Nesta outra encosta do século, tudo é diferente, incompreensível. (ALVES, p. 257)

Com isso percebemos que Isaías Alves parte do pressuposto de que a história não é fruto de atitudes individuais de políticos, de personalidades ou da vontade do Estado, e, sim, fruto dos embates dos homens em seu conjunto a fim de preservar a memória. As ações e os embates humanos são determinados, em última instância, pelas necessidades materiais, pois não existe “consciência pura desvinculada da práxis material”. Os homens, de fato, têm consciência de sua existência a partir de sua vida real. Sem essa base real é impossível essa consciência. Mas também sem essa consciência é impossível a práxis. Ou seja, ao abordar questões regionais, o narrador está se referindo às ações humanas universais, num determinado locus, isto é, numa determinada formação social capitalista. Todavia, o mesmo movimento universal que submete todos os seres humanos ao modo de produção capitalista, produziu formas peculiares ao se deparar com condicionamentos econômicos e culturais próprios de cada região do planeta. Essas formas assumem, portanto, a condição de formas singulares de expressão do universal; elas não são reflexos imediatos do universal, pois nem sempre revelam seus contornos mais avançados.

Os teóricos que tratam do memorialismo caracterizam esse tipo de escrita como um gênero de fronteira, pois, ao mesmo tempo em que revelam características do discurso literário, constitui-se em rica fonte de pesquisa histórica, embora mereça muito estudo, já que informações nos são dadas por um narrador que tenta registrar as suas impressões. O que não significa dizer que a verdade do autor escravize o texto a regras que o tornem uniforme para todos os leitores. Ao contrário, o autor-narrador-personagem empresta ao texto características que vão desde a importância da experiência pessoal e a oportunidade de oferecê-la ao outro até o estabelecimento de uma relação pactual, num acordo tácito de um *eu* autorizado pelo próprio sujeito da enunciação e que toma para si sua vivência passada:

Os escravos não dormiam trancados, ocupando dois a mesma senzala. Uma noite, depois de alegre samba e jogo costumeiro, Sabino entrou em luta com vários escravos de Antonio da Fulo, cujo engenho funcionava à margem oposta do Jaguaripe, em frente ao pasto da Sapucaia. Deu bastante e apanhou ainda mais, porque os parceiros eram muitos contra ele. Mas Sabino não faltou ao trabalho e conservou-se até o primeiro quartel do século XX, como serviçal dedicado, sobretudo para viagens rápidas, a pé, vencendo os que cavalgam. Há quase sessenta anos conversei com Sabino: “No tempo da epidemia, eu estava assim (mostrava com a mão, altura de um metro); por aí meu siô carcule”. Foi um tempo medonho; não se enterrava em cova; abria um valo. No outro dia táva um sentado na beira. O juiz passava carta e dizia: “Tu não conhece mais sinhô”. O negro Sabino viveu bastante: só fazia viajar; rápido e pronto, fazia todos os mandados, menos roças e ocupações sedentárias. (ALVES, p. 75)

Verificamos, dessa forma, que nas histórias narradas por Isaías Alves podemos encontrar tanto a voz de uma experiência individual, como a de uma coletividade e, por trás dessas múltiplas vozes, pode-se reconstruir uma tradição ou várias tradições. Observamos também que é por meio desses relatos que temos acesso à tradição de negros, índios, franceses, ingleses e outros grupos em convivência com a tradição de outros grupos e culturas.

A memória nessa narrativa é fruto de um imaginário; porém, por estar atrelada à realidade das vivências e acontecimentos no Recôncavo, também é tratada como elemento da história e, ao serem retratadas tais narrativas, pode-se estar legitimando ou postulando o contrário à história oficial. Tal contexto enfatiza a hipótese de que a memória funciona como produto histórico e conjunto social, por tentar preservar, de certa forma, fatos históricos e vivências de um passado distante e perdido e, de forma simultânea, restaurar lembranças e revitalizar dados desse passado, que não podem ser mais vividos. Sendo assim, a memória, em *Matas do Sertão de Baixo*, é uma forma de relato, um modo pelo qual o narrador reelabora sua experiência junto à experiência do outro.

De acordo com fragmentos flagrados na obra, Isaías Alves vê a memória como capacidade retentiva. Então, uma vez que os fatos retidos nas memórias individuais se contradizem, é que a percebemos como fruto da imaginação. Assim, os jogos com o tempo e com as vozes do presente/passado da narrativa reforçam tal leitura, por permitirem as muitas versões dos fatos, possibilitadas pelo vai-e-vem das experiências do tempo e do espaço.

É dessa forma, por meio da criação do espaço mnemônico no âmbito da narrativa, espaço esse da convivência subjetiva do próprio sujeito com o outro, que temos acesso a vozes que testemunham uma época e um tempo sócio-histórico. É assim que nesse Recôncavo, de onde brotam as vozes díspares filtradas pelo olhar e memória de Isaías, encontramos o testemunho de um tempo histórico a partir do discurso do outro, e essas vozes, ressurgidas da memória, contribuem para desenhar o rosto legitimado por nossa história. Vemos também um Recôncavo enquanto espaço de tensão e intercâmbio de valores culturais, facilitando o acesso a essa realidade-ficção sob um novo prisma: o da pluralidade e heterogenia

Na Bahia, espanhóis e holandeses também criaram, mas portuguesas foram as grandes fôrças, mesclando-se com índios e com negros da África misteriosa. Sim, holandeses, por aqui, também, se internaram, muitos, mas dispersos, inclusive padres e frades (sic) que serviram por ver, em viva obediência aos ditames bíblicos do “crescei e multiplicai-vos”. Os franceses tinham tido sua função, unidos aos aborígenes, deixando aqui índios loiros em vários pontos. (ALVES, p. 11)

Dáí instaura-se uma pluralidade de combinações entre heranças culturais distintas, com a intenção de se estabelecer um elo entre essas comunidades diversificadas e a manutenção e estabelecimento da identidade étnico-cultural desses imigrantes inscritos na diversidade. Isso favorece a formação plural e multicultural que encontramos na cultura baiana.

E as cenas domésticas, aparentemente inexpressivas para a elucidação dos fatos históricos, passam a compor o quadro das pequenas narrativas, igualmente responsáveis pela construção do sentido subliminar da história. A literatura, rica em cenas dessa natureza e pródiga na arte das subjetividades, é convocada a servir de cópua analítico ao discurso histórico, o que contribui para a diluição de fronteiras disciplinares, quanto para a exploração de narrativas memoriais com valor enunciativo e como procedimento de escrita. O objeto literário deixa de ser privilégio da crítica literária e se expande para outras áreas, numa demonstração de estar a literatura se libertando de um espaço exclusivo e único.

### 2. 2. 2 Memória e Narrador em *Matas do Sertão de Baixo*

Há no seio da sociedade uma grande preocupação pela determinação de uma memória que, uma vez elaborada, passa a ser amplamente divulgada pelos mais diferentes suportes, não só através dos convencionalmente utilizados como livros, manuais escolares e artigos, mas também se expressa nos chamados lugares da memória<sup>8</sup>, a exemplo dos monumentos, hinos, pinturas, obras literárias e artísticas, além de funcionar como elemento legitimador de práticas sociais regidas por supostas superioridades culturais, étnicas ou de grupos.

No que diz respeito à manipulação da memória social, pode-se afirmar que a ação ocorre, no mínimo, em dois níveis bem distintos. Primeiro, no próprio momento de sua elaboração e, mais tarde, no ambiente da sua utilização, instante em que a memória coletiva torna-se passível de sacralização e/ou banalização.

Nesta dissertação, estudar-se-á a questão da memória a partir de uma perspectiva mais ontológica, deixando de lado, portanto, as tradicionais concepções que geralmente vêem a memória como faculdade que todo indivíduo possui de armazenar informações ou reter lembranças. Até porque essas concepções e conceitos já partem de uma decisão sobre o ser, o homem e o ser do homem. Gestionar sobre tais conceitos significa pôr em questão o ser e a memória. Mas esta não precisa de nenhuma espécie de mediação: ela representa a condição e possibilidade de toda e qualquer junção. Ela prescinde de elementos intermediários. O movimento que realiza abarca o que é conhecido e o que será desvelado. Tal movimento é que leva a memória a um espaço e a um tempo, os quais transcendem aqueles espaços e temporalidades de maior definição.

É na memória que a unidade se concretiza. Nela, presente, passado e futuro se confundem e, por fim, se perdem. Não existe sentido sem memória. É através dela que se apresenta a possibilidade da vigência da unidade. Essa propriedade de unificação da memória é notada no momento em que ela transforma o caos em cosmos; desordem em ordem. Assim, o homem consegue ir além dos limites rigorosos determinados por uma temporalidade normalmente subjugada por critérios apenas materiais, operando aí um caráter muito particular do universo memorialista, no qual o narrador pensa e fala de uma história de um passado a partir do que ainda lembra que viveu. É como se folheasse um álbum de fotografias, revendo imagens as quais ele pode até mesmo decifrar, pois atua como eco, arquivo, duplo do

---

<sup>8</sup> A expressão *lugares da memória* já foi tratada no primeiro capítulo.

*eu*, a memória se impondo ao sujeito que lembra a consciência falsa de sua plenitude e autonomia.

É nesse aspecto que opera a figura do narrador em *Matas do Sertão de Baixo*, já que em partes da obra o narrador utiliza a memória como elemento deslegitimador da história oficial, deixando clara a percepção do emprego dela como veículo que permite a reconstituição de um tempo passado. E na obra ela é alimentada por valores simbólicos distintos, como já vimos, pelo fato de se estabelecer na interseção de grupos étnicos plurais e em tempo anterior, de forma bastante coerente e verossímil.

Dessa forma, a memória opera, na obra, como elemento coletivo, embora as experiências sejam, na sua grande maioria, individuais, o que faz do narrador uma figura central nesse plano de preservação da memória. Neste sentido, o narrador situa-se numa permanente disputa simbólica com seu projeto original de recuperação da historiografia social, intervindo com redirecionamento quanto ao lugar e função do narrador de uma memória que se recusa a ser meramente histórica, mas também circunstancialmente ligada às impressões individuais do autor-narrador-protagonista de um relato memória, conforme podemos perceber:

Em 1907 começo a viagem sentimental pelos povoados onde já chegara o trem de ferro. Um rapaz cheio de lições de José Veríssimo escreveu à Tribuna de Areia e ao Jornal de Amargosa que iria continuar naquelas cidades sua pretensiosa evangelização, começada aos quinze anos. (ALVES, p. 96)

Não é raro, entre memorialistas, dramatizar suas vidas nas cercanias do palco da história do seu tempo. Ou, pelo menos, pontuá-las com acontecimentos de domínio planetário, como a passagem do cometa Halley em 1910, ou um encontro com um político importante. Com isso o leitor se percebe diante do próprio formador da historiografia nacional, já que o narrador se prontifica a revelar o Recôncavo muito próximo do mundo.

Segundo Walter Benjamin (1987), articular historicamente o passado não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi, significa antes apoderar-se de uma lembrança da forma como ela cintila num instante de perigo. Essa afirmação é uma recusa clara ao ideal da ciência que Benjamin pejorativamente qualifica de historicista e burguesa, ciência esta que pretende fornecer uma descrição a mais exata e exaustiva possível do passado. É analisando esses tratamentos dados à memória que percebemos na leitura do fragmento acima uma feição significativa para se compreender imagens representativas da memória presentes na narrativa e ausentes na memória coletiva do Recôncavo Sul Baiano.

Em Benjamim encontramos duas figuras matriciais de narrador. Apresentados como aqueles que sabiam “narrar devidamente”, são o “camponês sedentário”, que, sem sair de seu país, conhecia suas histórias e tradições, e o “marinheiro comerciante” que, por muito viajar, tinha muito o que contar. Essas figuras arcaicas eram comparadas aos mestres, aos sábios porque o que eles contavam eram relatos de experiências. Era uma espécie de conselho e, para o ensaísta, o conselho tecido na substância da existência tem um nome: sabedoria. Tal sabedoria é igualmente reconhecida por Isaías Alves quando afirma: “Os velhos são valioso recurso de interpretação da vida, mas é preciso saber ouvi-los e falar-lhes”. (ALVES, p. 140).

O marinheiro comerciante e o velho habitante da terra narram histórias de experiências de conhecimentos comunicáveis e ampliam os laços com que se tece uma comunidade de sentidos. São eles os fiéis depositários de histórias e tradições e por isso são narradores privilegiados, capazes de transmitir e de ordenar, com suas narrativas antigas, um mundo feito de experiências. Essa narrativa compartilhada tem a sabedoria de tornar perto o distante, aproximando tempos e lugares. Toda narrativa antiga cria uma “comunidade entre vida e palavra” porque tem uma relação direta com as formas do fazer, especialmente o artesanato, já que esta também é, de certo modo, uma maneira de dar forma à imensa matéria narrável, participando, assim, na ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra.

Inserindo no mesmo movimento narrador e ouvinte, as narrativas antigas criam um fluxo comum e vivo sempre aberto às novas experiências e a um intercâmbio de papéis, o que transforma o relato num modo de fazer juntos. Como dissemos acima, essas narrativas, embora tenham a predominância do eu, também organizam o sentido de vida de uma comunidade. Leiamos um trecho de *Matas do Sertão de Baixo*:

Puxemos conversa para o passado, que era mais tranqüilo: “Depois do casamento conservei a Loja Popular e fiz o armazém para compra do café, na rua de Cima, hoje Rui Barbosa. Naquê tempo, começava a cair o açúcar. A rua de cima era despovoada: vinha pouco além de minha loja, na rua dos Nazarenos, do tempo dos senhores de engenho. Agora começava a cidade a crescer.[...]. O povo passava na rua: “Não dizem que êsse homem está quebrado, como é que ele está construindo casa”? E foi minha salvação, porque eu pus os lucros na construção e, quando veio a queda, eu tinha base. Depois veio o fumo que deu outro surto. A construção do armazém perto do sobrado. Vendi a loja, conservei o Curral da Casinha e vocês foram para o Colégio e eu fiquei sozinho pouco a pouco”. (ALVES, p. 184)

Os ensaios de Walter Benjamim (1987) que tratam da questão da narrativa colocam em destaque, em tom mais ou menos melancólico, a impossibilidade do exercício dessa prática nos tempos modernos. “São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”, afirma o ensaísta. As antigas narrativas de experiências já não constituem uma

cena comunicável, não temos tempo para ouvir a experiência alheia, tampouco sabemos dar conselhos aos outros ou a nós mesmos. Não somos mais capazes de “contar histórias” porque as ações da experiência já não despertam interesses. Não precisamos mais delas para viver (sic). Por isso o autor acredita que a narrativa esteja em vias de extinção, pois a figura do narrador, aquele que agia como conselheiro, desapareceu, restando-nos portanto o sono. Se, para Benjamin, na modernidade, o homem sofre uma atrofia progressiva da experiência, sendo dela espoliado, Isaías Alves resiste a essa tendência. Por esse ângulo, ele não é moderno, mesmo tendo muito o que contar, uma vez guardador das memórias de sua família, bem como da saga no Recôncavo sul baiano, para isso utilizando-se do gênero memorialista.

Convém entender que a escrita memorialística é bastante significativa no que se refere à preservação da narrativa. Ela pode assumir outras denominações, como romances pessoais, diários intimistas, crônicas memoriais e romances auto-biográficos, embora todas sejam sobreposições da trilogia clássica, ou mais conhecida: diário-memória-autobiografia. O que diferencia basicamente essas formas literárias de outras são as marcas da escritura do “eu” e os modos de inscrição de si mesmo que resultam num acordo denominado por Philippe Lejeune (1994) pacto auto-biográfico, o qual é selado em acordo tácito de cumplicidade entre quem escreve e quem lê, à medida em que o texto avança e que se partilhem experiências do mundo privado e interno do autor. Às vezes, esse acordo, ou pacto auto-biográfico, é estabelecido por intermédio de outras estratégias. O escritor, nesse caso, além de narrar, autoriza-se a qualificar comportamentos, a denunciar transgressões pessoais ou até mesmo a estabelecer alguns padrões morais dirigidos aos possíveis interlocutores, estratégia muito utilizada por Isaías Alves:

O método do fazendeiro era menos severo com os filhos que não entravam em trabalhos de enxada, único instrumento no amanho da terra, no meio onde não havia nem os velhos arados da metrópole. Tiveram educação mais liberal, com modos e atitudes políticas. Poucos prosperaram na vida, só ficando prole pelas filhas que casaram com filhos de seu irmão. (ALVES, p. 152)

Isso se dá através da existência do olhar observador do narrador, o qual capta as formas, os comportamentos, percorrendo lugares e épocas, denunciando através da passagem do tempo as modificações postas em evidência em *Matas do Sertão de Baixo* e refletindo conseqüentemente todo o Recôncavo, que concilia no seu entorno combinações de novas e velhas tradições. Com isso se impede seu total desaparecimento mediante a rememoração subjetiva, muitas vezes, do narrador que nos conclama para a leitura e releitura da obra considerada por muitos estudiosos como importante fonte histórica.



### 2. 2. 3 A geografia das memórias

Isaías foi importante intelectual de uma época em que transitou entre nomes influentes da Bahia e do Brasil.<sup>9</sup> Por isso, para escrever *Matas do Sertão de Baixo*, ele recorreu a diferentes elementos da formação pessoal: aos conhecimentos e experiência do profissional de educação e psicologia, aliados aos do político e conhecedor da realidade do Recôncavo e do leitor compulsivo. O trabalho do memorialista parte tanto de documentos oficiais como de lugares, cenas e objetos, ao passo que esses elementos não se diferenciam como identificadores de uma memória que, segundo o autor, não queria ser literária. Para a construção dessa memória, Isaías Alves usou desde registros oficiais a outras tantas referências, a exemplo de objetos, casas, ruas, vilas, cidades.

Na tentativa de materializar esses elementos o narrador permitiu que sensações de cenas, sentimentos e ressentimentos se cristalizassem em memórias líricas e dramáticas, presentes de forma intensa na narrativa memorialística. É relevante acompanharmos aqui a necessidade que o narrador tem em revelar uma paisagem valorizada, já que ela recebe especial investimento afetivo do narrador, que imprime especial relevância aos acontecimentos.

Para Tuan (1983) o conceito de paisagem se opõe ao conceito de espaço, pois quando se trata de espaço há sempre uma objetividade geográfica e o mesmo pode estar alienado e destituído de significações subjetivas enquanto que a paisagem está sobre o crivo da geografia subjetiva. O narrador de *Matas do Sertão de Baixo* vai descortinando, através das memórias, os lugares privilegiados que possuem o poder irresistível de gerar imagens topofílicas, como também revela segmentos de paisagem urbana, de tal modo modificados, que o narrador também se sente agredido, empreendendo um esforço consequente da restauração desses lugares através das lembranças:

Êsse trabalho exigirá paciência e felicidade, pois muito arquivo foi destruído. Em Nazaré dois fatos nos indicam a base falsa de uma pesquisa do passado. Havia uma igreja em frente ao rio, com um belo tijupar, antigo recurso dos roceiros fiéis cristãos e um volumoso arquivo. O tijupar foi destruído porque era feio, conforme os políticos; o arquivo foi entregue ao fogo, como inútil. Não é de estranhar, pois em 1940 e tantos, o Dr. Vilhena de Moraes me contou como salvou a papelada dos antigos Vigários do País destinada à destruição. Acontecia que me eram necessárias informações de um Capelão da Lage em 1819 e de vários vigários. E o Arquivo Nacional, em uma semana, forneceu-me dez a doze cópias fotostáticas preciosas. Na

---

<sup>9</sup> Anísio Teixeira, Guerreiro Ramos, Rômulo Almeida e outros.

sede do Governo Federal, só por influência de espírito superior, o fogo não fez mau trabalho. (ALVES, p. 115)

Observamos que há, além da descrição de lugares e objetos, uma preocupação do narrador em mostrar aos leitores que suas memórias são pautadas em documentos considerados oficiais, procurando também definir e dar estatuto ao livro que se vai ler. O fragmento desencadeia também uma análise apurada, feita, pelo narrador, ao destacar aspectos intrínsecos como forma, cor, dimensões, elementos relativos à técnica de produção, descritos detalhadamente. Ao fazer isso, o memorialista parece querer revelar, através do objeto, vínculos com as estruturas sociais, já que objetos, assim como lugares, são veículos de qualificação social ou de eventos preservados pela memória.

Para Menezes (2002), objetos e quaisquer outros tipos de documentos têm sua identidade indisponível até que o aspecto metodológico desperte algum tipo de estudo. É exatamente esse recorte que fazemos na obra de Isaías Alves, que revela objetos portadores de memória na linha de um universo próprio assim transcrito:

Do velho tio amiguelo, lembra-nos sentarmos os sobrinhos, no soalho do sobrado de Santo Antonio de Jesus e ouvi-lo, deitado no sofá de jacarandá de 1887, quando custou setenta mil réis, valendo hoje alguns milhares de cruzeiros. Ouvíamos-lo contar toda a história do Imperador Carlos Magno e dos doze pares da França. Era uma memória prodigiosa, recordando fatos e anedotas do passado. Não ouvíamos dele censura a governo, pessoas, condições de vida. Meia altura, tendente a pinico, de voz cheia, sem estridor, sempre de rosto aberto, os meninos lhe davam mais afetos que aos outros. (ALVES, p. 155).

Parece que *Matas do Sertão de Baixo* se volta para as descobertas da memória ao fazer uso do objeto como se ele estivesse sempre pronto a lhe revelar um signo, que não lhe é dado pelas lembranças usuais das coisas. Assim, *a própria arte parece ter o seu segredo nos objetos a descrever, nas coisas a designar, nas personagens ou nos lugares a observar*<sup>10</sup>.

O narrador vale-se de um conjunto de procedimentos para interromper a destruição de um objeto, tentando recuperar a iconografia de origem, preservando assim traços da cultura do Recôncavo. O narrador das memórias em *Matas do Sertão de Baixo* está todo voltado ao passado e a revelar as ruínas dos objetos e lugares. Sentimos com ele uma saudade que parece ser mais antiga que ele próprio:

A casa era de portas de almofadas e as bandeiras das portas de vidro. O fôrro em harmonia com o assoalho. As paredes da sala de fora (visitas) forradas de papel, com desenhos dourados sobre o fundo prateado. Era circundada de varanda (houve épocas de paredes forradas de

<sup>10</sup> DELEUZE, Giles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2003

papel). A casa foi destruída para plantar malhas de fumo. [...] A capela era um nicho na parede, em toda a sua altura, com abóbada circular, azul (parece). [...] depois da demolição, foi que veio a vontade de visitar. (ALVES, p. 151)

As matas do sertão de baixo e de cima, as antigas vilas elevadas a cidades são, para o narrador, pontos de memórias para ele e para os leitores. Sob o olhar de Isaías Alves, esses lugares têm identidade, são personagens inscritos numa obra de geografia sentimental e não somente física. Isso é facilmente percebido pela forma poética com que o narrador indicia os percursos de sua Viagem Sentimental: “Fica esta tarefa para os novos: ver nos arquivos o que não firmei da tradição para esta viagem sentimental, que deve ser verificada, e dar a sede dos ancestrais na vida afanosa da lavoura escravista, que é nossa raiz ainda bem viva”. (ALVES, p. 115).

O sujeito dessas memórias reconhece a necessidade de que outros estudos, talvez menos topófilos, sejam feitos sobre a região, a fim de conferir um caráter mais factual às viagens descritas. O narrador parece revelar a autonomia de um agenciador das imagens do Recôncavo, formadas a partir do *modos vivendi* que o autor caracteriza através de fatos ocorridos, tendo a sinestesia como fonte geradora de lembranças de situações pessoais, mas que pode assumir um valor coletivo:

Nessa sala, havia um janelão, que parecia descomunal ao visitante, ao lado de uma janela menor. Daquele, em 1910, contemplei o fascinante cometa Halley, cujo núcleo estava no horizonte, estendendo-se a cauda ao zênite. Na infância, serviu-me para cavalgar o peitoril, quando eram moços e solteiros tios e tias. (ALVES, p. 44)

A casa é elemento bastante recorrente nas memórias de Isaías Alves, mas não só a casa pessoal e sim a de todos, elemento formador da paisagem humana do Recôncavo. Por isso flagramos o narrador pontuando diferenças entre casas grandes e senzalas, estabelecendo uma relação não só da memória, mas também de análises dessas diferentes realidades.

Para Bachelard (1988) a casa é vista como um artefato integrador da memória, pois é graças a ela, a casa, que um grande número de nossas lembranças ficam cristalizadas e por isso voltamos a elas sempre que revisitamos os seus compósitos, correndo, portanto, riscos de esquecimentos ou dissimulações, já que a *casa da lembrança é sempre psicologicamente complexa*.

Comungando com o menino Isaías revisitando a casa da infância, passamos pausadamente a conhecer a convivência entre senhores e escravos, a relação entre homens e mulheres, tudo descortinado por um narrador que, ao narrar temporalidades de sua própria

vida, super-dimensionando-as, diferenciando-se dos marcos gerais da história oficial, substituindo-os por outros marcos plenos de significados, revela-se capaz de construir uma outra história para aqueles que o acompanham e compartilham.

Do grande dia da Lei Áurea, a tradição guardou aspectos da alma dos escravos, além dos que já vimos na Viagem Sentimental, pelas fazendas. A vila encheu-se de música e de foguetes. Vitorino, escravo de Aprígio, passa a noite, emproado e provocador ou inconsciente, quando se conversava nas cadeiras postas na calçada da Rua Direita da Matriz e diz orgulhoso: *Viva a igualdade*. (ALVES, p. 257)

O relato nos oferece um tempo múltiplo, no qual o narrador testemunha o que viu sobre a Abolição. Nesse outro entrelugar, as diferenças sociais assumem uma força de expressão e geram a instauração de signos, revelando que há outras cronologias, para além das oficiais, edificadas em decorrência da significação de eventos e compartilhadas pelos grupos de vivências. Elas se impõem pela expressividade dos fatos que evocam e não podem ser ignoradas sem risco de se perder a compreensão da dinâmica de determinados períodos. Inevitável, portanto, ratificar a importância das percepções, no modo como pessoas ou grupos apreendem e retêm certos acontecimentos. Ao cruzar essas informações, compreendemos que a narrativa realça, não apenas o autor, mas um ponto de vista forjado a partir de experiências particulares e as formas segundo as quais as condições são apropriadas, re-elaboradas e vivenciadas pelas pessoas nas mais diversas inserções sociais.

É significativo pontuarmos que o narrador memoria fatos familiares e marginais com o propósito de inserir uma visão renovada na história oficial, possibilitando leituras diferenciadas sobre os fatos históricos. Nesse contexto, devemos realçar a importância da narrativa que, ao reatar esses fios, apesar das rupturas, ao reconstituí-los em um *novo tecido*, agora os recompõe pelas diferenças de olhares.

A narrativa não é construída a partir da percepção única do narrador que, ao filtrar esse passado, procura ouvir relatos, como também apresentar fontes de pesquisas ou canais para dúvidas, possibilitando que os episódios narrados sejam revisitados. Ampliando olhares que, se não fosse esse tecido narrativo peculiar, passariam despercebidos, *Matas do Sertão de Baixo* registra o protesto feito pelos caixeiros, na sua grande maioria, negros, que trabalhavam sem horário definido, e só depois da lei de 1885 teriam a garantia de que o comércio fecharia ao meio-dia de domingo, e diariamente às oito horas da noite. Tal conquista produziu festa entre a caixeirada que normalmente trabalhava todos os dias até a meia-noite.

Mas voltemos ao passado de antes da abolição. O velho Magalhães recebe o bilhete: “Mande-me trinta quilos de carne, não me mande gaz porque já tenho” Pergunta ao caixeirinho: Quem foi que despachou para o senhor Ambrósio? Não mandou buscar gaz? Então debite, não mandou, mandasse “Assim se engordava as contas do fazendeiro e se disciplinavam os caixeirinhos. Apesar da nova lei, os caixeirinhos e os idosos continuavam escravos. Fizeram uma representação ao Conselho Municipal e Antonio Batista tomou-lhes a defesa vitoriosa, sendo-lhe feita grande manifestação da caixeirada. (ALVES, p. 245)

Não podemos esquecer o lugar de assentamento ideológico do autor. Ele é filho da aristocracia, seus pais são donos de terras e futuramente de armazéns, e, embora possamos flagrar o que Fraga (2006) chama de tentativa de enaltecimento dos antepassados, fato muito comum em uma narrativa de cunho memorialista, Isafias Alves consegue cotejar olhares ou, pelo menos, possibilitar intervalos visíveis para o leitor. Exemplo disso é a representação dos lapsos que surgem entre um e outro episódio do passado. Isso acontece em consequência de a obra, mesmo pertencendo a uma rubrica histórico-social, estar assentada em um trabalho de memória, e esta é lacunar, instável e maleável, como já foi mencionado. Ou seja, a análise feita por Fraga sobre o comportamento de Isafias Alves foi possível porque o narrador-memorialista classifica o Tio Caetano, logo se sabendo do grau de parentesco, e nossa leitura e análise ficam mais detidas. É por isso que afirmamos ser *Matas do Sertão de Baixo* um entremear de narrativas significativas para os estudos sobre o Recôncavo, pois, ao tempo em que tenta dar um caráter nobiliárquico ao tio que alforriava todos os escravos antes da Abolição, podemos ler, através de um outro relato, que a Abolição era inevitável e fazia parte de um momento político a fim de se evitar o abandono das terras depois da extinção do nefando comércio de escravos:

O escravo Feliciano, na estrada, tinha segurado na rédea do animal, fazendo perguntas insolentes. Era uma situação semelhante à do engenho, ao babatar o facão do fazendeiro, quando o tio Reinaldo salvou a autoridade e a vida. [...] Homens esclarecidos apoiavam a transformação do trabalho escravo, procurando apenas o partido conservador criar condições de êxito. [...] José Marcelino de Souza, no Parlamento, representou bem a família e aos senhores de engenho, reclamando novos métodos de salvação. (ALVES, p. 53)

Duas páginas seguintes:

[...] Antes do desenlace três meses, tio João Caetano havia alforriado todos os seus escravos e muitos fazendeiros ficaram mal satisfeitos, julgando-o mau exemplo. (p. 55)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Fragmento utilizado por Fraga em *Encruzilhadas da liberdade* para exemplificar o processo da Abolição como um acontecimento histórico inevitável e também como uma atitude esclarecida dos antepassados de Isafias Alves.

Ao lermos os fragmentos acima, de imediato percebemos que as ações estão interligadas. Não se trata de ingenuidade do autor, mas lapso de uma narrativa memorialista que, ao relatar um fato particular, como já dissemos, possibilita-nos a retrospecção do caminho histórico, visto, na maioria das vezes, em obras desse caráter, de forma muito esquiva e dissimulada. Com isso enunciamos a importância de *Matas do Sertão de Baixo*, que evidencia os momentos históricos não só de uma dada época, antes captando contradições e esclarecendo as motivações da classe que o autor representava.

Neste sentido, podemos afirmar que a obra permanece, no tempo, por explicar fases da história do Sertão de Baixo, tornando-se também uma obra referencial da historiografia e da literatura do Recôncavo. Todavia, admitir tal importância não implica acolher qualquer utilitarismo, ou seja, não significa que a obra possa ser utilizada, ainda, para resolver problemas contemporâneos.

Observando-lhe a vasta obra, mas principalmente *Matas do Sertão de Baixo*, pode-se afirmar que Isáias Alves foi um pesquisador erudito. A sua experiência de estudos no exterior resultou em certos traços que se revelam em *Matas do Sertão de Baixo*: a leitura dos clássicos, a disciplina na pesquisa tanto em livros, como em outras fontes, bem como o domínio duma bibliografia de História, Educação, Psicologia, em muitos casos, chegando à provocação, pois Isáias Alves usa suas fontes para polemizar teoricamente. Ele critica os prejuízos que os debates políticos entre integralistas e comunistas teriam causado à moral, pois, em sua opinião, ambos os partidos não admitiriam a religião e desqualificariam o sagrado respeito à família.

A preparação atual das massas, para a escravidão política, é semelhante à da revolução antiga: desfaz a mística do dever e do trabalho, pondo em seu lugar um fugaz direito, que se esvai nas terríveis pressões da vida, em que o custo da mercadoria e dos serviços tornam-se esmagadores. Recentemente, a televisão veio completar a propaganda do jornal, da revista e do rádio, sugando da população todo o recurso da sua economia, canalizada para os cofres dos ricos. Uma boneca, um sapato, uma bicicleta, o leite, o uísque estrangeiro e tudo do consumo, pagam preços astronômicos para sustentar a nova corrente de reclame, que não comporta, senão na lei que restringisse o gasto, que a vivacidade dos pais, para contentar as crianças e jovens, deixa desbragado até o cataclismo final da inflação. Em 1888, era a marcha para a abolição da escravatura; em 1961, é a batida para a escravidão social e política da criação das grandes fortunas, servidas cegamente por demagogos sem escrúpulos, rebrilhadas por talentos verbais e técnicos, que se fingem socialistas, até comunistas, para tirar vantagem da exploração das massas analfabetas e semiletradas sem fé, sem amor cívico, sem a disciplina moral do trabalho. (ALVES, p. 256)

Uma outra observação a ser feita é que, de uma maneira geral, as posições políticas de Isáias Alves são amainadas, expostas sutilmente, já que ele confessa ter tido zelo ao abordar a

história para não tomar partido por nenhuma facção, tentando manter a “neutralidade”, o que revela uma aproximação com o Positivismo, ainda que de forma inconsciente. O que nos obriga, para entendê-las, ao estudo mais detalhado do contexto político vivido pelo autor, ainda que contraditoriamente, participante ativo do movimento Integralista. O estilo conciliador se revela ainda na forma como aborda a historiografia, preferindo a pesquisa através de relatos e documentos históricos, ao invés de deter-se em campos teóricos. O que não significa poucas fontes, pois se percebe a riqueza dos escritos pesquisados, através das inúmeras incursões por acervos e documentos históricos, na preocupação de lastrear suas interpretações.

Isaiás Alves<sup>12</sup> demonstra ter um vasto conhecimento dos documentos e obras não só as de caráter historiográfico, mas também as literárias. Os usos dessas fontes serviram ao autor para imprimir consistência empírica às suas teses e também para florear o estilo memorialista bastante representativo que ele imprimiu em sua obra.

Esgotados os recursos sobre os bisavós, começaremos viagens, mais sentimentais, por que mais pessoais, vividas em meio século, nos lares antigos dos tios avós, já representados pelos filhos, que eram todos vivos e prósperos. [...] Quase nada diremos de hoje. Nossa experiência se fez até 1929 a 1930, com poucas visitas em 1938 a 1941, quando a função do governo prejudicava a função da vida social. (ALVES, p. 145)

Podemos, com o fragmento acima, reconhecer o grau de descontentamento que o memorialista emprega para revelar a sua insatisfação política. Mas há momentos em que o *eu* confessional não consegue manter-se de forma anônima e nos surpreende com arroubos, ainda que logo interrompidos, objetivando uma neutralidade difícil de ser concretizada:

Havia interrompido minha cura em fins do fevereiro, para votar no Marechal Hermes da Fonseca, contra Rui Barbosa,<sup>13</sup> como depois em Epitácio Pessoa, competidor do genial Bahiano. Isso não vem ao caso. Apenas que a viagem foi a cavalo da fazenda, já robustecido, com resquícios do reumatismo. (ALVES, p. 193)

Assumindo a tarefa de historiador de memórias sentimentais, sabemos, pelo próprio autor-narrador-personagem, que, ao interpretar a história e descrevê-la, ele poderá se orientar pelo objetivo da harmonização e com isso revelar um caráter possível de contradição. Mesmo

---

<sup>12</sup> O autor não deixa transparecer de forma declarada suas diferenças políticas, mas faz questão de elogiar Landolfo Alves, uma das figuras mais elogiadas pelo memorialista e, ao mesmo tempo, interventor do estado e com representação político-partidária.

<sup>13</sup> É curioso o fato de Isaiás declarar-se politicamente contrário a Rui Barbosa, ao passo que escreve a biografia do ilustre baiano. Registre-se também o gesto dissimulado com que se esquivava a justificar suas opções político-partidárias: *Isso não vem ao caso*.

não se utilizando, em alguns momentos da narrativa, de forma sistemática, de métodos científicos, Isaías Alves levanta e transcreve fontes, demonstrando ter tido acesso a leituras universais, referenciando inúmeros escritores e pesquisadores reconhecidos, para abordar acontecimentos regionais, alguns, inclusive, só contidos em *Matas do Sertão de Baixo*. O que não invalida confrontos com teorias ou estudos científicos difundidos, já que tais registros, mesmo tão preciosos, são, em grande parte, retirados da realidade imediata.

Acentue-se aí que os registros de qualquer tipo de fonte devem ser confrontados com outros documentos e interpretados à luz de ferramentas teóricas, a fim de se evitar concepções positivistas que vêem o documento como um registro que desvenda automaticamente a verdade. Por isso bastava apenas reproduzi-lo. Mas o próprio registro de um dado é marcado por particulares motivações históricas, isto é, as fontes são registros de ações humanas, condicionadas por interesses ideológicos e passíveis de releituras.

Afinal concluímos as viagens sentimentais na casa de um descendente de Manoel da Cunha Froés de Almeida, cuja ligação com o tetravô não se recobrou ainda. [...] Nossa tarefa parece terminada, outro a retome e preencha a lacuna que o tempo vencerá. (ALVES, p. 196)

#### **2. 2. 4 Tecidos de Memória e História**

O recorte fronteiriço que assumem as obras consideradas confessionais é sempre um viés arriscado, principalmente se a obra assume o estatuto de história social, como é o caso de *Matas do Sertão de Baixo*, em que o imbricamento entre o *eu* e a análise ocasiona, no campo da teoria da literatura, uma gama de discussões em torno dos conceitos de autor e narrador. O narrador vem sendo considerado como instância discursiva que gera, e é gerado, pela imitação, não lhe correspondendo obrigatoriamente o papel social da pessoa que enuncia. Seu status ficcional pode ser assinalado pela nomeação, de modo a não restar dúvidas quanto ao seu caráter de personagem fixa ou eventual.

Já a noção de autor envolve debates mais amplos, suscitados, entre outros, pelas formulações de Alexander Nehama e Michel Foucault. Sem desconsiderar tais conceituações, para a obra em estudo objetivamos um olhar analítico diferenciado, pois *Matas do Sertão de Baixo* é obra marcada por uma característica muito peculiar: Isaías Alves é autor, narrador e personagem das memórias impressas sobre o Recôncavo. Por isso optamos pela indicação



feita por Lejeune (1975), em que o autor pode ser visto sempre como o elemento de contato entre o universo extratextual e o textual.

Partindo desses pressupostos, percorremos as viagens sentimentais do memorioso, flagrando-lhe os fios constitutivos da história do Brasil através de impressões de um *eu* localista que procura o tempo todo situar o leitor no mundo. Não há, para Isaías Alves, a possibilidade de separar a vida de um indivíduo dos acontecimentos históricos. E assim, devido a uma percepção considerável das abordagens históricas, elencamos algumas que nos chamaram a atenção, objetivando com isso demonstrar uma característica muito valiosa desse gênero literário de fronteira: a rememoração das experiências pessoais e sua articulação com o contexto histórico mais amplo.

Revolvendo as camadas do tempo, chegamos à escola, temática tão cara ao narrador, educador que foi durante toda a sua vida. Isaías Alves retrata o tema em vários momentos da narrativa, objetivando, através do comportamento do professor, do aluno e dos pais, naquele contexto histórico, desenhar o papel da escola, evidenciando o valor que a educação deveria assumir num governo sério, pois a sua falta acarreta problemas sociais e morais. Diz o narrador, sintomaticamente lastimoso:

Com a abolição, desanimou completamente, ficou sem trabalho, tirando os filhos do colégio. Seus filhos progrediam. Um estava no segundo ano de direito do Recife, outro no quarto ano de seminário na Bahia. Um terceiro estudava no colégio dos Remédios, do Professor João Augusto, auxiliado pelo Professor Olavo, em Nazaré. É o colégio que já vimos, com o jovem Manuel Augusto, depois sábio Pirajá da Silva. O próprio filho de Reinaldo revelou-me: “o diretor chamava-o para catar cabelos brancos. Certo dia deu-lhe uma tesourinha para cortar o cabelo junto da orelha e o aluno fez-lhe uma limpeza acima da orelha, gabando-se: “Reboquei todo o lado”-Nunca mais o professor o chamou para cortar cabelo. Depois, João Augusto já estava com a palmatória, sovando, um a um, aos que não tinham sabido lição ou tinham mau comportamento. (ALVES, p. 71)

No fragmento o narrador memoria vários aspectos significativos e, talvez sem o perceber, descreve-nos o problema econômico-financeiro causado aos fazendeiros devido à Abolição, revelando indiretamente como o trabalho dos escravos enriquecia uma aristocracia que via na educação formal dos filhos a possibilidade da manutenção de poder. Ao mesmo tempo em que nos impressiona, com um certo humor na narrativa, exibindo o comportamento severo do professor, descreve também a sagacidade do aluno, que não se deixa intimidar e aplica um corretivo anedótico no professor. Mesmo que o narrador não elabore um pensamento mais crítico quanto aos fatos narrados, o próprio engendrar da forma narrativa já conduz o leitor para as releituras dos papéis históricos veladamente inscritos na citação.

Isaías Alves é um dos representantes mais exemplares do pensamento conservador na história da educação brasileira. Faz parte de uma geração que trabalhou de forma reflexiva e entusiástica pela constituição de uma nacionalidade, propondo valores básicos para a formação de uma identidade nacional, na Segunda República brasileira.

É oportuno salientar que o fragmento em análise está localizado em uma seção da obra intitulada “Capacidade Fraca”, na qual fica evidente o pensamento do educador de que todo ser humano tem talentos e vocações singulares e nasce com determinados potenciais intelectuais, ou seja, o mérito pessoal, substanciado na inteligência, no talento e na força moral, com que se fundamenta a diferenciação entre os indivíduos. A inteligência e o talento, como características inatas ao indivíduo, podem apenas ser exercitados ao longo da vida; não se cria inteligência nem talento; os indivíduos já os trazem desde o nascimento, mas precisam de oportunidade para expressá-los. A força moral, ao contrário, deve ser construída através da educação em valores, pela família e pela escola, e constitui-se, principalmente, na formação de hábitos virtuosos. O mérito pessoal, assim constituído, é o único fundamento justo para a diferenciação social. Portanto, as demais desigualdades (econômicas, sociais e raciais) devem ser superadas e essa é uma das atribuições de governo chamado por Isaías Alves de *governo forte*. Ainda na mesma seção, Alves impregna de continuidade a vida daqueles que tiveram que deixar a escola: “Do colégio dos Remédios, o menino veio para Taitinga, pois, o Rio Fundo não tinha escola [...] Em meados de 1888 seu pai mandou buscá-lo e o pôs a trabalhar na fazenda”. (p. 72).

Muitas são as incursões memoriais relacionadas à escola e ao professor em *Matas do Sertão de Baixo*, a ponto de termos no livro uma seção parte intitulada *escolas* e lermos, por toda a narrativa, fatos relacionados à educação. No entanto, por mais que o narrador se esforce em registrar os fatos alegres que circundavam as escolas, surge imediatamente a figura do professor associada à da palmatória. “Escolas continuavam a surgir e os aprendizes artistas recebiam o A. B. C. pelo gosto ou pela fôrça do bolo. A palmatória via-se à parede, ao prego”. (p. 235)

Flagramos também reminiscências muito claras quanto à estrutura física da escola e as brincadeiras sagazes realizadas por alunos marcados pelo tom saudosista:

Aquele era político limista e costumava argüir os alunos em pé, em fila. [...] usava menos bolo. Dizia, às vezes, que “ser professor era pior que ser carroceiro, porque êsse trabalhava com um só burro. Teria sido bom professor secundário e conservei-lhe a amizade, já estudante de direito. [...] A escola era numa casa de pequena escada de tijolos, na praça da matriz, perto da rua 15 de novembro, ao lado do sobrado da Lira de hoje. Quando o sino dava a primeira

badalada do meio dia, os alunos debandavam em revoada, sem ordem do mestre, que contemplava o alvoroço. (ALVES, p. 265)

Isaías Alves registra também:

No tempo do professor estadual, em frente aos terrenos do cemitério velho, o filho de um chefe da estrada de ferro tomava bolos e, puxando a mão, a palmatória batia no joelho do professor que, na dor, levanta a perna, enquanto o aluno pula pela janela e foge [...] outros atos cômicos: um que tomava bolo, não chorava, rangia os dentes, dando a mão prontamente a cada bolo. (ALVES, p. 263)

Há uma mudança no tom narrativo quando o memorialista identifica os professores, classificando sempre os severos, disciplinadores – logo capazes – e os não severos os que, sequer são nomeados pelo narrador. Contudo, Isaías registra algo sempre comum entre os professores, afora a severidade: a erudição. E evidencia o pensamento de que educação e disciplina eram tarefas indissociáveis da escola, legitimadas pelos pais:

Nesse tempo, a disciplina dos mestres se reforçava pela insistência dos pais. Manoel Jovino era ótimo calculista, mais tarde discípulo de escrituração Mercantil de Bernardo Holtz, guardalivros de Reinaldo Francisco de Almeida, pai de Teodoro Sampaio. Em poucas horas, quando adulto, ganhou dois contos de réis, na conferência de um inventário comercial, pois um sócio, assim, defendeu-se de outro. Pois esse menino estava na escola, onde o professor não deixava de dar bolo num aluno, em uma semana. Ele estava, havia onze meses, sem apanhar, apesar da insistência do pai. Um dia, numa conta, o zero de um número teve um rabinho que parecia seis e o mestre: “Senhor Jovino, infelizmente hoje não posso deixar de satisfazer seu pai... O senhor aqui errou numa conta”. Jovino já não agüentava a urina e o professor perguntou: “Que numero é este”? “É zero” “ah! rapaz, salvou-se” (ALVES, p. 263)

As cenas referentes às escolas aparecem sempre na obra, cenas que ficaram gravadas na memória do narrador e nas quais nem sempre ele é personagem, embora consigamos retirar de seus registros a sua leitura sobre a educação e aspectos da pedagogia moral daquele tempo, concluindo que:

Não foi o negro, nem o índio, nem o mula que nos atrasaram: foi o orgulho e a cobiça prepotente e ignorante do senhor de engenho que tornou maldito o trabalho, na consciência quase inconsciente dos seus filhos, como hoje os mestres desalmados e escravos das pseudo técnicas modernas, destroem a personalidade das crianças, com a falsa liberdade sem responsabilidade. (ALVES, p. 256).

É importante assinalar que Isaías Alves, embora apresente uma visão que pode até ser considerada avançada quanto ao processo de miscigenação étnica como elemento constitutivo

de brasilidade, ao mesmo tempo é porta-voz de um pensamento conservador no que se refere às práticas educativas.

Entre as temáticas, a condição e o papel da mulher também aparecem focalizados pelo autor nessas nuances de contrastes. Quando descreve as ações do Recôncavo, centralizando a mulher como formadora da matriz significativa da região, poderíamos afirmar que o próprio autor usa desse expediente, já que Ursula Felix, mulher forte e decidida que toca uma fazenda sozinha e se casa por duas vezes em pleno século XVII, é sua penta-avó. Esse não parece ser o pensamento inicial de qualquer leitor das memórias. Mas ao adentrarmos nas lembranças evocadas por *Matas do Sertão de Baixo*, percebemos outras mulheres notáveis, por sua força e determinação, além de atitudes em circunstâncias que, para o período, não eram comuns entre as mulheres:

Que influência teve Ana Tereza de Jesus na valorização daqueles brasileiros? A mulher não pode ser esquecida no julgamento moral e social da prole. Sua influência é nociva ou favorável, na disciplina ou desorganização do lar, como escola de trabalho. Não tenho elementos para julgá-la, mas seus dez filhos, todos prósperos, dão sinal de sua vigilância, viva constância para tirar vícios e desenvolver virtudes. (ALVES, p. 111)

Quando o narrador afirma ter sido Ana Tereza uma boa mãe e esposa, e não ter elementos para julgá-la, sentencia favoravelmente Ursula, (avó de Ana Tereza, fruto de um segundo casamento), mulher dada a tratar de assuntos que não eram domésticos, como assumir a responsabilidade de liderar e construir a cadeia de Jaguaripe, para prender o criminoso que matara seu primeiro marido, mesmo já casada com Matias Ribeiro. Em *Matas do Sertão de Baixo* há informações preciosas sobre o comportamento de mulheres que povoaram o Recôncavo com muita coragem, rebeldia a conceitos estabelecidos da época, exemplo de Inês Porcina que, segundo o narrador, por volta de 1800, venceu o despotismo do pai e se casou com um homem não escolhido por ele. Há recorrência na obra a Isabel do Riachão, conhecida como a heroína, que, após a morte do marido, vê-se com seis filhos e uma dívida (p. 121). Para evitar a ordem de despejo, reúne seus escravos e fecha o caminho da fazenda, conseguindo, com a ação por ela liderada, o adiamento e parcelamento da dívida. A narrativa apresenta também D. Rosa, mascate síria (p. 156). E a inusitada história de Rosa Maria, que Isaías Alves considera de valor para explicar o meio social da primeira metade do século XIX:

[...] Rosa valente e destemida, começou a desobedecer aos limites das fazendas, apesar de saber que o irmão era peitudo. Na parte litigiosa, iniciou a construção de uma casa para o

engenho e moradia, reclamando o irmão de balde. Por troça, André em certa roda afirmou: Rosa quer que eu derrube tudo a machado. Chegou ao ouvido da amazona. Encontra o irmão na Capela do Engenho de Água, aguardando a chegada do padre, num dia de domingo, perante várias pessoas e afronta-o: “Se for homem mande derrubar o engenho.” André respondeu: Minha irmã, eu assim falei por brincado, pois tenho muita terra e não faço questão disso, mas você me afronta assim de público; tome suas notas: hoje é domingo e de amanhã a oito dias, segunda feira vindoura, irei derrubar o engenho a machado. Rosa aceitou o desafio. (ALVES, p. 66)

O duelo entre irmãos dura muitos anos. Entram em litígio e a família desintegra-se, pois, após o fim da briga judicial, os irmãos decidem livrar-se do império de Rosa. Serafim, também irmão de Rosa, casa-se com D. Maria que, unida ao amante e futuro marido, irá planejar o assassinato de Serafim, descoberto por André, dando início assim à justiça pública em Nazaré.

Em *Matas do Sertão de Baixo*, páginas e páginas são destinadas a hábitos e costumes da região, à amizade, à alegria das festas nas fazendas, ao carnaval, bem como outras manifestações culturais. São descritos desde um São João considerado regional (p. 58) até peculiares casos de assombração, um dos quais conduzido por alma do outro mundo empenhada em encontrar dinheiro escondido em uma casa (p. 150). Enfim, o narrador memorialista é o relator do cotidiano dos homens simples do Recôncavo. Seus temas preferidos cumprem com maestria e tom poético a grande maioria dos relatos. Eis um exemplo ilustrativo:

Da floresta saem os povoados, crescem vilas, cidades, povo, nação, império, democracia. Brotam aqui, ali penosamente ou com grande brilho, na lombada das montanhas às margens dos rios serpentes, e só os séculos podem ver o rosário de luzes criadas no mato. (ALVES, p. 95)

Não há na obra uma organização sistemática e cronológica da história do Recôncavo desde suas origens. O narrador, cansado e doente, reúne histórias documentadas, algumas esparsas, outras relatadas com o recurso da memória de suas fontes, a grande maioria das personagens octogenárias, utilizadas em longas citações que ele passa a intermediar. O momento de grandes arroubos ideológicos flagrados na obra dá-se quando o narrador passa a analisar alguns fatos políticos, com veemência, muitas vezes imprimindo valores nas memórias que ele tenta projetar como coletivas:

Tudo hoje é diferente, salvo a corrupção que domina os ambiciosos sem escrúpulos, cínicos, fingindo de democratas, por vezes protegidos pela justiça, pela política do Partido, pela polícia do Governo. Dez anos após a revolução de 1939, havia profunda mudança nas matas de Areia e Jequié. Havia já efeito disciplinador da Interventoria Landolfo Alves, que o homem do

interior ainda hoje abençoa. O despertar dos municípios, com suas concentrações e com nomeações do Prefeito, retirou do governo das comunas o veneno da política partidária e a influência do coronelismo renitente e do mexerico compradesco e nepotista, que vivem como o morcego voraz a sugar o sangue dos municípios. A vila e a cidade são as células da democracia, mas os nossos deixam-se enganar por deputados que vivem na Capital e fazem o tecido político para dividir, amesquinhar e até ensangüentar as ruas e as estradas. (ALVES, p. 105)

Nas análises da conjuntura brasileira em *Matas do Sertão de Baixo*, Isaías Alves constata sempre um total atraso político, econômico, social e antropológico, considerando que a República brasileira nasceu de um caos em 1891: “A República, talvez errando, tem reajustado grupos e crises de açúcar, café, gado e outros muito menos justificadamente que o grupo de senhores de engenho arruinados em 1888” (p. 54). Tal fato foi agravado pelos erros e vacilações de 1934, mas com o Estado Novo, de que Alves era notável defensor e representante, teria sido restabelecida a liberdade, ordem e disciplina, surgindo novas esperanças.

Outro ponto relevante na obra é a capacidade que o autor tem em relacionar a sua região – cidade – aos fatos políticos importantes que estavam acontecendo no resto do mundo. O autor conseguia vislumbrar o micro contexto dentro do macro e relacionar possibilidades de análises históricas muito comuns no nosso século.

Ia começar o novo século, depois dos sustos do cometa Biela e já pacificada Cuba, como o Transval. Viria breve a guerra russo-japonesa, sem visível efeito no Brasil. As duas primeiras elevaram o preço do fumo e perturbaram o mercado do diamante, mas o oriente era muito longe e o trigo russo ou peles não eram preeminentes. Agora o mundo é diferente: aviões, rádios, televisão, bomba atômica, foguetes, astronautas. No começo do século, após o espírito precursor de Julio Verne, o mundo ainda era burguês e romântico, apesar da paz armada. Tudo mudaria de 1914 a 1918. A Alemanha crescia em força, unidade, comércio e técnica científica. Sua navegação enchia os mares de navios competidores ingleses. O sul do Brasil aumentava a base teutônica. Em Santo Antonio de Jesus os comerciantes de fumo eram alemães autênticos e só Aprígio trabalhava com o português Fernandes Dias, que exportava para Bremen. Mais tarde, quase que predominavam os espanhóis. A cidade lucrava com os alemães, que sentiram a própria substituição por um alsaciano e por franceses e ingleses, nos decênios seguintes. (ALVES, p. 272)

Além de situar o lócus no universal, o parágrafo acima também revela a mistura de grupos étnicos e culturais diversificados no Recôncavo Sul-baiano, o que só faz legitimar a bagagem cultural presentificada em celebrações da memória histórica da Região.

Recobrando outros aspectos do autor, é oportuno lembrar que Isaías foi um pesquisador da Psicologia experimental e, mais particularmente, da adaptação e tradução de teses voltadas para medidas de inteligência, desenvolvimento da personalidade e avaliação do

aproveitamento do aluno. Tal dado é reconstituído a fim de provocar análise de uma citação em que ele resolve julgar psicologicamente o comportamento de uma tia:

Fiquei embaraçado ao querer certificar-me se tia Umbelina era viva ou morta. Dei a volta e afinal perguntei: E tia Umbelina? Ela, corada, me perguntou surpresa: você não me conhece mais? Era um tom que lembrava a meninice, em que ela me agradava e eu sempre preferia tia Sinhazinha. Eu, tranqüilo, respondi: Não podia conhecer; vosmecê é uma outra mulher, corada e robusta, muito diferente. Vosmecê era pálida e magrinha e agora é bonita, alegre, e viva. Ela se desvaneceu feliz. Era realmente uma grande mudança de personalidade. Deu-se o que tenho chamado de parasitismo psíquico. Uma alma domina a outra que se aniquila lentamente, como a planta que nutre a planta parasita. Isso acontece com irmãos, pais e filhos, marido e mulher e ainda entre amigos. Por uma separação, sobretudo pela morte, reajusta-se o ente parasitado, recobrando energias e vitalidade. A tia Umbelina, um ano mais velha que a irmã dominadora, viveu treze anos mais que Sinhazinha, que havia desencarnado anos antes. Nas minhas cogitações sobre a liberdade dos seres, já me tinha ocorrido pensar nas duas tias e agora contemplava uma alma renovada para quem fora injusto, nas preferências de menino. (ALVES, p. 157)

Percebemos os estudos de psicologia experimental orientando a análise feita, além da demonstração dos valores científicos que Isaías Alves tanto frisava ser um perseguidor. Isso instiga-nos a repensar as relações afetivas familiares, tão valorizadas pelo narrador. Consequentemente surpreende-nos no parágrafo seguinte quando, também relatando a vida de um tio, apresenta-nos inadvertidamente (pois vem narrando sobre seus estudos em São Paulo, sua chegada e a propósito da reflexão sobre tia Umbelina) um caboclo feiticeiro, que promove curas e adivinhações. O narrador fecha o parágrafo sentenciando que o importante no século XIX era o prestígio de um feiticeiro, a distância de oitenta léguas. Parece que o narrador duela consigo mesmo todas as vezes que precisa apresentar a recomposição das memórias propostas, uma vez que a recorrência a esse tipo de serviços é uma característica muito peculiar e presente na história do Recôncavo baiano.

Por fim, vimos ser apresentada, pelo narrador, aquela que parece ser a sua temática primeira, ou seja, através da recomposição das origens familiares, repensar a relação entre estado e família, entre poder nacional e local, entre público e privado, no Brasil, principalmente no século XVII, o qual ele pontua mais intensamente nessa relação familiar. Entendida como a única forma de solidariedade possível, a família colonial possuía uma composição hierárquica, em que o chefe de família controlava de cima para baixo todos os demais membros.

Para Gilberto Freyre (1987), a organização familiar patriarcal era central para a compreensão da sociedade brasileira, diretamente ligada à colonização portuguesa de base rural e escravista. Entendida desta forma, a família teria sido o mais vivo e absorvente

instrumento de formação social brasileira. Centrando seus estudos em Pernambuco e no Recôncavo baiano, primeiras regiões de colonização efetiva, o sociólogo afirmava que a família patriarcal atuou praticamente sozinha na instalação efetiva das fazendas, compra de escravos, aquisição de ferramentas, etc. Esta relativa independência abriu espaço para o fortalecimento da família enquanto uma força social que se desdobraria em política e constituiria uma das aristocracias mais poderosas.

Tal projeto é também intentado em *Matas do Sertão de Baixo*, narrativa que começa tratando da organização familiar dos Bittencourt, que, devido a vários consórcios afetivos, se desdobra em uma família de prestígio sempre presente nas relações de poder da localidade:

Por aí se vê que o deputado de Jaguaripe foi um Bittencourt, bisneto de Úrsula e neto de Antonio de Souza Bittencourt, como, mais tarde, será governador da Bahia, José Marcelino de Souza, trineto de Úrsula e do assassinado Felix Bittencourt [...] Havia no começo do século XVIII, poucas famílias brancas e os casamentos, até o século XX, foram grandemente na família cujos entrelaçamentos foram constantes. (ALVES, p. 17)

Em outra passagem acerca da formação da família, relata:

Os casamentos em família foram constantes. Primos e primas e tios e sobrinhos casaram-se, entrelaçando os ramos da árvore que, mais a mais, cresceu. Alguns patriarcas tiveram mais varões que firmaram o nome, outros mais mulheres. Às vezes o apelido desta dominava, ficando ao fido nome, como entre espanhóis, outras era do marido que vingava, mesmo porque algumas tinham só os nomes dos santos dos dias. (ALVES, p. 84)

Com tal intensidade de realização de casamentos, forma-se uma organização familiar extensa, a família multiplicada por essa política de casamentos, o que transformaria em parentes os membros da família recém chegada. Paralelo a isso, estabeleciam alianças entre os poderes locais, laços de solidariedade e relação de compadrio, fortalecendo ainda mais o domínio político da família patriarcal e latifundiária. É o que Sérgio Buarque de Holanda (1995) estendeu ao conceito de cordialidade, considerado chave na sua interpretação da sociedade brasileira. Segundo Hollanda, a cordialidade seria um tipo de funcionamento social, tendo imperado a velha ordem familiar que privilegia a comunidade doméstica, seus laços afetivos e sanguíneos.

Por vezes tomados pela leitura detalhada e cheia de impressões afetivas, esquecemos de aspectos e reflexos históricos e percebemos nas descrições nossas próprias famílias representadas, não fosse a divisão que o autor faz quando evidencia a genealogia das famílias, no interior das quais só as consideradas aparecem encadeadas. Quanto às que foram surgindo mediante consórcios duvidosos, não temos grandes referências memorialísticas.



Para Remédios (1997) o narrador memorialista é seu primeiro leitor, personagem e crítico. Esse movimento se desenvolveria a partir do voltar-se sobre si mesmo e do despertar da consciência, pois o homem configura-se na e pela narrativa, funcionando como orientador e juiz de si e de suas ações, o que se aplica plenamente a Isafas Alves.

Falar dos recortes temáticos tratados na obra *Matas do Sertão de Baixo* é tarefa árdua, intensificada a cada convite do autor a segui-lo pelo campo movediço das memórias e sua trajetória, ele que também é objeto da narrativa, não só produzindo a construção de sua identidade, que por si só já é uma apropriação seletiva do real. Porque lhe é possível selecionar fatos que deseja mencionar e outros que prefere manter no esquecimento, ou simplesmente silenciar, quando atua o memorialista, deixa ecoar um fio do *eu* memorial que percorre os espaços das lembranças e faz ressuscitar acontecimentos como um *flash* que atordoia e faz (re)pensar exatamente como a relatividade de que a memória atualiza possíveis versões e a nenhuma cabe o privilegio de definitiva. Por isso o memorialista nos provoca: “Fica esta tarefa para os novos: ver nos arquivos o que não firmei da tradição, para esta viagem sentimental, que deve ser verificada”. (p. 115)

## CAPÍTULO 3

### CONTRA O ESQUECIMENTO, A POÉTICA DA MEMÓRIA

*Então lanço mão da pena e escrevo com letra quase ininteligível trechos de recordações e pensamentos elaborados em um cérebro combalido pela idade e pela luta da existência. São momentos de trégua ao desconforto de uma longa idade.*

(BITTENCOURT, 1992, p. 252)

Dizem que os velhos vivem de recordações, na suposição que o recordar-se é sempre grato ao velho: engano! As lembranças, se tristes, vêm reabrir feridas que nunca cicatrizaram completamente no coração - tal é a propriedade deste órgão moralmente considerado. Se alegres, trazem-nos à memória os companheiros da mocidade, e essas imagens são tão vivazes, tão repletas dos sentimentos que outrora as animaram que, ao lembrarmos-nos que desapareceram para sempre da cena da vida, sentimos imensa, infinda saudade! (BITTENCOURT, 1992, p. 17)

### 3. 1 Anna<sup>14</sup>: a musa memorialista

Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, escritora baiana nascida em 1843, com percurso definido dentro do contexto literário (fato pouco comum para as mulheres que escreviam no século XIX), torna-se uma grande representação, pois, ao publicar seus textos, inicialmente em forma de folhetins e depois romances, cristaliza uma produção romanesca fortemente marcada pela literatura francesa e juízos sobre determinadas temáticas pouco comuns às mulheres. E assim passamos a conhecer a autora por ela mesma:

Nasci na fazenda Retiro, termo da Vila de Itapicuru, a 31 de janeiro de 1843. Foram meus pais Mathias de Araujo Góes e sua esposa, D. Ana Maria da Anunciação Ribeiro Góes. Minha mãe, Maria da Anunciação Ribeiro nasceu em 1817. Era segunda filha do Major Pedro Ribeiro, meu avô, cuja história já contei. Casou aos 18 anos com Mathias de Araujo Góes. Sete anos depois, vim eu ao mundo, sendo o único fruto deste consórcio. Pelo que pude coligir de suas conversações e das pessoas que a conheceu em solteira, foi minha mãe sempre um modelo de amor filial e fraterno e de uma virtude exemplar. (BITTENCOURT, p. 8, 9)

Visitando a fortuna crítica de Anna e verificando a leitura que alguns estudiosos fizeram sobre sua produção, selecionamos a obra *Longos serões do campo*, composto por dois volumes, a fim de discorrermos sobre o caráter memorialístico e as marcas que a autora teve dentro do panorama literário brasileiro-baiano, bem como as contribuições históricas pouco

---

<sup>14</sup> Há, sintomaticamente, por parte de quem lê *Longos serões do campo*, uma relação de afetividade para com a narradora, tanto que decidi chamá-la apenas pelo primeiro nome, sendo que, em alguns momentos da escrita, rememorei cantigas da infância que utilizei como parte de subtítulos, e, no decorrer do processo de escrita, contive-me para não chamá-la de Anninha.

avaliadas, mas muito significativas para os estudos contemporâneos, conforme afirmação de Leite (2005):

Da produção literária da escritora Ana Ribeiro Góes de Bittencourt, o livro de memórias intitulado *Longo serões do campo* é o mais instigante para crítica dos costumes brasileiros e, em particular, para historiografia regional, porque revela, em linguagem clara e elegante, a saga familiar de um clã tradicional e o cotidiano rural do Recôncavo baiano do século XIX. Traça ainda, o percurso de formação moral das mulheres das elites e o modelo de educação feminina dominante. Num relato intimista e reflexivo, com minúcias e detalhes, Ana Ribeiro Góes de Bittencourt mostra o valor deste registro como fonte documental para a construção da história, com objeto de análise e, também, como estilo literário dentre tantos que privilegia o relato individual e a experiência subjetiva do sujeito. (p. 64)

No ensaio *Floração de Imaginários: o romance baiano no século 20*, Jorge de Souza Araujo (2008), aponta para uma leitura muito peculiar de Anna, a de uma escritora fortemente marcada por leituras francesas submetidas sempre ao critério analítico dos valores religiosos presentificados em sua obra:

Anna Ribeiro seria uma impressionista nos moldes de Afrânio Peixoto e uma pensadora moralista segundo os cânones de sua época e da formação religiosa e cultural de onde emergiu. São curiosos alguns de seus juízos, confrontando, por exemplo, sua identidade moral com a literatura permissiva de Eugene Sue, Ponson de Terrail, Montepin, George Sand e outros – como se essas leituras, por sua natureza amoral, pudessem determinar os maus comportamentos de leitoras incautas, devidamente inocentadas pela ignorância. (p. 13, 14)

É nessa forma textual de formato em palimpsesto que flagramos a memorialista autora de romances como *A filha de Jephthe* (1882), *O anjo do perdão* (1885), *Helena e Lícia* (1903), *Letícia* (1908) e *Abigail* (1921). Além de colaboradora assídua em artigos para vários jornais da Bahia, escreveu também para a revista *Paladina*, que veio a se chamar mais tarde *Paladina do Lar*, dirigida pela Liga das Senhoras Católicas da Bahia e presidida por D. Amélia Rodrigues. É justamente nesta revista que Anna vê, em 1910, seus primeiros poemas publicados e, em 1952, a Revista da Academia de Letras da Bahia publicará os poemas “A caridade”, “Que doce e calma alegria”, “Doze anos de coleta, meu filho” e “Que se Proclame a glória do Guerreiro”, todos publicados postumamente. Embora tenha tido uma participação tímida no campo da poesia, seus contos e romances não deixam dúvida de sua marcante personalidade na prosa literária baiana.

Para Lacerda (2003) a obra de Anna é marcada por um forte caráter religioso. Seguindo as trilhas de outras escritoras contemporâneas, afirma-se por meio de um estilo que

tende para o moral e o religioso, dois preceitos que, sem dúvida, facilitariam a circulação dos textos e a ocupação dos espaços literários para a escrita feminina.

Há em Anna, enquanto romancista, uma temática freqüente que é a infância, aparentando resquícios do Romantismo, em que os poetas, procurando fugir da realidade, encontravam nesse período um refúgio sentimental, uma espécie de recuperação do paraíso perdido. No entanto, flagramos em Anna um retorno à infância diferenciado. Para ela a fase inicial da vida é observada mediante um olhar complexo e crítico e o retorno se efetiva como forma de autoconhecimento, isso transcendendo de tal forma que a romancista, quando memorialista, usa em parte de seus relatos imagens e descrições de quando menina, agora reinterpretados pela anciã que, para evocar as origens, terá a memória como veículo usado no sentido de recuperar o passado e, sendo uma instância fragmentada e cheia de lacunas, será complementada pela imaginação, conforme ela mesma descreve:

Mas, perguntar-me-ão, de que constava a festa naquele tempo, para que os numerosos convivas ficassem entretidos e satisfeitos, deixando os seus afazeres? Segundo o que vi em minha meninice e o que me referia minha mãe, que viveu em uma data pouco distante daquela em que se deram os sucessos que relato, posso conjecturar aproximadamente o que então se passou. (p. 82)

O pensamento da narradora coincide com o de Benjamin (1987) ao afirmar que o ato de recordar ultrapassaria a própria experiência passada e que o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência onde o inventário do vivido e também do desejado engendram “os fios” do texto/tecido, modulados pela falta e a necessidade de ir ao encontro das recordações. Estas, por seu turno, serão testemunhas de um tempo que não pode ser mais alcançado, a não ser pelo próprio ato de narrar.

### **3. 2 *Longos serões do campo: Anna conta um***

Anna Góes ainda é autora pouco estudada, e o tratamento mais comum para os poucos estudos existentes é voltado para os discursos feminino e masculino presentes nas suas obras. Salientamos que o nosso estudo intenta as trilhas da memória numa produção de caráter memoríalístico, sem, no entanto, desprezarmos o lugar de assentamento de quem escreve, até

porque partimos de um pressuposto teórico que objetiva o pacto de leitura<sup>15</sup> como fator determinante para a análise de obras com caráter autobiográfico.

A obra memorialista de Anna está dividida em dois volumes, sendo o primeiro: *Longos serões do campo: o major Pedro Ribeiro* – em dez capítulos, notas e anexos significativos para compreendermos alguns fatos descritos no decorrer da narrativa, destinados a contar, principalmente, a saga do avô, o major Pedro Ribeiro e de outros antepassados, os quais foram relatados por sua mãe. Entretanto, as narrativas memoriadas servem como ponto em comum para relatar e descrever costumes, valores e fatos históricos ocorridos nos Recôncavos, que a autora faz questão de diferenciá-los elaborando pensamentos conclusivos e muitas vezes críticos sobre os fatos. Tudo isso é associado à infância da narradora, mestra em nos engendrar uma narrativa leve, rica, rápida e consistente até mesmo quando afirma estar acometida de falta de memória: “Devido à falta de minha memória, não me recordo...” (vol. I, p. 65). Sabemos assim que a memória será a estrada, o caminho que a narradora escolheu para retornar ao passado, muitas vezes incursionando pelas veredas da história do major, seu avô materno, a quem ela eleva à condição de *um herói de qualidades excepcionais*. (vol. I, p. 187).

O segundo volume intitulado *Longos serões do campo* – infância e juventude, em 23 capítulos e notas, objetiva dar seqüência à vida infantil e adulta da personagem, que apresenta nesse relato, de forma mais pessoal e intimista, matérias temáticas como mocidade, casamento, celebrações, amizade, velhice, doença e morte, abordadas de forma nostálgica, promovendo no leitor um combalimento que parece ser premeditado pela narradora.

É como se, através dos dois volumes, as nossas vivências ocorressem simultâneas às dela, e por isso mesmo de mais fácil compreensão os tons diferenciados em cada volume. Numa análise prematura, fará o leitor pensar ser o primeiro volume melhor, já que as recordações nele descritas pertencem à infância do tempo em que as marcas da dor ainda são pouco compreendidas, pela narradora, e a sua intromissão na narrativa seria com o fim de acrescentar comentários e juízos a fatos que uma menina não assimilava muito bem.

Sob outra perspectiva, todavia, no segundo volume, a narrativa assume o olhar de pouca compreensão para a vida e seus acontecimentos, pois a autora se ressentia da dor de perdas, não mais nos e dos outros. Agora as dores são suas exclusivas e as memórias não podem fazer conjecturas, pois, de forma impressiva e retentiva, se presentificam no *eu* confessional da memorialista.

---

<sup>15</sup> O pacto de leitura tratado por Philippe Lejeune, assunto já abordado nesta dissertação.

Dessa forma, Anna Ribeiro de Góes Bittencourt constrói sua narrativa diarística, que ela intitula de memórias, com recursos da historiografia, elaborando, através do discurso narrativo em primeira pessoa, um material histórico reconhecidamente valioso, conforme salienta Lacerda (2003):

Todo esse processo contribuiu para a publicação de um material riquíssimo sobre o Recôncavo Baiano do século XIX, reconstruído com base na escrita de uma jovem, branca, ilustrada, filha de uma família abastada, proprietária de latifúndios e bens rurais. Uma reconstrução literária que documenta sua história e a de seu grupo, e por isso representa parte do legado cultural e literário que D. Anna deixa para os filhos e netos. A leveza de seu estilo, a forma como reconstitui o cotidiano da vida no campo, o valor literário de seu depoimento, o valor documental de seu inventário sobre o passado impulsionam a leitura, página a página, desses serões do campo. É um material fundamentado em fontes que complementam e ampliam as informações sobre a história baiana, as leituras em circulação, o francesismo na literatura brasileira, as práticas, os valores e os costumes de época, há muito esquecidos. (p. 1)

Estruturalmente o texto apresenta-se bem delineado, dividido em dois volumes e seguidos por notas e anexos, que finalizam uma narrativa leve e sem excessos. São partes aparentemente isoladas, mas que, costuradas, mostram o percurso existencial da autora e das demais pessoas que compõem o seu universo e que, mesclados em um tempo histórico, passam a ser representação da história social, onde Anna se coloca como atriz principal e trata de interpretar a sua vida e a de outros, situação em que busca fisgar a passagem, o momento de transição entre o ser adulto e a criança que fora. Diante disso, revela:

Como, porém, conservo reminiscência de uma idade ainda mais tenra, guardo nitidamente na memória os traços fisionômicos daquele venerável ancião que me distinguiu entre os outros netos, dedicando-me extremado afeto. (p. 21).

A escolha da maturidade para inaugurar sua escrita autobiográfica foi o momento escolhido por Anna. Embora *Longos serões do campo* tenha sido publicado postumamente, o processo da escrita foi algo consciente, e relatado pela narradora, que sentiu a necessidade de escrever suas memórias para que seus filhos e netos pudessem assimilar um conhecimento das origens e costumes da época e não romper o fio da história familiar, vinte e oito cadernos de modelo escolar e escrita diarística foram reescritos, aos oitenta anos, em forma de memórias, as quais serviram para Anna registrar fatos que ela acreditava pertencerem apenas ao âmbito doméstico, característica muito comum ao gênero diário feminino.

### 3. 3. *Longos serões do campo: Anna conta dois*

Mais uma vez estamos num gênero de fronteira, agora mais complexo do que a obra *Matas do Sertão de Baixo*, estudada no capítulo anterior, pois a mesma duelava entre ser exclusivamente análise histórica, ou projeto memorialístico. Enquanto percebemos traços de autobiografia, memória e história social, tentamos diluir as fronteiras utilizando o modelo teórico do pacto autobiográfico, no qual, autor, escritor e personagem se acumpliciam através dos nomes próprios assumidos no processo da escrita.

Em *Longos serões do campo*, além de identificarmos esse pacto autobiográfico, não podemos deixar de reconhecer que a obra, hoje disposta em dois volumes, foi anteriormente, como já dissemos, vinte e oito cadernos em forma de diário, mais tarde reelaborado por Anna e modificado por seu neto e filho de criação Clemente Mariani, que, por ser político em ascensão na Bahia, confessa ter eliminado partes que ele considerava prejudiciais à sua carreira. Por esse motivo, julgamos ser este um projeto mais denso, pois há nele claras supressões memoriais que nos instigam.

Utilizamos para categorizar o gênero em que a obra está circunscrita o termo *memórias*, uma vez que a autora assim a define. Todavia, partindo do conceito estabelecido por Lejeune (1975), o texto memorialístico se constrói a partir de um sujeito que tenta resgatar a sua própria história de vida, tendo em sua narração eventos vividos no passado e que, através da memória, serão reportados ao presente por uma voz que deve ser nominada de autobiográfica. Ao instituir o modelo desse tipo de escrita, o estudioso francês aponta quatro aspectos que devem estar presentes para que essa seja considerada autobiográfica. O rompimento de algum desses aspectos dentro do texto, acarretaria um outro tipo de escrita adversa ao caráter autobiográfico. Assim o teórico registra esses aspectos:

A forma de linguagem (narrativa em prosa); o assunto tratado (vida individual, ou história de uma personalidade); a situação do autor (identidade do autor, que remete a uma pessoa real, e do narrador) e a posição do narrador (identidade do narrador e do personagem principal e narração numa perspectiva retrospectiva). (LEJEUNE, 1975, p. 14, trad. da autora)<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> No original: Forme de langage (récit em prose); sujet traité (vie individuelle, histoire d'une personnalité); situation de l'auteur (identité de l'auteur, dont lè non renvoie à une personne réelle, et du narrateur); position du narrateur (identité du narrateur et du personnage principal, perspective rétrospective du récit).



Embora o texto de Anna tenha as categorias registradas pelo teórico, a obra não se enquadra rigidamente nas regras impostas por Lejeune, pois Anna recria um estilo peculiar de contar-se em memórias que são suas e de outros.

Tentando configurar esse tipo de leitura, Lejeune ainda salienta a necessidade de se estabelecer um pacto de leitura com o leitor. Para ele, essa tríade autor/narrador/personagem pode ser constatada de duas formas: assumida desde o início quando no título fica patente que a primeira pessoa gramatical corresponde ao nome do autor, ou quando, no início da narrativa, o narrador, de forma explícita ou implícita, confirma perante o leitor que a primeira pessoa do discurso se refere ao autor. Com essa última, para Lejeune, efetiva-se o pacto autobiográfico.

Nas memórias de Anna, o referido pacto de leitura pode ser percebido desde o título do texto, no qual a autora assina seu nome. Essa identidade é firmada nas primeiras linhas da narrativa, quando a narradora revela, no prólogo, o motivo da escrita, deixando claro que pretende compor um painel familiar e com isso retoma o percurso de sua história individual: nesse processo, a paisagem do recôncavo baiano ganha destaque, a narrativa contextualizando-a no tempo e na História enquanto nomeia a luta pela Independência da Bahia na *Grande Guerra*. A ligação de Anna com a sua província pode ser percebida desde o início da sua escrita e percorre os dois volumes. Ela diz:

A história do homem, ser pensante e sensível, por mais simples e obscuro que seja ele, encerrará sempre, eu creio, peripécias interessantes e úteis aos que sabem, segundo a frase da Escritura, separar o trigo do joio.

Possuída de tal pensamento, empreendi este trabalho, que nenhum interesse terá para estranhos, mas que, espero, mereça a indulgência de meus filhos e netos, aos quais o destino. Com o intuito de torná-lo menos árido e mais útil, fá-lo-ei preceder de alguns episódios relativos à história de meus ascendentes, relatados por minha mãe nos longos serões do campo, onde sempre tenho residido. (p. 9)

Como já fizemos referência em nosso primeiro capítulo, nossa pretensão não é categorizar rigidamente os textos dos autores em análise, mas reconhecermos a importância da produção memorialística no processo de reescrita do passado, subvertendo o tempo roubado na tentativa de dar continuidade a uma história que só poderá ser reconstituída pela memória, possibilidades esperançosas de superação.

Pensando a obra memorialística de Anna a partir de temáticas estabelecidas, percebemos a recorrência a determinados elementos que transitam tanto nas suas narrativas romanescas e contísticas, como na poesia, fazendo com que os textos, mesmo pertencendo a gêneros diferentes, dialoguem constantemente. E mesmo que alguns estudos críticos como o de Lacerda (2003) e o de Araujo (2008) apontem para uma Anna *clássica*, marcada pelo

recato próprio das senhoras católicas, voltada para o ambiente aristocrático e doméstico, o caráter dual cinge a tal proposta, onde se percebe que a autora usa os temas permitidos às mulheres para sugerir possibilidades de leituras, sem com isso levantar grandes “suspeitas”.

Anna sempre contou para seus livros com uma retaguarda literária e moral, mesmo quando se impôs *o Guia para as consciências*, um manual de censura e veto à leitura de romances feito pela editora Vozes, em 1923 o frade responsável pelas recomendações indicou o livro *A filha de Jephthe* a todas as bibliotecas religiosas, por não conter nada que ofendesse os sentimentos puros. Para *Letícia* (1908) o Guia sentenciou que o livro era indicado, mas gostaria de ver retiradas duas páginas, nas quais Anna apresenta uma sociedade que não julga e nem discrimina o homem leviano no casamento, fato que o frade censor não considerava verdadeiro.

É assim que Anna trilha um caminho enviesado, pois mesmo tendo a família, a religiosidade e a moral como temáticas principais, as mesmas, em suas memórias, são revisitadas por um olhar se não crítico, será condutor de reflexão, conforme percebemos nos fragmentos:

Estabeleceram-se em Itapicuru uma família que diziam, não sei se com fundamento, ser de origem judaica. No entanto, todos dessa família se batizavam, ouviam missa e não desprezavam prática alguma do culto externo. Não impedia isso de correrem boatos de que eles, no interior de suas casas, maltratavam as imagens de Cristo, de Nossa Senhora e outras, tornando-se de tal modo réus dos ridículos crimes atribuídos em Portugal aos chamados cristãos-novos. É sabido quantos infelizes acusados destes supostos crimes foram sofrer a expiação nas fogueiras acesas pelo Tribunal do Santo Ofício, tão impropriamente assim chamado, segundo descreve Alexandre Herculano com vivas cores na *História da Inquisição em Portugal*. (vol. I, p. 90)

Ainda:

Para mostrar quão ridículas eram as imputações feitas a esses chamados judeus, referirei algumas relatadas por minha mãe que, educada por um pai de idéias adiantadas, não lhes dava crédito, mas que, no espírito inculto de muitos, passaram por verdades evangélicas. Uma senhora dessa família usava saia mais comprida do que era então moda. Uma sua comadre perguntou-lhe a razão de tal esquisitice.

- Ora, comadre, respondeu-lhe, se eu bem ando, bem arrasto.

A mulher, suspeitosa, pesquisou-lhe às ocultas a bainha da saia e aí encontrou um crucifixo entre os dois forros! A judia comprazia-se em arrastar o Cristo pelo chão. Um outro mandou um seleiro consertar um selim; achou este, no suadouro, um crucifixo. Horrorizado, mostrou-o ao homem, que disse:

- Não foi por descaso que meti aí essa imagem: foi porque me disseram ser bom para que sarasse de uma doença que sofro. (vol. I, p. 91.)

Assim, Ana vai construindo suas análises, driblando e jogando com o leitor que, como já pontuamos, poderia sentenciá-la com uma não recomendação de leitura. Parece-nos então que estamos frente a duas *Annas*, uma que sabe que será lida indistintamente e outra que acredita pertencer sua escrita apenas ao âmbito familiar. Acreditar nisso não faz da autora um ser acrítico, mas legítima em parte o que se diz sobre a escrita feminina, de que ela precisa ser autorizada por temas comuns à mulher como religiosidade e moralidade, temas possíveis e que, de forma estratégica, elas adotam como mecanismo de ingresso no campo, eminentemente masculino, das letras.

É importante salientar que, quando Anna retorna ao passado, faz isso primeiramente em busca da memória de si mesma e depois, na tentativa de contribuir na formação dos seus familiares mais próximos, e também para conduzir o leitor por caminhos da história vistos sob uma perspectiva memorialista, que é lacunar na maioria das vezes. A autora faz questão de dizer que a análise será feita a partir da memória da mãe. Vejamos:

[...] Ignoro o nome de meus antepassados, bem como qualquer particularidade relativa ao seu viver, e apenas sei que a portuguesa perdeu a vida ao dar à luz o primeiro fruto de seu matrimônio: era um menino. Conservo de memória esta circunstância porque minha mãe a acompanhava **de judiciosas reflexões**, sem dúvida com o intuito de desculpar a rudeza de caráter de que deu provas aquele seu ascendente, órfão de mãe em tenra idade. (vol. I, p. 11, grifo da autora).

Com isso percebemos como a memória, instrumento que viabiliza a escrita pertinente, oferece um universo rico e extenso de informações, as quais são selecionadas pelo sujeito que inscreve o relato memorial. Dessa forma, as imagens trazidas pela memória materializam-se através da escrita e sob o olhar de quem as transcreve. Não esqueçamos que Anna é sujeito relatora de sua história, está inserida no presente e é a partir desse tempo que irá olhar retrospectivamente para o que passou. Então, com a consciência presente e a intenção de formar uma imagem para o leitor, a narradora vai selecionando os fatos, tentando construir o modelo, intencionalmente ou não, desejado.

Há em Anna um objetivo de compartilhar conceitos, valores, olhares, de extravasar emoções que são marcas de um narrador-autor e personagem de histórias que serão expostas ao leitor, buscando intercambiar certa cumplicidade, já que todo ato de confissão memorialista requer uma testemunha para os fatos de domínio privado que serão entrelaçados ao público, restando ao leitor perenizar o memorialista junto aos fatos históricos que, direta, ou indiretamente, estão a ele associados. É usando esse recurso que Anna incursiona por memórias tão suas e ao mesmo tempo de todos:

Dom João mostrava-se lisonjeado com estes testemunhos de simpatia de seus mesquinhos súditos. Havia um moleque tão ousado que, nestas escursões, aproximava-se do Príncipe oferecendo-lhe frutos dos quais gabava o sabor, ensinando-lhe o modo de comê-los. Dom João recebia os presentes sorrindo, com a melhor vontade, da inocente familiaridade. Quando foi para o Rio mandou chamar o senhor do moleque e propôs comprá-lo. Este ofereceu-lho. O Príncipe alforriou-o e parece-me que o levou para o Rio de Janeiro. (vol. I, p. 68)

Rememoria ainda:

A Rainha-Mãe, tipo pouco simpático aos brasileiros, era, como todos sabem, uma alienada. Na sua loucura, era violenta, esbofeteando as nobres damas que a serviam. Meu avô foi disto testemunha ocular. Curioso de ver a Rainha, colocou-se em um sítio de onde podia avistá-la ao entrar no carro em que a levavam a passear. (vol. I, p. 68).

Sabe-se que é próprio do gênero memorialista a tentativa de enaltecimento pessoal ou familiar. Isso pode ocorrer através de relatos que mostram o contato entre o memorialista e uma pessoa famosa, ou também, como muito bem faz Anna, ao aproximar seu avô a fatos históricos significativos para a construção de um tempo histórico que decisivamente a toda a sua família estará emblematicamente ligada. Ora, um herói mais significativo que Labatut seria o Major Pedro Ribeiro, por quem a narradora nutre um sentimento de admiração a ponto de questionar os livros que representam a História oficial, já que os mesmos não registram a figura ilustre do Major-avô na chamada *Guerra Grande* – a Independência do Brasil – com a devida relevância que teve no episódio, a ponto de o próprio Labatut reconhecer, através de carta endereçada ao Major, o valor indiscutível que este tivera no processo da Independência. E para mostrar o seu descontentamento com a História, Anna diz:

Creio que vi em uma História do Brasil aquela mesma inverdade. Talvez algum apologista de Labatut quisesse minorar-lhe a crueldade. Assim passam muitas mentiras por verdades históricas. Não sei se nesta mesma ocasião, foi pegado um negro que fugira depois de prisioneiro, e entregaram-no ao general. Este, ou por que estava saciado de sangue, ou para contentar meu avô que suspeitava estar sentido com a recusa ao pedido em favor dos negros, disse-lhe:

- Tome este escravo para si.

Pedro Ribeiro aceitou para salvar a vida do preto, dizendo:

- Tu não podes dar o que não é teu. (vol. I, p. 121)

É instigante a postura que Anna assume em vários trechos da obra. Embora advirta o leitor de que partes de suas memórias são narradas a partir do que ela apreendeu da mãe, no início das memórias, ela faz questão de sublinhar a sua mãe como uma *mulher dotada de inteligência vigorosa, clareza, graça, facilidade de expressão, qualidades que dão preço ao*

*narrador* (vol. I, p. 9). Por essa razão acredita a narradora que os fatos contados pela mãe têm mais valor do que os veiculados pela história ou pela imprensa.

Enquanto leitores do gênero memorialista, sabemos que a história individual é fundamental para a construção da identidade e para a imagem que o *eu* tem de si, conferindo-lhe as quatro etapas que Rocha (1992, p. 39) caracteriza como aquisição, conservação, transformação e expressão, formas de memoriar o passado. Isso exige que o exercício da memória consista, através da escrita, em ressuscitar os antepassados, os quais podem ser prefigurados em labirintos de acontecimentos que poderiam se diluir rapidamente, não fosse a memória que se desdobra em lugares, apresentados claramente na narrativa de Anna, lugares de silêncio, fingimento, esquecimento e exercício imaginativo. O lugar preferido pela narradora, que se esforça para intermediar, nesse primeiro volume, as memórias sobre o avô contadas pela mãe e muitas vezes esquecidas por ela, é o que ela mesma insiste em nos afirmar. De que o esquecimento em nada irá comprometer o fato narrado. Caminhemos então por fragmentos, os quais ilustram as observações acima pontuadas:

Estava eu justamente escrevendo este episódio quando me chegou às mãos o Jornal de Notícias de 28 de julho de 1931, que tratava desse assunto. Dizia o jornal ter sido Labatut bravo e disciplinador, mas de um rigor que tocava a desumanidade. Filiado à escola do Conde de Lippe e apreciador das proezas de Frederico II da Prússia, Labatut mandava fuzilar, sob qualquer pretexto, não só militares como paisanos. Pobres escravos, somente porque pertenciam a portugueses, foram vítimas dessas atrocidades, havendo apenas alguma benevolência com as escravas, que só eram surradas.

Triste benevolência! As chamadas surras de então eram mais terríveis que a morte! Além disso, há inverdade neste trecho. As escravas foram igualmente fuziladas, e não podia haver engano nas reminiscências conservadas por minha mãe, em vista de uma circunstância também por ela narrada: quando os africanos se entregaram, alguns oficiais, conhecendo haver entre eles escravas que pareciam ser de serviço doméstico, tomaram algumas para servirem nos quartéis até a vinda de Labatut. Meu avô tomou duas raparigas muito jeitosas para esses trabalhos. Chegando o General, todos remeteram-nas à sua presença. (vol. I, p. 120)

Conforme observamos, a narradora usa as reminiscências da mãe como capacidade retentiva, o lugar da memória aparecendo e dando conta de uma análise crítica e emotiva sobre fatos que a história tenderia a apagar. Se o intuito era não afrontar a crítica, mas apenas dar conta dos acontecimentos históricos à família, a narradora consegue, dois séculos depois, conduzir-nos a leituras nas quais ficam evidentes que falhas e esquecimentos podem ser considerados e problematizados como parte do movimento dinâmico da memória na (re)elaboração de outras memórias, de si mesma e dos outros com os quais o narrador conviveu. “As fronteiras entre memória e esquecimento são sutis e dependem do resultado

transitório de um conflito entre forças que levam o passado à consciência e as forças que o condenam ao esquecimento”. (Bosi, 1994, p. 304)

Em *Longos serões do campo* as relações entre memória e esquecimento podem ser percebidas sob nuances curiosas, uma delas quando a narradora instiga a sua própria memória para pontuar fatos que a história *esqueceu*. Outra acontece quando a narradora assume não se lembrar de fatos, ou de até mesmo tê-los esquecido. Com isso temos a impressão de que ela desconfia dos acontecimentos, mesmo os registrados, quando estes não são, de certa forma, referenciados por uma memória considerada na representação coletiva. Por isso é mais fácil acreditar que o avô teve importante participação na Independência do Brasil, embora o fato não esteja compilado na grande história, mas creditado a falas populares, contemporâneas do ilustre antepassado, as quais declararam ter lido uma carta escrita pelo próprio Labatut, afirmando ser o major Pedro Ribeiro o verdadeiro herói daquelas lutas.

Anna Ribeiro evidencia, por sua narrativa memorialista, uma oposição já tratada no primeiro capítulo desta dissertação: *a problemática dos lugares*, de que estamos sempre entre a memória e a história seletiva, a história elegendo o que deve ser memória e esquecendo o que é de fato o acontecido. Nesse jogo de força entre o esquecido e o lembrado, que permeia a História, o que resta é a revelação integrada, ditatorial e inconsciente de uma mesma memória que faz valer somente o concomitante com a opinião sobrecomum, que não traz à baila discursos distintos do dominante.

Tal oposição parece-nos válida, uma vez que a escrita de Anna em *Longos serões do campo I e II* desvelam, pela organização memorial, a História que une discurso dominante à significação da realidade. A única versão que nos é imposta só se pode desestabilizar pelo não esquecimento. Essa é a arma da narradora, que não se permite esquecer e ainda se obriga a vistoriar a história dos vencidos. Com isso Anna faz da história contada nos serões e checadas nas memórias intermediadas, na maior parte, pela evocação materna, a versão válida para a história-memória que busca rever fatos relatados pelo sistema opressor a fim de não só lembrar, mas também não esquecer, com isso revelando a voz dos sujeitos da história presentificada no imaginário simbólico da narradora sobre as suas origens. Estas, ao serem rememoradas, conduzem-nos naturalmente a fatos, episódios e lugares não mais privados e exclusivos, mas do ser coletivo.

Assim, na busca e na lembrança de uma verdade essencial, Anna Ribeiro de Góes Bittencourt faz de *Longos serões do campo* um discurso memorial para a história, com ele levantando heróis cotidianos do passado e revelando a importância do sofrimento de grupos excluídos como os índios, negros e mulheres, esquecidos no complexo oficial. A obra desvela

a história construída no esquecimento de tais grupos, justamente com o estatuto de doméstica e fazendo os elos aparecerem, numa tentativa da narradora de redimir-se do eventual esquecimento nas suas outras obras.

Tornando evidente o engajamento de temas excluídos no efêmero, eternizando-os e levando o esquecido (vencido) ao status de lembrado, *Longos serões do campo* acaba desfazendo, inclusive, o nacionalismo oficial, o positivismo, a fileira de fatos e vivências artificiais da romancista, lançando-lhe o olhar sobre a memória e no que esta tem de mais vivo: a autenticidade do testemunho, a maleabilidade do discurso, o componente de emoção, o trabalho, as marcas no corpo, as mortes e vidas solapadas pelo sentido maior dado à história. Essa transformação do espaço cronológico na narrativa dos vencidos, ou na memória da história, pôde, assim, desfazer a idéia de nação como sendo um constructo unitário e de versão única, promovendo uma noção renovada dos fatos históricos apreendidos por um visor narrativo que sente necessidade de reconstruir as imagens da realidade. Isso se pode perceber em fragmentos onde a narradora ultrapassa os limites do doméstico e comenta criticamente fatos relacionados à escravidão, ao celibato e à condição feminina. Vejamos:

Assisti então à cena repugnante da avaliação dos escravos, à qual eu não dei então a devida importância. Fiquei com as negrinhas em um lugar donde via o que se passava na sala em que se achavam o juiz municipal, o tabelião e outros funcionários. Os escravos entravam de um a um e ficavam em pé diante dos avaliadores. Cada herdeiro apresentava o seu avaliador: eram estes, portanto, três. Nem sempre combinavam no preço, o que dava lugar a discussões sobre a qualidade da *mercadoria*, como se esta não fosse de seres dotados de razão e, por conseguinte, de amor-próprio para se doerem de ver os seus defeitos patenteados em meio a escárnio e irrisão. Se era alguma rapariga bonita, cochichava entre si apreciações bem contrárias à moral, o que dava motivo à hilaridade de todos. Não podia eu ouvir tais julgamentos, mas lembro-me de risadas ruidosas, e das próprias escravas moças comentarem os qualificativos ridículos ou deprimentes dados às suas companheiras feias ou velhas.

Feita a partilha, sendo conhecido o resultado, foi em casa um dia de juízo, segundo a expressão popular. Choravam não só os que couberam aos filhos de minha tia Josepha, como os parentes e amigos destes, porque, entre os nossos escravos, havia afeições sinceras e espírito de família, o que não se dava com escravo de cativo bárbaro, onde os sentimentos naturais pareciam asfixiados pelos maus tratos e humilhações! No dia em que foram esses escravos levados, lembro-me de que também derramei bastantes lágrimas, não só por testemunhar a aflição desses infelizes e de minha mãe, como pela saudade de duas negrinhas, minhas companheiras de folgado. (vol. II, p. 30)

Eram comuns os vínculos afetivos constituídos entre escravos domésticos e senhores considerados mais humanos, como era exemplo a mãe da narradora, pela qual os escravos tinham muita estima, preferindo-a sempre em detrimento da cunhada. O curioso é que Anna começa a narrativa dizendo que o fato se passara na infância e a que ela não dera muita importância. Agora revisitando-o pela memória, ela contempla a cena de forma diferenciada e

trata de adjetivá-la como *cena repugnante*, além de não se esquivar na análise feita aos tratamentos cruéis dados aos negros pelos brancos, fato que claramente percebemos não ser da aceitação da narradora no momento da escrita, por ser expressiva a influência deixada pela educação humanitária apreendida prioritariamente com a mãe e depois aperfeiçoada com as grandes obras literárias sempre referenciadas pela narradora.

O olhar enviesado da memorialista expande-se e nos toma de assalto, pois começamos a leitura previamente advertidos pelos poucos estudos críticos que se tem em relação à autora, de que a mesma é fervorosamente católica, temática recorrente nas obras de caráter romanesco, contístico e jornalístico. Restava-nos, portanto, verificar como tal temática se assentaria numa produção de caráter confessional/memorialista e caminha-se para a leitura do primeiro volume dos *Longos serões do campo* legitimando-se a temática, em uma narradora/personagem, que, por rigorosa fé, acredita em milagres e num Deus que se personifica para testar a bondade daqueles que afirmam ser religiosos e tementes a Ele. No segundo volume, deparamo-nos com um fragmento que não parece ser da narradora porta-voz dos costumes e ensinamentos religiosos relacionados a deveres familiares e morais. E de maneira contrária ao pensamento da Igreja Católica que Anna memoria, um padre aparece mantendo um estreito relacionamento familiar e paterno:

É indispensável dar algumas explicações sobre a vida particular deste padre, uma das vítimas do celibato a que, sem proveito, atualmente a Igreja condena os seus ministros. Havia ele, na sua mocidade, encontrado uma senhora viúva, de boa família, e afeiçoando-se os dois mutuamente, esquecera ele os deveres do seu estado e ela a honra de sua família. Ameaçado em sua vida pelos parentes da viúva, ele a levou para Sergipe. Ali permaneceu algum tempo até que, julgando acalmada a tempestade, voltou ao Rio. (Vol. II, p. 14)

Nessa trilha de enviesamentos, Anna também nos surpreende com uma análise sobre a condição feminina da época:

Se hoje a esposa não goza de posição assaz vantajosa na sociedade, quanto mais naquela época em que, com raras exceções, não passava de verdadeira escrava. De fato, D. Anna, durante sua longa vida, deu provas inequívocas não só de sólido juízo, como de energia pouco vulgar em seu sexo naquela era de educação tão acanhada, sendo muito acatada de toda a família. (vol. I, p. 17)

O fragmento acima, além de nos revelar o pensamento de uma narradora que, cerca de cinquenta anos depois, numa sociedade em que a mulher continuava com papéis definidos pelo patriarcalismo clássico, revela também que, ao fim e ao cabo, ao ser feminino estava destinado o confinamento doméstico, sendo este seu principal papel social: a maternidade



aliada ao ensino dos filhos, o que deveria se opor a qualquer impulso, e este último internalizado a fim de se manter a hierarquia no interior do núcleo familiar, embora a mãe da narradora seja preservada como um exemplo diferenciado no contexto:

Nas conversações, o velho Pedro Ribeiro dava-lhes noções de História Antiga e contava-lhes fábulas por ele colhidas nos autores latinos. Incentivava-lhes também o pai o gosto pela leitura, com que as filhas lhe amenizavam a triste vida de cego. Minha mãe nunca perdera esse gosto, ao invés das outras mulheres da família que, depois de casadas, só tratavam dos misteres domésticos, e nas horas vagas, de trabalhos manuais. O gosto pela leitura ela jamais perdeu. Pessoas de suas relações forneciam-lhe alguns livros, que lia aos domingos e dias santos. Tudo isto tornava a conversação de minha mãe aprazível, distinguindo-a das outras senhoras, inteiramente nulas em tais assuntos. (vol. II, p. 9)

Percebe-se como a narradora joga com a possibilidade do não-dito. Ora, se ela tem um comportamento diferente das mulheres da época, deve-se à formação diferenciada recebida, já que a formação dos filhos, principalmente filhas, era de responsabilidade da mulher. Logo, era a sua mãe uma mulher que via além do imposto, instruindo-a a ponto de fazê-la cogitar do abandono da esfera apenas doméstica e assim trilhar inicialmente a escrita de diários, atividade tipicamente doméstica, transformados mais tarde em memórias que não se limitam apenas ao pessoal e transportam o leitor para o universo das possibilidades de leitura que uma narração memorialista intercambia.

### **3. 4 Longos serões do campo: Anna conta-se**

Para Lacerda (2003) uma das características da escrita memorialista é o extravasamento das emoções efetivado pelo *eu* confessional no ato da escrita. Ao contar suas experiências e acontecimentos vividos, o eu-sujeito está de certa forma expondo ao leitor e, ao mesmo tempo, pressupondo certa cumplicidade por parte dele. Afinal, todo ato de confissão requer testemunha.

No entanto, nem todo escritor tem a intenção de se doar por inteiro, de ser sincero com o público; dessa forma, ele pode acabar confundindo e até iludindo o leitor com a sua escrita, evitando assim a entrega total de sua vida íntima. Mesmo que por parte do escritor a intenção da escrita não seja, em primeiro plano, a abertura de sua intimidade, de certa forma ele se oferece ao leitor, que acredita estar desvendando a intimidade de uma vida. A abertura ao

público poderia ser justificada pela consciência de uma singularidade e pelo desejo inconsciente de prévia absolvição.

Como não há na escrita intimista de Anna uma intenção de expor detalhes de sua vida pessoal, o universo infantil é reinterpretado pelo universo adulto, no qual o foco é o major Pedro Ribeiro (todo o volume primeiro da obra é a ele dedicado, como um preito aos antepassados) e, em seguida, tratando de *infância e juventude* (o volume segundo), quando o mais referido é o cotidiano apegado a questões que desde cedo já apontavam a inclinação autoral para a leitura, culminando com o encontro com a literatura, sobretudo francesa.

Tomando essa característica da escrita de Anna, confirma-se que a escrita memorialista não abrange a totalidade do sujeito, pois este não pretende doar a imagem completa de si. Assim atesta-se que a memória é a construção de um perfil, ou seja, aquele que a narradora pretende mostrar ao leitor e eternizá-lo pela escrita. Ainda é importante salientar o fato de que o sujeito que escreve a história está inserido no presente e é a partir desse tempo que irá olhar o que passou. Então, com a consciência presente e a intenção de formar uma imagem positiva ao leitor no caso específico das memórias de Anna, os filhos e netos ela vai selecionando os dados a fim de construir o perfil desejado.

Além disso, a memória, instrumento que viabiliza a escrita, oferece um universo rico e extenso de informações dadas nos longos serões, algumas captadas por ela aos sete anos, outras contadas por mãe e velhos, todas selecionadas pela narradora que a registra. As imagens trazidas pela memória materializam-se através da escrita sob o olhar curioso, reflexivo e plural de Anna Ribeiro de Goes Bittencourt. Como exemplo, pode ser mencionado um fragmento em que a narradora procura formar uma imagem positiva a seu respeito, quando se refere à sua formação familiar:

Dando estes esclarecimentos, creio que não posso ser increpada de vaidade, porque escrevo estas páginas somente para minha família e só tenho em mira resguardar meus descendentes das calúnias que entes malévolos e de origem baixa buscam assacar contra as famílias de origem limpa, como se isso apagasse as nódoas que mancham sua própria ascendência. O que posso da melhor fé afirmar é que os primeiros Araújo Góes que ocuparam uma grande extensão de solo no Recôncavo, eram homens probos e muito conceituados no meio de seus contemporâneos. Entre eles, dizia minha mãe, destacava-se meu avô, homem de consciência pura e que colocava a honestidade e a honradez acima de tudo. Não falarei de outros. (vol. II, p. 8)

Aos poucos Anna vai delineando sua imagem de menina leitora que se transforma em mulher leitora, agregada ao convívio dos livros de Homero, Camilo Castelo Branco, Victor Hugo, Alexandre Dumas e outros. Desde cedo esses escritores chamaram a sua atenção. E um

momento ficou gravado na memória da menina: ao ouvir de seu avô o relato de que o Príncipe Dom João, ao passear pelas ruas, fora seguido por uma quantidade de meninos, a narradora adulta logo associa: “Os moleques da Bahia formavam naquela época, e em tempos muito posteriores, uma classe bem semelhante à dos garotos de Paris celebrados por Victor Hugo”. (vol I, p. 67).

Além de mencionar autores importantes da literatura, Anna também demonstra seu interesse por música, geografia, dança e outras leituras pouco comuns ao universo feminino da época, referindo-se também a alguns livros que ela, por intermédio da mãe, passou a considerar perigosos para a leitura feminina, pois *exaltavam a imaginação* (vol. II, p. 157), embora confirme já os ter lido.

O curioso da produção memorialista de Anna Ribeiro é que ela, ao tempo em que cumpre os critérios considerados pelos teóricos como característica de uma produção memorialista, surpreende o leitor com comentários inesperados. Ou seja, em *Longos serões do campo*, volume I, ela fala de si quando intenta desenhar seu avô e sua mãe, e no volume II descreve-se a partir das análises que faz dos acontecimentos religiosos, sociais, familiares. Enfim conhecemos Anna pelo que ela avalia e assim a conhecemos generosa, obediente, religiosa. Mas num rompante de memória-verdade, a narradora decide contar-se:

É preciso dizer alguma coisa sobre a formação do meu espírito, que começara algum tempo antes daquela época e então mais se acentuou. Muitos tratados de educação se têm escrito. Nenhum porém pode ser completo: seria preciso um para cada menino. Só o tino da mulher pode remediar esta falta. Este, porém, algumas vezes falha. A mãe, a mais atilada e bem-intencionada, nem sempre acerta com a direção que deve dar ao tenro ser confiado a seus desvelos, levando-o, às vezes, a desviar-se da senda que conviria à sua índole e posição. Foi o que se deu com minha mãe. Não tratou de apagar a tendência que, julgo, tinha eu para a vaidade, o que veio bastante a prejudicar-me. (vol. I, p. 83)

Na seqüência da auto-descrição percebe-se a sagacidade com requintes de ironia da narradora, que se julgava uma criança alegre, expansiva com sua prima Janinha, o mesmo acontecendo com as escravas suas companheiras de folguedo, com elas liderando pequenas apresentações para o avô. Conclui dizendo que suas aspirações eram apenas *possuir brinquedos e bonecas*, e, no entanto, esse desejo, considerado simplório, foi abalado pela chegada das filhas do Monsenhor Silveira, as quais despertaram em Anna o instinto que ela considerava desconhecido: o belo. A partir da tal chegada, ela era tomada pelo pensamento: “Oh! se eu fosse bonita!” (vol. I, p. 83), e no intuito de contentar-se com a suposta ausência de beleza, rememorava as palavras do Padre Uzeda: É inegável que só uma boa educação pode dar tal brilho à mulher. (vol. I, p. 83).

Nessa combinação de ironia e ambigüidade, já que só com a chegada das novas moradoras o sentimento do belo seria despertado, sugere que prima e negras estavam distantes do conceito do que a narradora considerava como beleza. De imediato, pensamos que a narradora está quebrando regras teóricas da escrita memorialista, mas o que ela faz, na verdade, é um jogo, retratando a sua imagem apreendida do passado, para revelar a mudança ocorrida no presente e, como não bastasse a alusão narcísica de olhar-se no espelho, conta ainda com a legitimação conferida pela tia:

Começou então para mim a transformação moral e física que muda a menina em moça. O meu físico desenvolveu-se francamente e, em vez da mocinha franzina e pálida, tornei-me robusta, corada, com as formas plásticas próprias da moça na florescência da idade, que tão cedo se dá em nosso clima tropical. Até então não me tinha como bonita. Vendo-me agora ao espelho, era tentada a crer nos elogios dos parentes que se admiravam da mudança em mim operada. Certa vez, indo passar um dia com minha prima Sinhazinha na Conceição, minha tia Guiomar disse: - Como está Santinha bonita! (vol. I, p. 176)

Seguindo esse processo de contar-se, a memorialista descreve-se como uma pessoa com notável capacidade retentiva, de memória prodigiosa, pois se lembra de fatos passados quando ela tinha sete anos, embora afirme que as lembranças não eram muito nítidas. Outros tantos fatos foram-lhe narrados por intermédio de terceiros, embora flagremos sempre a memorialista se desculpando pelos lapsos de memória e julgando que tal esquecimento em nada compromete o relato que decide seguir a partir da morte do avô, acontecimento que ela afirma conservar na lembrança. Com isso legitimamos o já afirmado no decorrer do capítulo; o volume I de *Longos serões do campo* está pautado no processo de uma dupla seleção que a autora faz: daquilo que foi ouvido e do que ela conseguiu preservar na memória. Dessa forma,

Até próximo aos sete anos, minhas recordações, como expus em um conto inspirado por um episódio de minha infância, *Primeira injustiça*, não são muito nítidas. É justo, pois, que comece minhas Memórias após a morte de meu avô, o primeiro acontecimento de que conservo clara lembrança. (vol. I, p. 10)

Processo comum da memorialista, as constantes retomadas às suas obras representam tentativas se não estranhas, para quem queria ser lida apenas pelos filhos e netos, mas justificadoras do estatuto da escritora sobre seus pensamentos, conceitos e formas de narrar que, por certo, se diferenciavam das apresentadas nas memórias, o que ela mesma confirma ao narrar o episódio trágico do português João Antonio da Fonseca, no romance *Helena*,

utilizando-se das *Memórias de Acciole*<sup>17</sup>, suprimindo o desenlace na hipótese de evitar ferir descendentes a ele ligados, e concluir interpretando: “Nada há mais mentiroso do que a história” (vol. I, p. 128).

É indiscutível o valor da produção memorialística de Anna, pois, mesmo afirmando pretender ser lida apenas pelos descendentes, percebe-se o seu esmero em representar para os pretensos leitores-familiares a sua visão diferenciada dos fatos históricos da época. Alguns já citados dão conta de costumes que fotografam duas regiões da Bahia, o Recôncavo e o Médio Sertão, flagrando poucas vezes, como já evidenciamos, as poucas contradições que, como diria ela, em nada prejudicam a narração dos episódios.

A seguir, mencionam nesta dissertação alguns temas que merecem destaque no interior do percurso memorial de Anna, que foge aos limites do doméstico para ganhar contornos sociais, imprimindo nas descrições memoriadas um acentuado tom lírico, inscrevendo a escritora Anna Ribeiro de Góes Bittencourt definitivamente no cenário da literatura nacional como grande memorialista.

Esses temas serão prioritariamente extraídos do segundo volume da obra e organizados em subtítulos, a fim de se conferir um caráter mais didático, respectivamente: as origens, a família, a escola, a casa e a velhice.

### 3. 4. 1 As origens

A importância dada às origens pode facilmente ser verificada em *Longos serões do campo* quando, no início do primeiro capítulo, a narradora diz que dará esclarecimentos sobre a família do pai, já que o primeiro volume é basicamente destinado às impressões sobre seu avô paterno. O recurso utilizado para a busca das origens está pautado em documentos que pessoas próximas à família lhe entregava, por saber do interesse que tinha a narradora em produzir uma cronologia familiar.

A narrativa de nascimento, aparentemente simples, problematiza-se na medida em que é produzida a partir de dados biográficos constantes de um *Dicionário bibliográfico e histórico* que traz uma informação incorreta sobre o local de nascimento de Anna. Diz ela a propósito:

---

<sup>17</sup> É importante salientar que os três autores aqui estudados tomam como base referencial histórica o livro *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*.

Nas circunstâncias do meu nascimento, muito vulgares, só houve de mais o doce alvoroço que proporcionou a meus – pais – depois de sete anos de consórcio, não esperavam mais ter sucessão – e, sobretudo, no coração de minha mãe a grata certeza de que fora eu um presente de Sant`Anna, segundo costumava dizer.

Em uns apontamentos biográficos enviados pelo meu parente Dr. Inocêncio de Araújo Góes a Sacramento Blake, autor de um *Dicionário bibliográfico e histórico*, sou considerada filha do Catu. Foi um engano, mas não valia a pena ser retificado. Sou realmente mais filha do Catu do que do Itapicuru, de onde vim com idade de dois anos; no Catu tem decorrido quase toda a minha existência. (p. 10)

Para Anna o que importava era o fato de afetivamente sentir-se filha do Catu, circunstância que foi recuperada por uma fonte considerada histórica, mas nem por isso mais valiosa do que as narrativas de sua mãe. O episódio remete-nos ao princípio da identidade formada do sujeito, ou seja, nem sempre a imagem criada pelos outros é condizente com sua verdadeira identidade.

Ora, a memorialista inicia sua escrita num momento anterior à sua consciência, para buscar referências familiares, situando-se em um espaço e tempo. A história de seu avô, como já foi observado, narrada pela interferência da memória materna, foi ganhando forma pela evocação e imaginação da menina que, mediante aparato discursivo, irá recompor o passado e o perfil histórico e social de seus ancestrais.

Nesse processo, a imaginação torna-se a ponte que liga a memorialista ao passado remoto, pois, como a época dos avós pertence a um momento anterior ao nascimento de Anna e sua história será conhecida pelo relato dos outros, o valor da memória está mais no processo imaginativo nela suscitado do que propriamente na veracidade dos fatos. Diz Anna: “Até próximo aos sete anos, minhas recordações (...), não são tão nítidas.” (p. 10)

Anna, no início das suas memórias, faz questão de mostrar que, por ascendência materna, é neta de um herói brasileiro e, pelo lado paterno, nada deixa a desejar. Embora não haja feitos heróicos a serem relatados, há tanta nobreza que a autora julga não poder ser acusada de vaidade, pois os escritos são para os seus: “São de muito boa família e têm até fidalguia; não fazem disso, porém, cabedal porque são lavradores e homens todos dados ao trabalho.” (p. 7). Relatada a origem de seus antepassados como possuidores de heroísmo e muita honra, a memorialista fixa sua origem de uma forma positiva e incontestável.

O nascimento da memorialista não cumpre o aspecto teórico pressuposto por Lejeune (1975), que diz ser a narrativa do nascimento uma parte inicial e principal das memórias e posteriormente outras etapas da vida passam a ser relatadas. Não é isso o que acontece em *Longos serões do campo*, já que a autora considera o que ocorreu anteriormente a ela e só

depois localiza-se no mundo, narrando nada mais, nada menos que a morte da querida tia, fato que viria a abalar a todos, principalmente sua mãe. Percebe-se que a memorialista apresenta inicialmente duas questões fundamentais para inaugurar seu relato. A juventude e a velhice são aspectos que ganham muita importância no segundo volume, distinguidos por uma linguagem diferenciada, utilizada para relatar as festas, os movimentos sonoros, rápidos, enquanto nos fatos que marcam a velhice a estilística é completamente diversa, lenta, opaca, acentuada por interferências da narradora, que insiste em nos lembrar da dificuldade em se lembrar dos registros.

Isso pode parecer óbvio, mas é um recurso intencional utilizado pela memorialista, que não se encontra em dois outros momentos. Ou seja, ela não escreveu primeiro os relatos da infância e da juventude e depois os da velhice, não. Ela é a mesma octogenária que relata os dois momentos e, para evidenciar a mudança, utiliza-se das marcas impressivas que a linguagem pode oferecer:

Depois dos dias de lágrimas e luto, a vida em nossa casa seguiu o seu curso habitual. É inegável que a morte de uma pessoa avançada em idade, embora muito cara, traz um justo motivo de resignação. Pensa-se: "Não é assim quando se trata da perda de um ser na flor da idade, na pujança da vida!" Então, só a fé viva pode suplantar a revolta que, a nosso pesar, se ergue em nosso ânimo e sufocar o brado de desesperação que a cada instante procura irromper da alma. (p. 11)

Se em uma parte do relato temos a sensação de encontrar a frescura de uma infância, na outra, encontramos a serenidade das lembranças do adulto que se tornou consequência da experiência da menina que a narradora foi.

### **3. 4. 2 A família**

Também ligada às origens, a família é tema recorrente no relato memorial, com intensas recordações da mãe, do pai (bem menos), das escravas, e de todos os hóspedes que por sua casa passavam, tornando-se figuras importantes para as lembranças. Filha única, Anna Ribeiro sente necessidade de povoar os demais agregados à família, característica muito peculiar das famílias patriarcais. Em se tratando do patriarcalismo, a família da narradora foge um pouco ao modelo, pois a figura paterna, ausente da casa, abre precedente para uma mãe

sempre presente e afixada em memórias nas quais o pai exerce um papel absolutamente secundário e sem grandes representações memoriais.

Durante este tempo, meu pai vivia muito afastado de casa, onde apenas vinha tomar as refeições e entregara-se às poucas horas de repouso que deixava um trabalho assíduo. A edificação do engenho, a moagem que se seguiu, absorviam-lhe todo o tempo.

Aos domingos, ia passear em casa dos parentes. Demais, ele, sem poder qualificar-se de mal casado, segundo confessava minha mãe, não vivia com ela na doce comunhão de idéias e de sentimentos que deve ser o *desideratum* dos casados. A divergência de idéias ocasionava às vezes entre eles ligeiras discussões, felizmente sem conseqüências.

Pode-se bem avaliar que um lar nessas condições e demais entristecido e por um grande desgosto não era atraente para um homem de trinta e dois anos. Lembro-me de que só via meu pai nas refeições apressadas, como costumavam ser as dos lavradores ativos, e que só nestas ocasiões dirigia-me ele alguma palavra de carinho ou gracejo; fui apegando-me cada vez mais à minha mãe, amando-a muito mais do que a ele. (p. 37)

Nos relatos referentes à família, Anna começa sempre pela mãe, tudo que faz, o que aprende, embora seja um desejo paterno, ela faz no intuito de agradar à mãe, e isso é percebido até mesmo quando assume atitudes que não queria apenas para não decepcioná-la.

A mãe participa de importantes momentos, como relata a menina que, ao constatar que não era feliz na escrita, nem na tabuada, mas excelente leitora, pede à mãe para não mais precisar escrever. Esta concorda e, com um singular saber pedagógico, adverte-lhe: “Quando cresceres mais um pouco, desejará (sic) escrever e se esforçará por fazê-lo.” (p. 70). Anna reconhece que sua mãe é uma mulher cheia de diplomacia, pois consegue convencer o pai a receber Henriqueta, uma noviça tuberculosa, em sua casa, fato absolutamente perigoso, principalmente em se tratando da filha única.

Há ainda uma admiração da memorialista em relação aos tratos que a mãe destinava aos escravos, tratamento descrito como tão cordial e afetuoso que despertava falatórios por parte de outras senhoras, que julgavam tal comportamento como prejudicial a suas imagens (mãe e filha). Anna então descreve um fato mais extraordinário ainda:

Certa vez, chegou-lhe aos ouvidos a crítica de uma senhora que dizia: “ela não pode ser respeitada pelas escravas, porque conversa e ri amigavelmente com elas”. Minha mãe respondeu a quem lhe referiu a censura. “Diga-lhe que eu sou talvez mais respeitada do que ela com seus rigores e, demais, que costume agir de acordo com minhas convicções e assim continuarei a proceder. Se converso com minhas escravas, se lhes conto histórias, é para lhes dar conselhos e exemplos de moral e virtude”. (p. 33)

De modo geral, todos os que formam a família da memorialista são retratados com muito carinho e aparecem de forma muito positiva, como se, exaltando os familiares, a memorialista estivesse falando de si mesma. Diante disso, procura delinear as qualidades



daqueles que contribuíram para a sua formação, como pode ser percebido a partir de relatos que apontam para o espírito criativo e independente desde a infância, mostrando previamente sua inclinação para a leitura e conseqüentemente a escrita:

- Repare que os melhores contos escritos são os deste A. Herculano, que não sabia eu ser escritor notável.

Tinha eu, portanto, desde os quinze anos gosto próprio. Ainda hoje entendo que o gosto é uma coisa inata e deve ser todo pessoal, independente de qualquer opinião alheia. A mim, nunca poderia ser aplicada a moralidade do conto do alfaiate que fez para o rei um traje só visível para os dotados de grande inteligência. (p. 207)

A mãe permanece como referencial moral e intelectual na vida da memorialista, mas nada é mais marcante que as ações maternas para formar, na filha, o espírito leitor, mesmo que para isso, tivesse que usar de expedientes diversos para driblar o problema ocular de que a memorialista era acometida. Primeiro, é a mãe, narradora de histórias simples, como também de clássicos, e segundo, elabora um alfabeto com letras grandes e bem vivas, para alfabetizar a menina que, desde os dez anos, sentia um incontido desejo de ler.

A narradora confere à mãe o mérito de Anna Ribeiro ter se tornado escritora, pois foi como ouvinte das histórias sobre o avô, contadas por uma narradora cheia “de graça, clareza, a ponto de quando descrever uma cena, apresentar os personagens com traços tão nítidos, cores tão vivas que quem a ouvisse imaginava vê-los”. (vol. I, p. 9)

As expressões adjetivas para a forma narrativa da mãe apreendidas por Anna, remetem-nos a Ítalo Calvino (1990) no livro *Seis propostas para o próximo milênio*, no qual o autor destaca a *leveza*, característica também presente nos relatos de Anna, que passeia pelo bosque denso e pesado do estereótipo da escrita feminina, sem, contudo, fazer apenas disso questão de debate. Seguindo as trilhas das propostas calvinoanas, temos uma marca na memorialista que, para tornar-se escritora, caminha pela grama das leituras plurais, informações históricas, relatos orais associados às suas experiências e combinados em uma *multiplicidade* que endossa relatos da memória individual transcendendo para a condição de memória social.

### 3. 4. 3 Presença/Ausência da escola

Consoante a noção de Pollak (1987), não sendo a memória um processo absolutamente inequívoco, imune a qualquer interferência, mas agindo seletiva e fragmentariamente, há que se reconhecer que, na sua ocorrência, ela retém o que houve, ou o que pareceu mais significativo sobre um dado fato. Se, aos recortes que a memória opera, somarmos o fato de que, para essa reatualização do passado realizar-se, é preciso confrontar as informações retidas na memória com os referenciais do presente, ficando evidente a possibilidade de a memória “nos trair”, promovendo uma desfiguração do passado.

É importante salientar o silêncio promovido pela memorialista quando (não) trata da escola, pois as passagens, as referências, são rápidas. O que nos faz, porém, considerar estranho é que a memorialista, com o passar dos anos, refletia sobre muitos assuntos, na época vistos de um jeito e depois na maturidade ela passe a concebê-los de maneira diferenciada. Sobre a escola ela nada fala, talvez porque prefira acreditar que os ensinamentos conferidos pela mãe tenham sido suficientes para a sua formação, ou porque, lembrar da escola é também reviver a doença da mãe, motivo pelo qual ela teve que retornar ao Campo e abandonar sua primeira experiência na escola, na Capital.

Convém, para melhor entendimento da relação entre a escola e as memórias da narradora, uma rápida análise sobre os modelos de instrução existentes no Brasil, no século XIX, período inicial da vida de nossa memorialista. Esse período é assinalado, por duas formas distintas de instrução, aquelas que ocorriam dentro e fora da família. É um período que precede a implantação de equipamentos educativos institucionais em todo o território nacional, extensivos à maioria da população, vigentes só após a proclamação da República.

Embora a legislação de 1827 apontasse para a consolidação do ensino público no Brasil, o que significa a institucionalização de aparatos mínimos à regulamentação e ao funcionamento de estabelecimentos de educação formal, os padres se opunham aos modelos de educação estrangeira. Acirrava-se o debate em favor de uma educação que preservasse os valores morais e católicos e, como se sabe, a história da educação segue itinerários distintos quando interpretada por variantes sociológicas, tais como a educação das meninas e dos meninos, a de pobres e ricos, a de brancos e negros.

O que se pode perceber é a existência de diferentes práticas sócio-escolares, a exemplo de aulas avulsas e particulares, ao mesmo tempo em que funcionavam educandários, colégios, escolas superiores, pensionatos masculinos e femininos em tempo integral. Todavia, para a

maioria da população, principalmente em algumas regiões do país, parte significativa da formação educacional feminina estava a cargo das famílias, num modelo de currículo que priorizava a formação da mulher como uma prendada do lar.

O que parece importante é sublinhar que o fato de Anna não ter ido à escola institucionalizada, não a impede de descrever sua formação incipiente. Ela memoria a experiência dos parentes homens, o contato com a escola de tempo integral, o ensino rígido e os castigos físicos, a tomada do calendário escolar como método para definir o tempo. A escola aparece ainda como um locus socializador à vida do indivíduo, fazendo deste um ser melhor preparado para enfrentar as adversidades da convivência social.

E isso fica evidente, pois é exatamente nas situações de aprendizado formal para as mulheres da época que a narradora experimenta sensações desagradáveis em relação ao caráter de sua única colega de instrução familiar, Henriqueta. Anna, ao ser repreendida pela mãe porque fizera um desenho considerado ruim, esmera-se, e Emília (mediadora da formação), ao avaliar o novo desenho, julga-o melhor do que o da outra aluna, Henriqueta, que se mostra despeitada e diz não ter se esforçado muito.

É assim que a narradora experimenta as primeiras sensações de rivalidade com a tal moça que com ela estudava lições, mediadas pela mãe e por Emília. E quando Henriqueta percebia que Anna estava adiantada, afirmava ser necessário reprimi-la também.

Parece então haver um hiato narrativo intencional, pois Anna, narrando tal episódio, interrompe-o bruscamente ao ouvir uma conversa entre o Monsenhor e Emília, em que este afirmava que as mulheres, no Rio de Janeiro, estavam tomando a iniciativa de viver de seus trabalhos intelectuais, ou artísticos, todos resultantes da formação conferida às mulheres, que se transformariam em donas do lar prendadas. Segue-se ainda um relato de que o Imperador D. Pedro II estaria assistindo a exames na Corte, do qual algumas mulheres participavam, por se tratar do aprendizado do francês, a elas permitido, e uma das alunas não conseguia fazer simples traduções, fato que Anna julga absurdo, já que as meninas estudavam com as melhores mestras que havia, enquanto ela adiantava-se sozinha nas lições, despertando a inveja de Henriqueta.

Com esses fios de memórias, nota-se na memorialista um conhecimento prévio do processo de ensino existente no país, o que estimula sua pretensão de estudar em um estabelecimento educacional, fato narrado posteriormente e intensificado pela conquista de ingresso na escola e, conseqüentemente, pelo abandono ocasionado por adversidades familiares, causa, ainda hoje, de um considerável número de evasão escolar.

Todas essas passagens referentes à aprendizagem, ensino, papel da mulher e seus estudos surgem como memórias contenciosas, nas quais, diferentes de todo o restante da obra, a memorialista não se presentifica inteiramente, mas empregando para os assuntos um tom seco e distante que só utiliza para tratar do que diz não ter lembrança. É oportuno salientar que as imagens referentes à escola aparecem concentradamente no capítulo vinte, o qual se inicia pelo questionamento “Que podia eu fazer? Senti muito, principalmente por não ter estudado Geografia, o que desejava ardentemente” (p. 201). O excepcional é que essa sentença ocorre justamente quando a memorialista consegue um professor (seu primo, Manoel Paulino, que ela faz questão de nominá-lo *professor*), que iria ensinar-lhe uma matéria, sem ser esta pré-requisito para torná-la uma boa dona-de-casa, mas era antes algo por ela desejado. O professor lamentavelmente é acometido de um mal súbito e falece.

Chama a nossa atenção o fato de ser a família, para a memorialista, temática de superior importância e, no entanto, para narrar a morte do primo, primeiro ela reflete sobre o desejo de aprender e a perda dele na condição de professor, e só posteriormente como primo, do qual mais gostava. Percebemos na narradora, para o tratamento desse tema, o que Pollak chama de silêncio da memória, ou seja, Anna não deixa de falar sobre o assunto, embora não o tenha vivido, inicialmente por conta de seu problema de visão e depois pela doença da mãe, o que confirma a afirmação de ser *Longos serões do campo* um importante contributo para os estudos da memória social, já que nele parece subsistir, no formato inconsciente, ou independente da vontade da memorialista, uma reflexão sobre a utilidade de não só memoriar os fatos a ela diretamente relacionados, mas um esforço que possa ativar, através de relatos pessoais, a memória coletiva, pois à medida em que a memorialista conta sua história, ela mesma se encontra envolta num contexto sócio-histórico que deve ser considerado. Assim, Anna conclui: “Parece um pouco fora do natural que uma menina criada no campo tivesse tanta sede de aprender, quando até lhe faltava o estímulo das escolas, que existe mesmo nas casas particulares quando há mais de um aluno. Esse não era o meu caso”. (p. 204)

Nada disso, porém, impede que a memoriosa dê conta de livros utilizados para a instrução feminina, títulos como o *Livro de Bonna*, nome atribuído à obra *O tesouro das meninas*, formado por diálogos da mestra com suas supostas discípulas, que memorizavam as lições ministradas. Anna ainda aponta como leitura *O tesouro das adultas*, ambos da autora Leaprince de Beaumont.

Se falta a Anna e experiência com o ambiente escolar, isso em nada altera a sua brilhante experiência com o universo dos livros, determinando assim o perfil de uma leitora arguta e sensível.

### 3. 4. 4 Entre celebrações: casa, festas e costumes

Ao tecer sua *Poética do espaço*, Bachelard (1988) entende a casa como sendo o nosso primeiro *locus amoenus*; ela é o lugar do devaneio, do sonho, da intimidade, o âmbito espacial em que se constroem as verdades interiores, o termo de nossa subjetividade. Neste sentido, é a casa, *como se diz amiúde, o nosso primeiro universo*, pois se temos no mundo uma identidade, ela está no lugar onde vivemos e em que passamos mais tempo, desde sempre.

Na vida adulta, a casa desconfundeu-se com o *eu* e passa, segundo Bachelard, a diferenciar o que sou do que não sou, pois nossa morada se tinha anteposto a nós, desde muito tempo, como a única versão de nós mesmos. Única versão que nos é imposta como fixação da vivência, da felicidade, da realidade espaço-temporal manifestada como o dado de toda a nossa história, de nossos dias. Na casa perdemos-nos e achamos-nos.

Assim vista, a casa, pelo olhar de várias culturas, metonimiza o universo, sendo, em plano inferior, um espelho do cosmos. Idealmente, é a imitação da harmonia presente na natureza, da matemática das causalidades físicas, do devir, da continuidade duradoura dos componentes do mundo e, além disso, pode, *do porão ao sótão*, representar os estados da alma. A casa, então, se nos revela como o intercurso dos mundos exterior e interior; em muitos simbolismos, seu principal signo é a harmonia. A isso Bachelard chamou de *Poética do espaço*.

A isso, Anna chama, como já o fizeram Isaías Alves e quase todos os memorialistas, de casa-memória, contigüidade que se desdobra em: corpo-alma, geografia sentimental, um entendimento da memória em via de mão dupla entre indivíduo e coletividade, representada pela localização, pelo aspecto e pelos elementos humanos que compõem a casa e arredores.

Segundo afirma Ana Clara Mariani Bittencourt (no prefácio à obra da bisavó, 1992), Anna viveu sucessivamente em dois engenhos da família até casar-se em 1865, período oportuno para as análises em que tomamos as representações da casa conforme aparece no segundo volume de *Longos serões do campo*.

Nesta obra temos duas representações conferidas pela memorialista. A primeira é de uma casa monótona, vazia, solitária, que só apresenta vida nas participações da mãe e dos escravos que dinamizam um espaço sem detalhes, sem alma, um lugar atópico, cujos signos impressivos, afora a mãe, significam ausência, que percorre o discurso do primeiro até o sétimo capítulo. Até então não temos nenhum tipo de descrição para a casa da memorialista. As descrições que ocorrem em relação à casa são sempre de moradas consangüíneas, mas com

muita superficialidade, característica incomum ao gênero memorialista que, ao priorizar a descrição da casa, principalmente a da infância, objetiva identificar e reconhecer raízes que fixam os narradores à terra natal.

Flagramos, portanto, uma mudança no referido capítulo sete, no qual a narradora afirma: “Minha mãe reagira, suplantando a tristeza a que se entregara” ( p.65). Aí a casa passa a ser narrada como espaço feliz e, logo em seguida, a casa memoriada se inaugura a partir da sala de jantar. Contudo, é no estrado que Anna fixa a memória, como se todo o habitar da casa começasse ali, no estrado, que passa a figurar homologamente a mãe:

A sala de jantar era a mesma de costura. Havia ali o estrado, indispensável em todas as casas, no qual, logo pela manhã, se achavam sentadas as costureiras e rendeiras com as almofadas e os competentes balaios contendo os utensílios de costura e as peças do vestuário em confecção. Este local do estrado, que, em outras residências, era tão triste porque junto dele estava a senhora com ar severo para repreender ou castigar a escrava que errava o trabalho ou não o fazia com a exigida diligência, tornava-se, em nossa casa, muito aprazível. (p. 65)

No fragmento, a memorialista, de pronto, estabelece a diferença semântica entre casa e residência, ou seja, para lugar de representação afetiva como emblema de pessoal = casa; para marcar o impessoal, o não afetivo = residência. Daí por diante, as diversas descrições da casa e das ações cotidianas envolvem os afazeres domésticos da narradora, e de sua mãe. Os convidados, que eram freqüentes e cercados de muita alegria, mudam e passam a ser narrados de forma eloqüente, mas quase neutra.

Como quem quer desfazer o principio da cultura tradicional, a narradora desconstrói o simbolismo da casa, a pertinência do mito imposto como regra de que *em casa eu estou bem, seguro* e que a família deve se regozijar pelo bem-estar, o que faz porém , é nos mostrar inicialmente uma morada, marcada pela ausência do pai, a tristeza da mãe, o que culmina em descrições de acontecimentos passados em lugares que só valem a pena ser descritos se o *eu* da memorialista estiver bem. A exemplo do episódio de uma de suas idas à Capital, em que ela prioriza descrições de duas casas, pobres, nas quais pernoitaram, fotografando, parecendo querer estabelecer diferenças:

Tudo ali era pobre, porém limpo, e a circunstância dos utensílios serem novos tornava seu aspecto mais agradável. O chão da sala era bem aterrado e varrido, e, a um ângulo, via-se, em pequena Cantareira, um pote novo coberto com uma toalha alvíssima. Pendente de um torno, um coco de tirar água, desses que preparam, no Sertão, do casco de nossa fruta baiana, com cabo artisticamente torneado. Ao lado do pote, um copo transparente inculcava a cuidadosa lavagem. Na cozinha, um fogão aterrado, com trempe e algumas panelas de barro; em uma prateleira, algumas peças de louça grossa: em tudo prevalecia o cuidado e rigoroso asseio. Entro nestas minudências para provar uma verdade já conhecida, porém nunca por demais

repetida: é que o pobre pode, pelo asseio e ordem, dar à sua vivenda um aspecto agradável e torná-la confortável. E ainda mais: o pobre nestas circunstâncias torna-se atraente e desperta, nas almas generosas, o desejo de auxiliá-lo. (p. 99)

A memorialista dá seqüência à viagem dizendo que a estrada ficara mais agradável, isso porque as casas que surgem no cenário são as bonitas fazendas de belíssimas construções. E quando ela tem a oportunidade de entrar em uma dessas casas surpreende o leitor, pois não faz qualquer tipo de descrição, alegando estar cansada. Ora, o mesmo cansaço lhe acometera na noite anterior, mas nem por isso a narração deixara de acontecer detalhadamente.

Sendo Anna *filha dileta da casa grande*<sup>18</sup>, não se deve estranhar a ausência de descrição de outros ambientes, pois, nas palavras de Bachelard, “as verdadeiras casas da lembrança, as casas aonde os nossos sonhos nos levam, as casas ricas de um onirismo fiel, são avessas a qualquer descrição”. (1988, p. 117)

Do elenco das suas moradas, das consangüíneas, das viagens, e do vaivém ininterrupto de pessoas de todas as classes presentes nos eventos elencados pela memorialista torna o que Araujo (2008) chama de narrativa com contornos valiosos de celebrações e costumes. Pois com referências a episódios e costumes que marcam historicamente uma época desenha-se um mapa cultural das regiões demarcadas pela narradora como Catu, Recôncavo do Santo Amaro, Sertão e a Capital.

No território das memórias consideradas inesquecíveis pela memorialista encontra-se uma festa de Natal na casa de Manoel Joaquim, casado com uma sua tia paterna. Esse Natal, dentre tantos, chamava a atenção por ser o primeiro festejado, após as mortes do pai e da irmã da mãe de Anna. As referências pontuadas sobre a festa não só revelam, mais uma vez, o papel determinante que a mãe exercia no cotidiano deles, como retratam também comportamentos, vestimentas e até registro de uma canção muito utilizada em reuniões desse tipo. Por se tratar de uma festa natalina, houve primeiro uma missa, de que a narradora oferece poucas informações, concentrando-se nas roupas de chita usadas por senhoras livres ou escravas, homens usando jaquetas, a liberdade das meninas para pedir doces aos rapazes, o gasto descomedido dos tabaréus que bebiam gengibirra.

Também descreve a memorialista o interior da casa, o anfitrião que tinha como praxe oferecer o quarto ao hóspede mais graduado, a galhofa formada devido à casa ser pequena e ter que acomodar todos os convidados que ficavam para o almoço do dia seguinte, elementos motivadores de conversas e até rixas familiares que vinham à tona, seguidas da separação de

---

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Jorge de Souza Araujo em: *Florações de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna/Ilhéus. BA: Via Litterarum, 2008

grupos. Os homens ficavam nas varandas enquanto as senhoras iam para as salas interiores ou quartos, por se sentirem acanhadas em manifestar suas opiniões, não esquecendo da dona da *casa-festa* que nunca vinha à mesa, pois a vigilância e a inspeção do serviço doméstico não permitiam. Tudo isso é narrado num fôlego só, numa tentativa de a memória individual encontrar a rubrica de memória social. (p. 38-46)

A narradora de costumes não quer parar, precisa ainda encaminhar suas memórias para o primeiro reisado que guarda na lembrança, acontecida na Fazenda Marmota. Sua mãe também toma parte da celebração e não se esquivava em participar de tudo, tentando alegrar a filha e os sobrinhos. Um dos pré-requisitos para participar da festa era que os agregados que tivessem filhas que dançassem bem o *lundu* levassem-nas, já que tal dança era a mais conhecida, segundo a narradora. O relato sobre o reisado é um processo descritivo da maior significação, detalhado sem ser cansativo, rico em minúcias que evidenciam o signo distintivo de grande obra memorialista, pontificando os traços marcantes dos costumes e práticas ritualísticas, descritos através de uma linguagem lírica e acerca de uma região muito peculiar.

Compêndio e espelho de traços significativos do Recôncavo, *Longos serões do campo* retrata o casamento de Emília e Daniel como um marco de alterações no comportamento da comunidade da fazenda, já que a noiva, diferente das outras que, durante o ato, permaneciam com a cabeça baixa, sem olhar o noivo, Emília, segundo Anna, olha fixamente para o noivo, e durante a festa dança *schottisch* com o agora esposo, comportamento logo reprovado pelas senhoras idosas, que consideravam um escândalo uma noiva dançar.

Admirável mesmo é a interferência da mãe da memorialista, que reconhece ser o costume do campo diferente do da cidade, estabelecendo para os convivas um pensamento que demonstra o perfil analítico e flexível herdado da boa formação e das leituras que faziam dela uma mulher especial em pleno contexto do século XIX: “Bem sabe que Emilia teve educação muito diferente da nossa. E enquanto a ter os olhos alevantados, creio que ela não cometeu crime algum para baixá-los”. (p. 166).

No intuito de preservar, pelo viés da memória individual, a coletiva, a memorialista retrata, além dos acontecimentos e feitos familiares, costumes e comportamentos que julga decisivos contributos para a formação identitária da nossa gente, *Longos serões do campo* mapeia também o comportamento dos negros e índios, emitindo sempre juízos, que, tomados para análise, tornam-se insignificantes frente ao valor cultural do que retrata e também restaura:



Era costume, nas grandes festas, virem os escravos pedir ao proprietário licença para brincar em sua presença, e nesse dia os nossos não faltaram a este hábito. Era como que uma demonstração de estarem eles contentes com seus senhores. Devia-se antes dizer resignados com o cativo. Ora, os de nossa casa, comparativamente, não eram infelizes. Havia entre as escravas, mesmo as do trabalho do campo, raparigas bonitas, que se vestiam com certo luxo, à moda das crioulas baianas, e que dançavam primorosamente o *lundu*, esta dança especial de nossa terra. As raparigas mais ousadas *topavam*- era o termo usado- até nos convidados mais graduados e nos próprios senhores, que não davam por ofendidos com esta liberdade. Eles davam algumas pernadas em ar de troça e *topavam* em qualquer outra boa dançadeira. Lembro que nesse dia, sendo o Dr. Joaquim tirado à roda, dançou com tanta graça e perícia que deu lugar aos gracejos de Pedro Ribeiro; disse meu tio que ele parecia filho de Santo Amaro, terra do samba. (p. 169)

É definitivamente uma narrativa primorosa, com pormenores valiosos. A partir da celebração casamenteira, entramos em contato com diversos dados culturais significativos da região, a alegria e subordinação impostas ao negro, numa perspectiva diferente das do castigo, mas não menos perversa; o *lundu*, marca impressiva da nossa miscigenação cultural; a diferença social, marcada pelo *status* do graduado; o estatuto de terra do samba conferido a Santo Amaro ensaia uma rápida introdução ao estudo antropológico do léxico quando atesta o uso da palavra *topavam*, numa forma de advertência ao leitor.

As celebrações são item de memória muito significativas para a memorialista e, sempre depois de intensas e detalhadas descrições das festas por ela vivenciadas, os capítulos que seguem são iniciados com expressões do tipo: *Continuou a nossa vida monótona e tranqüila*. Tudo isso, entretanto, representa para a narradora, também, celebrações marcantes: A famosa festa do Dois de Julho, que se comemorava com verdadeiro entusiasmo patriótico, Anna confessa já ter lido sobre a festa em algumas gazetas e escrito sobre a mesma em uma novela de sua autoria, intitulada *Suzana*, mas será em *Longos serões do campo* que julga ter encontrado os elementos de memória indispensáveis para a compilação dos detalhes da celebração, pois com a prima intercambia as observações, cristalizando impressões de vestimentas, fragmentos de poemas, a disputa entre os Batalhões dos Caixeiros e dos Acadêmicos chegando, por vezes, às vias de fato, o palanque que ostenta as fotografias do Imperador Pedro I e de Labatut, anteriormente usado por bons poetas:

O entusiasmo chegava ao delírio. De todas as janelas choviam flores, e, em algumas, vinham os poetas recitar. Se o poeta era conhecido e conceituado, era logo saudado com vivas e palmas. Tive ensejo de ver o Dr. Luís Álvares dos Santos, um dos mais apreciados nessa época. Morava a poucos passos de nós. Era mulato de cor fina e avermelhada, e bem-apeesoado. Trajava-se de branco com esmero. Recitava bem, com voz potente e clara como requeria o assunto. (p. 195)

E as Santas Missões, que deixaram marcas de horror na memória da menina, ao presenciar os martírios auto-impostos pelo missionário, somatizando os pecados dos presentes, a menina que agora presencia a anciã que narra inclui a crítica que fazem às missões o pai e o tio, a que eles chamavam *a farsa do missionário*. Essas memórias ficam amenizadas pela sua primeira ida ao teatro, na Capital, para ver *Paulo e Virgínia*.

O relato dessa ida ao teatro nos chama a atenção, pois é a partir dele que se depreende o motivo de a mãe da memorialista contrair uma séria constipação. Mas nem isso, embora antecedido por nota do que foi causa da doença materna, tira de Anna a impressão de brilhantismo da peça em descrição primorosa, na qual ela nos revela que as mulheres ficavam em pé no teatro. Confirma ser a peça baseada no romance homônimo de Bernardin de Saint Pierre e, mesmo tendo ouvido seu tio dizer que o romance era um livrinho desenxabido, Anna reitera o perfil do bom leitor dizendo que desejou desde então ler aquele livro, pois julgava seu tio muito leigo em literatura. Percebe-se em Anna, nesse fragmento, além de atitude, um caráter de observação crítica, pois mesmo não compreendendo o enredo, ela avalia os atores e sentencia a mediocridade do ator que representava Paulo.

Desejei desde então ler aquele romance, não tendo, porém, podido obtê-lo. Demais, achava meu tio muito esquisito em seus conceitos, considerando-o muito leigo em Literatura. Mas a peça não foi o que eu esperava. A Orsat foi uma Virgínia esplêndida; o Paulo, por outro lado, foi representado por um ator muito abaixo do medíocre, segundo o conceito do nosso pessoal e também o meu. Pela falta de conhecimento de teatro, creio que não compreendi bem o enredo. (p. 198)

Tais fragmentos de relatos, marcados pela *rapidez*, analisados de forma geral, representam a grande demonstração de uma narrativa marcada por qualidades literárias. Os capítulos, altamente descritivos, intercalados a pormenores de análise sobre costumes e comportamentos sociais, nos quais até mesmo os leitores mais atentos precisam de um tempo para digerir as informações que se intercalam entre relatos da mãe, da narradora e de livros que registram tais acontecimentos da cultura, são exercícios de memória que devem ser revelados a futuros leitores privilegiados, seus descendentes, os quais têm suas histórias sociais semelhantes à de qualquer morador do Recôncavo e do Baixo Sertão, segundo a cadência imposta pela memorialista.

A rapidez a que se refere Calvino (1990) não se convencionaliza pela economia de palavras, mas à relatividade do tempo e mesmo à ocorrência de tempo paralelo conferindo ritmo à narrativa. Esta até pode fugir a modelos teóricos, mas nunca perde a cadência da

expressão do pensamento que deve singularizar-se sempre com as dos demais, transformando, assim, relatos individuais em importantes relatos históricos.

### 3. 4. 5 Solidão, velhice, morte...

O relato de *Longos serões do campo*, a partir do capítulo XXI, se enreda com o agravamento da doença da mãe da narradora, sua saída da escola, o retorno ao campo, a morte prematura do noivo e primo causada pela doença do peito, a paralisia lenta que levaria seu pai à morte, aos sessenta e dois anos, e o casamento com Sócrates, que no futuro faleceria de diabetes. Todos esses acontecimentos coincidem com a fase final da infância e início da juventude da memorialista, fase em que ela apresenta uma visão mais abrangente da vida e toma consciência de sua posição existencial no mundo, assumindo um tom nostálgico. O pessimismo, o desejo de isolamento, a observação das coisas, a crise, o refúgio para o sujeito-memorialista que se encontra cheia de questionamentos, incertezas, enfim, a consciência de ser apenas uma pequena parcela perante a amplitude do mundo são os sentimentos encontrados na última parte. Diz Anna:

Tive também de lutar com a revolta que se levanta no íntimo de todo o ser pensante diante das injustiças, dos sofrimentos imerecidos, da prosperidade e triunfo dos maus. Vinha-me, porém, logo à mente que, provindo o homem de outros homens, seus antepassados, quem sabe se em uma outra existência teremos de nos convencer de que aquilo que julgamos um ato de clamorosa injustiça não foi, senão, da mais perfeita justiça? Com alguns conhecimentos que tenho da História, lembrava-me das grandes catástrofes que têm devastado o mundo; quantos inocentes sucumbindo sob as mais atrozes torturas. (p. 246)

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt busca encerrar seus relatos memoriais quando percebe que o espírito da juventude se desfez e ela sente a presença da velhice em sua vida, momento que pode ser visto como término de uma fase e início de outra, a qual fica marcada por incertezas, frente a conceitos que durante a juventude eram convicções. Como a fé que, a todo momento, a memorialista insinuava como elemento nela fortemente fundamentado, a sua formação altamente religiosa nos é apresentada agora por uma narradora marcada por dúvidas e a certeza de não ter sido uma pessoa muito fervorosa:

Passei logo depois por uma dessas crises que marcam uma data lutuosa em nossa existência. Recorria, às vezes, à leitura de Chardel, que me vigorava a crença na imortalidade da alma.

Não fiquei, porém, crente fervorosa como era minha mãe, porque, de vez em quando, voltava a dúvida, como nuvem malfazeja ensombrando o céu da minha fé. Assim, quando tinha necessidade de alcançar de Deus alguma coisa, dizia para minha mãe:

- Peça aos santos de sua devoção esta graça. (p. 241)

O primeiro contato que Anna teve com a morte foi a de seu querido avô Pedro Ribeiro, quando ainda era menina, e relatou ter sofrido ao ver o sofrimento da mãe, evidenciando que a menina não tinha a noção do verdadeiro sentido da palavra e que assistiu a tudo com um olhar infantil, atenuado o caráter doloroso pelo olhar da criança. Porém, no volume em análise, a primeira morte relatada pela narradora (vista não mais de forma inocente), posteriormente à já citada, do avô, a do seu primo/professor, deparamo-nos com uma reflexão feita por Anna que ela mesma julga louca: “Deus devia nos atender quando imploramos com tanta aflição. É certo que enquanto há vida há esperança”. (p. 202).

O fato é que seu querido primo morre e Anna passa um longo tempo procurando conformar-se, afirmando que, mesmo passados longos anos, recorda-se do primo com imensa saudade. Muitas foram as mortes citadas por uma memorialista de vida longa, mas a cada relato de entes que partem, sentimos o pesar de uma memorialista marcada pela dor, pela morte, solidão e velhice, o que ela faz questão de inserir nos últimos capítulos, de maneira tão encadeada que, por vezes, os motivos se imbricam numa relação proposta pela memorialista de causa e consequência:

Ao recordar estas cenas de minha mocidade, sinto imensa saudade. Todas estas pessoas já não existem. De Henriqueta, apenas, não posso afirmá-lo, pois a perdi de vista há muito tempo: mas, calculando a idade que teria, oitenta e quatro anos, é provável que tenha já pago o tributo imposto a todo ser vivente. Dizem que os velhos vivem de recordações. É verdade; mas as recordações só despertam saudades que nos envolvem em uma nuvem de tristeza como tudo que acompanha a velhice. Cada amigo que perdemos deixa em nossos corações um vazio que os gozos do presente, não feitos para nós, jamais poderão preencher. Mas Deus misericordioso concede-nos alguns instantes de consoladora ventura nos prazeres e prosperidades de nossos descendentes, que vêm percutir docemente em nossos combalidos corações. Graças Lhe sejam dadas!. (p. 104)

E como numa despedida, a memorialista convida todos aqueles que fizeram parte de sua vida a uma presentificação em seu relato, que se apresenta atemporal, pois pode ser revivido pelo tecer das memórias, onde todas as pessoas permanecerão vivas. Como quem desliza facilmente pela grama, Anna transita na temática morte de uma maneira peculiar, ou seja, relata as mortes de amigos e entes queridos, mas, de forma sutil, a *exatidão* calvinoana convida a narradora a acionar o fantástico. A relação com este é tão natural e agradável que poderá passar despercebida por um leitor menos atento:

Correu o tempo. Estava eu já idosa. Sonhei que via Emilia com o mesmo semblante, inculcando, porém, mais idade e muito gorda. Dirigindo-se alegremente para mim, dizia:

- Santinha, como você está velha!

Eu lhe tornei:

E vosmecê como está ainda moça! “Até parece mais moça do que eu”

E correndo a abraçá-la, acordei. Veio-me então a idéia de que Emilia houvesse morrido e, segundo a crença popular que não é para ser desprezada, tivesse vindo dar-me aquele sinal, o que acontece com pessoas que verdadeiramente se estimam. (p. 186)

Como se pode observar, a memorialista insinua a preocupação de fazer do imaginário algo tão compatível e legitimador da realidade, conferindo-lhe *visibilidade*, tanto que seu pressentimento é seguido de uma explicação coerente e natural ao legitimar a morte de Emília e Henriqueta:

Ora, calculando a idade daquelas senhoras, Emília teria hoje noventa anos e Henriqueta, oitenta e seis. É, pois, muito provável que ambas tenham já saído da cena da vida. Todavia, próxima da partida para a última jornada, lembro-me a miúdo daquelas cuja recordação se alia aos belos tempos do despontar de minha juventude e, no cortejo dos companheiros que na memória hoje me cercam, aqueles dois vultos, belos e atraentes, salientam-se envoltos em uma atmosfera de infinda saudade. (vol. II, p. 186)

De escrita habilidosa, Anna transita entre morte, velhice e solidão, assim como quem nada pretende além de lembrar ao leitor ser a narradora agora uma anciã, por isso mesmo certa dificuldades surgindo como fruto da impiedosa velhice que, ao dar indícios de sua presença, começa a privá-la de coisas que ela gostava muito de fazer. Aos poucos vê-se sem possibilidade de colaborar com o periódico *A Voz*, devido à diminuição da vista, e situa-se como um ser que, sem nenhuma outra ocupação normal, “lança mão da pena e escreve com letra quase ininteligível trechos de recordações e pensamentos elaborados em um cérebro combalido pela idade”. (p. 253)

O movimento de retorno projetado pela memorialista traduz outras implicações desse tipo de produção literária: o desejo de se distanciar do fim. A percepção da passagem do tempo e a proximidade da morte despertam-lhe o desejo de voltar. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, ao reconstruir suas memórias, pretende, além de reintegrar o passado, distanciar-se do fim e atestar, através da escrita memorialista, a sua existência ativando a memória e, com *leveza*, abordando temas esquecidos pelo discurso da tradição, mapeando ruínas e vestígios que o olhar apenas histórico nem sempre consegue conferir ao passado.

## **CAPÍTULO 4**

### **O UNIVERSO AGROPASTORIL DE EURICO ALVES BOAVENTURA**

*Pensar é sempre interpretar, isto é, explicar, desenvolver, decifrar, traduzir um signo. Traduzir, decifrar, desenvolver são a forma de criação pura. Nem existem significações explícitas nem idéias claras, só existem sentidos implicados nos signos; e se o pensamento tem o poder de explicar o signo, de desenvolvê-lo em uma Idéia, é porque a Idéia já estava presente no signo, em estado envolvido e enrolado, no estado obscuro daquilo que força a pensar.*

(DELEUZE, 2003, p. 96)

Na laiva deste modestíssimo e apagado trabalho, que é apenas uma tentativa de testemunho, depoimento sobre a minha catinga (sic)<sup>19</sup> os meus companheiros que se acostumaram a ouvir a doce melodia do aboio como um estímulo de vida, não perpassa, repita-se, intenção de rebater sistematicamente conceitos assentados em torno de fatos de outras áreas culturais brasileiras, mormente quando emitidos por bocas autorizadas, nem fazer ufanismo (que coisa tão necessária e que nos falta tanto nestes momentos atuais este ufanismo!) com as coisas da nossa casata da nossa esquecida região. (BOAVENTURA, 1989, p. 240)

#### 4. 1-Breves notas sobre o autor

A literatura, concebida em forma de manifestação artística, sempre assumiu, na Bahia, o projeto de difundir marcas que, ao tempo em que lhe garantiam uma almejada especificidade regionalista, expressavam um esforço conjugado com o objetivo de firmar a identidade da própria região. Essas expressões permitem verificar modos através dos quais, conforme sugere Alfredo Bosi, “a cultura alcança uma consciência grupal operosa e operante para o futuro”. (BOSI, 2002)

A ampliação da consciência grupal, evidentemente, não decorre apenas das expressões literárias. Junto aos escritores há uma gama de outros agentes, muitos deles representados por homens que aliaram à palavra escrita o gesto da ação imediata, sugerindo leis, propondo regulamentos, criando instituições.

A região conhecida como Recôncavo baiano, segundo Eurico Alves Boaventura, modela o fenômeno social também conhecido como civilização do açúcar, longe do brilho momentâneo das minas. Mas é exatamente como civilização do pastoreio que Eurico pretende estudá-la, priorizando a zona da Feira de Santana, compreendida, na época inicial, como Campos do Jacuípe e das Itaporocas.

Atendendo ao desejo do escritor na epígrafe que inicia este capítulo, intentaremos caminhar numa perspectiva memorialista. Assim, como o autor intitula o seu trabalho de *testemunho*, adentramos pela relva tênue das impressões das memórias que o autor-narrador e

---

<sup>19</sup> Eurico Alves Boaventura opta por essa grafia o tempo todo de sua exposição, à semelhança, aliás, do uso de Graciliano Ramos.

personagem-desenha para o universo agropastoril, no qual demonstra profundo conhecimento associado a um lirismo cativante.

Aos quatorze anos, o menino Eurico Alves Boaventura, nascido em Feira de Santana, muda-se para Salvador. Era o ano de 1928 e ele passa a integrar o grupo de escritores formados por Carlos Chiacchio, Pinto de Aguiar, Carvalho Filho, Hélio Simões, Ramayana de Chevalier, De Cavalcante Freitas, entre outros que futuramente comporão a revista *Arco & Flexa*.

Numa trajetória compreendida entre 1928 até à década de sessenta veremos o magistrado por formação atuando numa das coisas que ele mais gostava de fazer: poetizar a sua terra, sua gente e seus costumes, assim trilhando um caminho intenso de centenas de poemas publicados em periódicos diversos. O nome de um dos mais representativos poetas, ensaístas, cronistas e memorialistas baianos encontra assentamento em pesquisas e estudos realizados, a grande maioria deles na Bahia, pelas universidades Estadual de Feira de Santana e Federal da Bahia, através das quais tivemos publicados respectivamente o livro de memórias intitulado *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana* e o ensaio regionalista *Fidalgos e vaqueiros*, objeto de nossa análise.

Eurico Alves, no entanto, como poeta teria seu maior reconhecimento nos meios intelectuais. Além da participação na revista *Arco & Flexa*, como correspondente de Manuel Bandeira, na fase mais madura de sua vida, passa a ter contato com outras representações literárias igualmente significativas.

Salienta-se em Eurico Alves o fato de o autor não ter visto em vida a publicação de seus livros. Viu alguns poemas esparsos compilados e publicados principalmente por jornais da Bahia e Recife, e que, mais tarde, num árduo trabalho de pesquisa, foram organizados pela Fundação Casa do Salvador.

Dotado de uma singularidade poética inicialmente definida por Godet (1999) como traços de um poeta que, para ser melhor entendido, deveria ser estudado em suas três fases: a primeira, correspondendo ao período entre 1926-1932, o poeta do mundo moderno; a segunda, entre 1932-1934, o cantor do Sertão, e de 1950 em diante, o cantor da angústia do homem moderno. A analista salienta não haver estaticidade entre as fases. O intuito é apenas para aqueles que pretendam enveredar pelos estudos da poesia de Eurico Alves Boaventura, um dos principais representantes do grupo modernista baiano, mantenedor de constantes diálogos com Jorge de Lima e correspondências com Manuel Bandeira.

Jorge de Souza Araujo assinala (2008) que Eurico Alves Boaventura foi figura de destaque na poética modernista baiana e que, ao lado de Godofredo Filho, Sosígenes Costa,



Alves Ribeiro e poucos outros, deixou uma poesia de apreciáveis recursos estilísticos, assim como a produção de um caráter ensaístico tendo sempre no universo sertanejo a chave para transportar-se às pesquisas antropológicas de cunho histórico e sociológico. Com isso pode-se dizer que Eurico foi igualmente exímio poeta e ensaísta, e, como ensaísta, verá suas curiosidades regionais transformadas em pesquisas compulsivas e de grande valor para os estudos sobre a cultura sertaneja na Bahia.

Eurico Alves<sup>20</sup> em cartas afirmava que, como juiz de direito, atividade considerada por ele, como antipoética, jamais conseguiria ter notoriedade como poeta. Por isso demonstraria surpresa ao ver seus poemas solicitados por Telmo Padilha e Hélio Simões e sentença dizendo que já se aposentara há muito tempo e muito do que tinha escrito destruíra.

Embora haja sido reconhecido como valor poético e literário, no contexto baiano, para a produção de Eurico Alves, o estudo que nos propomos a fazer sobre a obra *Fidalgos e vaqueiros* assume um caráter de certo ineditismo, pois o nosso olhar inclina-se a perceber o memorialismo literário presentificado através de um narrador que decide percorrer o universo agropastoril de Feira de Santana, garantindo-nos que o desenho feito para costumes, comportamentos e origens está pautado em estudos históricos de grandes analistas, tentando com isso desenhar um caráter de pesquisa que não pretendia ser documental, mas apenas testemunho de uma civilização esquecida pelo litoral.

#### 4. 2 *Fidalgos e vaqueiros*

O período compreendido entre 1930 e 1950 é geralmente definido como uma continuação do exame crítico da realidade proposto pelos modernistas. A literatura conseqüente desse período desenvolve-se na direção de uma tomada de consciência sobre questões consideradas regionais. É assim que vemos o poeta/ensaísta elaborar um denso estudo, fruto de pesquisa intensa e detalhada, durante anos, sobre a formação e o desenvolvimento da aristocracia rural, nos Sertões da Bahia, a partir do microcosmo de Feira de Santana.

*Fidalgos e vaqueiros* está situada no mesmo contexto em que os intelectuais objetivam compreender e explicar os processos de transformação histórica da sociedade brasileira,

---

<sup>20</sup> A informação foi retirada da dissertação de Mestrado de Juracy Dórea, intitulada *Eurico Alves e a figuração epistolar: fragmentos da cena modernista na Bahia e no Brasil*. Feira de Santana, 2005.

acontecidas entre o final do século XIX e início do XX. A obra apresenta uma densidade de crônicas sociológicas/antropológicas da época resultantes de uma pesquisa intensa e duradoura, sendo concluída em 1957 mas só em 1989 a filha do autor empenha esforços e a publica, 15 anos após a morte de Eurico.

Eurico Alves viajava e conhecia muito o interior do Recôncavo e, por isso, a sua escrita num projeto regional marca o modernismo brasileiro e é aproximado a estudos semelhantes feitos no Brasil por Gilberto Freyre com *Casa grande & senzala*.

Segundo Candido (2000) a produção dos modernistas tendia para o ensaio, pois o contexto histórico marcado pela ruptura, pelo enfrentamento e pelo confronto de idéias, solicita como mecanismos de manifestação a crônica, os prefácios, os manifestos, as conferências e, por fim, o ensaio que, com diversos objetivos, confeririam um caráter de agitação cultural, renovação artística e tentativa de ordenação e construção do futuro do país numa perspectiva de modernidade. Tudo isso é fortemente evidenciado, pois se percebe que o meio intelectual se utiliza de estratégias que vão do nacionalismo defendido pelos escritores do Sul ao tradicionalismo regional apresentado no Nordeste, por Freyre e Joaquim Inojosa, salientando-se que tais posturas não se dicotomizam, mas se complementam como projeto de releitura da cultura brasileira.

Há nesse período uma ânsia de apropriação do espaço brasileiro na literatura, desde as primeiras narrativas de ficção escritas no país, pois criar uma nação e uma literatura que lhe dê o suporte cultural necessário implica também incorporar o máximo de espaço nacional possível ao discurso literário e, se for preciso, mitificá-lo. Essa ânsia se intensifica com o advento da vontade modernista de conhecer mais de perto os problemas do país, percorrendo-o incessantemente e estudando-o sob vários ângulos, dos quais são exemplos o pluralismo do *Macunaíma*, de Mário de Andrade, as histórias da floresta cifrada enfeixadas no poema *Cobra Norato*, de Raul Bopp, e o ensaio sobre o Brasil patriarcal, o já citado *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, entre outros, cada um reabsorvendo o país à sua própria maneira nessa busca pela realidade nacional, já com princípios e objetivos muito diferentes da idealização característica do Romantismo. Vemos, assim, que só depois de superada a vontade de se apropriar de lugares reais, pode-se voltar a eles, imprimindo-lhes significados humanos e uma simbologia própria, representando no espaço as transformações que o homem implantou e colocando-os a serviço dos sentidos do conjunto de narrativas que em *Fidalgos e vaqueiros* se apresentam muito fronteiriçamente.

Na introdução à obra em estudo, Wilson Lins afirma que *Fidalgos e vaqueiros* representa uma réplica ao fabuloso e sempre atual *Casa grande & senzala*, salientando que,

enquanto a obra do pernambucano Gilberto Freyre busca retratar os nédios e fartos fidalgos, a obra do baiano revela uma aristocracia suarenta, queimada do sol, que em vez de se deixar transportar pelos escravos, resolve correr atrás de boi bravo, nos seus cavalos de campo. Tudo isso é contemplado por uma memória narrativa que tem lugar num assentamento ideológico muito bem definido, uma vez que o autor convoca aportes teóricos com os quais dialoga, apresentando sua leitura particular para expressões temáticas, em alguns casos, bastante *sui generis*, e inscrevendo controvérsias teóricas nos estudos contemporâneos.

O objetivo fulcral da obra, fruto de pesquisas documentais, bibliográficas e orais perduradas por vinte anos, é apresentar o Recôncavo e Sertão baianos, num conjunto simbólico de valores, costumes, comportamentos dos vaqueiros, escravos, donos de fazendas e suas famílias, inserindo-lhes em uma paisagem emblematicamente afetiva e por isso mesmo impregnada de memória. Esta é revelada no aboiar dos vaqueiros, na construção das casas dos sobrados das fazendas, nos caminhos percorridos que revelam o Brasil como sendo dois: o do litoral e o do sertão.

Assim, temos, com *Fidalgos e vaqueiros*, uma relação diretamente estabelecida mediante estratégias do Modernismo, já que a obra está inscrita cronologicamente num período que corresponde ao projeto de defesa da cultura regional e, depois, seu (anti) dialogismo com *Casa grande & senzala*, situações que projetam a obra a um stáтус de ensaio antropológico. Esse, contudo, não será o caminho que direcionaremos a nossa pesquisa, pois intentamos a busca de marcas impressivas da memória em uma obra que, como as outras antes estudadas, registra um caráter memorialista.

Conforme dissemos em capítulos anteriores, não é fácil estudar uma obra considerada de fronteira, e é assim que a circunscrevemos. Segundo Araujo (2008), em *Fidalgos e vaqueiros*, Eurico Alves Boaventura perpassa de monumento antropológico a louvor do universo agropastoril, com um estilo dialógico que funde fronteiras historiográficas e literárias e, em sua aparente densidade, apresenta um dinâmico e refinado discurso sobre aspectos históricos, econômicos, arquitetônicos e gastronômicos, seguidos de importantes fontes teóricas e literárias exercitando nos leitores uma série de interlocuções com autores da literatura brasileira e universal.

Tais interlocuções não se dão apenas na ordem das citações. O autor estabelece diálogos velados com o memorialismo alencarino em *O Nosso Cancioneiro*. Em carta a Joaquim Serra, Alencar elabora um modelo romântico, o que também fará na interpretação do universo agropastoril. Isso também fará, em modelo, um moderno Eurico, revelando uma nação esquecida, cantando o Sertão no seu conjunto de cenas e costumes manifestos no

cenário pastoril feirense-sertanejo, intentando reproduzi-lo em sua cor local. Sua obra dialoga ainda com o projeto memorialista de José Lins do Rego em *Dias idos e vividos*, embora neste último o diálogo ocorra mais obediente ao modelo projetado. Lins do Rego assume um discurso memorialista que, não sendo ficcional, trata de diversas temáticas da cultura brasileira, convidando autores literários e teóricos para as devidas análises, e ainda apresentando, para cada capítulo, uma seleção de epígrafes como indicativos prévios de leituras, modelo seguido em *Fidalgos e vaqueiros* por Eurico Alves Boaventura. Saliente-se, todavia, que o projeto temático de José Lins do Rego, na obra referida, diferencia-se, mas nem tanto, das abraçadas por José de Alencar e Eurico, pois o autor romântico tanto trabalha o memorialismo regionalista na ficção, quanto elabora um universo ensaístico de observações sobre a política, poesia, estendendo-se tal aferição às já citadas obras, a exemplo da de Gilberto Freyre.

Considerando a peculiaridade de um narrador que adverte aos leitores sobre os cuidados ao se ler determinadas crônicas do passado, julgamos pertinente o apontamento mais detalhado para o recurso das constantes citações feitas a *Fidalgos e vaqueiros*. Isso porque o numeroso apanhado de citações atende ao eruditismo que Eurico possuía, como também fornece-nos uma visão geral das concepções ideológicas e até estéticas que norteiam o empreendimento memorialista do narrador-autor e personagem do relato que, para muitos, constitui-se como uma visão anti-casagrandeana. Intentando um projeto de leitor atento, que mais à frente veremos, consideramos curiosas as leituras feitas por José Lins e Eurico para os mesmos autores.

Observe-se o que diz José Lins sobre o célebre paisagista do *Nordeste*:

A sociologia de Gilberto Freyre é das que se asseguram mais na vida que nas teorias, é mais humana que sistemática. Muitos atribuem os sucessos de suas investigações, dos seus achados, das suas descobertas, ao método americano que ele trouxe de lá, ao treinamento com os mestres das universidades, com os Boas e os Giddings. No entanto, todo esse sucesso vem é dele mesmo, do seu gênio criador. Outros já tiveram os mesmos cursos, os mesmos treinadores, e o que nos deram? As descobertas de Gilberto Freyre, as suas análises miúdas, as suas interpretações, as suas sínteses, provêm do homem, da organização lírica, da sabedoria humanizada que é a sua. Os americanos lhe ensinaram muito, mas muito ele sabia por si mesmo. (*Dias idos e vividos*, 1981, p. 258)

O projeto assumido por Eurico em *Fidalgos e vaqueiros* é instigante, pois, ao passo que convoca Gilberto Freyre, constantemente, para diálogos que ele considera sem grandes significações, há sua aceitação para a análise. No entanto, se a temática parece controversa, Eurico convoca outro autor para quem ele utiliza adjetivos, deixando, nas entrelinhas do texto,

margens e leituras outras sobre a contribuição do sociólogo pernambucano. E ao retirar um fragmento de *Nordeste* em que Gilberto Freyre analisa a civilização do pastoreio, Eurico adverte:

Concepção errada do nosso pastoreio a que aqui se transcreveu.

Para se adotar como certa esta afirmativa é coisa difícilima. E já ela se desfez com a palavra convincente do cuidadosíssimo Capistrano de Abreu (43). Desfaz-se totalmente com a apresentação do livro de Ulisses Lins (44). Aqui entre nós, existiu tudo o que o paisagista de **Nordeste** nega ao pastoreio neste tópico. (p. 106).

Eurico Alves Boaventura chega a ser contundente ao proclamar-se conhecedor do universo pastoril. Afirma que foi difícilima a sua tarefa, sugerindo que Gilberto Freyre não se equivoca apenas em um detalhe, ou em um dado fortuito. Tudo que ele afirma que não existiu, existiu e, para embasar seus argumentos, convoca teóricos – um ou outro deles, de forma sutil ou dúbia, chamado por Eurico de **cuidadosíssimo**, impondo ao leitor duas condições: a de imediato concordar com ele ou, então, a de arvorar-se no universo plural que toda leitura crítica deve oferecer.

Seqüenciando o itinerário de dialogismo entre os memoriais já referidos de Eurico e José Lins, no intuito de compreendermos o que um projeto memorialista tem de muito valioso para as diversas possibilidades de nosso estudo, apresentamos a leitura feita de José de Alencar por José Lins do Rego:

O romancista do índio livre, nas matas, não acreditava que pudesse haver liberdade para o negro, que não lhe parecia nascido senão para o trabalho escravo. Sem a escravidão, o negro não poderia viver. Para Alencar, a condição de escravo era a sua estabilidade na vida. E, voltando-se para os abolicionistas, ele dizia, num tom de apóstrofe veemente: “Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interesses máximos da pátria à veleidade da glória...” (1981, p. 297)

Já Eurico Alves afirma ser José de Alencar o admirável fotógrafo, cuidadoso dos nossos costumes, e muito da nossa história pastoril está realisticamente nas páginas agradabilíssimas do romancista, que consegue acompanhar até mesmo as modas francesas que entraram no Sertão em festas de batizados e casamentos. Ou seja, onde faltou o cronista para relatar os novos costumes, lá estava o romancista para efetivar muito bem a representação em seus livros. Assim, a voz encaminhada por José de Alencar em seus romances e estudos sobre a construção social do universo pastoril entremeia-se à de Eurico em diversos momentos da narrativa memorial.

Na tentativa de encerrar esse preâmbulo, que não tem caráter dicotomizador, mas dialógico, percebe-se que o universo de citações literárias em *Fidalgos e vaqueiros* não é questionado. Antecipa-se o caráter peculiar de uma obra com reconhecido valor historiográfico, mas que, de pronto, caracteriza-se também como testemunhal e como marca estilística trazendo fortes elementos do universo poético. Transfigurando relatos que são ora testemunhados, ora ouvidos, ora lidos em obras literárias, evidenciando que a emergência da civilização sertaneja, que não foi devidamente estudada, esbarra na traição da memória, a obra de Eurico Alves Boaventura faz-nos reconhecer que recordar é um ato vulnerável, inscrevendo não apenas as marcas individuais de quem lembra, mas também aquilo que o indivíduo leu ou esqueceu de lembrar.

Considerando ainda esse dialogismo de leituras presentificadas em *Fidalgos e vaqueiros*, apontamos alguns aspectos pontuais da obra que, recorrendo a uma estrutura discursiva não uniforme, tem a sua unidade garantida pelo elemento a que o título sugere: a vida e os costumes do cosmo sertanejo, e suas peculiaridades inscritas na memória de um narrador onisciente. Daí que, ao lado dessa narrativa agropastoril, um outro aspecto unificador se impõe: um eu testemunhal claramente expresso. Ainda que, em algumas passagens, o autor ceda o lugar para uma voz mais neutra e mais apta a momentos e análises declaradamente teóricas, um eu memorialista projeta-se e revela-se, mesmo nos discursos que ele diz a outros pertencer. À maneira de uma fotografia em espelho, que revela mais o interior do fotógrafo do que propriamente as leituras que tenta projetar, nos fartos diálogos que sua obra apresenta, Eurico faz questão de dialogar com os mais diferentes autores e apresentar a noção cujo autor mais se aproxima. E o faz de uma maneira muito especial:

Desacerta e desacerta muito o mestre Oliveira Viana, estabelecendo relação de causa entre o cangaceiro e o regime pastoril. Sentencia: “Em nossa história social o regime pastoril aparece sempre correlativo à turbulência e ao caudilhismo. Onde quer que ele se faça força dominante de vida econômica, o tumulto, o banditismo, a anarquia surgem”. (p. 372)

Chamamos de especial o comportamento dialógico que Eurico estabelece, não só dele em relação a outros autores com os quais concorda ou discorda, mas o fato de apresentar aspectos de leituras diferenciadas que faz para um mesmo autor. Pois ao tempo em que analisa o posicionamento que considera desacertado em Oliveira Viana, na página seguinte afirma que o segundo volume do referido Viana é valioso e indispensável a qualquer estudo da nossa formação social. Com isso, Eurico evidencia mais explicitamente o caráter dialógico e intertextual que confere ao seu texto uma credibilidade irreduzível. Por meio dela o leitor

também passa a dialogar com o narrador, o que recusa ao texto o gênero de historiográfico exclusivo e, como já dissemos, afirma um relato testemunhal, mais uma vez evidenciando o olhar de que história e literatura são áreas muito próximas, aproveitando para aconselhar: “Muita gente devia de ler Proust para tomar notas de pesquisas históricas. Assim muita coisa não seria desdenhada”. (p. 61).

Olhando para o conjunto da obra, verificamos que nela existe um claro predomínio do discurso memorialista, gênero híbrido que permite o cruzamento do *eu* com os outros, dos dados íntimos e subjetivos com os fatos verídicos. O memorialismo encontra a sua especificidade na reconstituição livre do passado, orientada por um critério pessoal. Estando a meio caminho entre a história e a literatura, o memorialismo acaba por ficar, de algum modo, ao lado da narrativa lírica, pelo espaço que concebe à projeção livre do *eu* que, direta ou indiretamente, se oferece à contemplação do leitor confrontado com trechos cheios de aliterações e imagens que evocam momentos nítidos de poesia:

Morre o recôncavo, quando as espátulas do canavial cedem lugar ao flácido flabelar festivo do capinzal, das capineiras. Além do horizonte descrito, já se não ouvem gritos históricos de feitores sádicos, mas sim da melopéia do aboiado, conduzindo a vida e o rebanho para a alegria do sertão imenso. Imenso como um coração. (p. 17)

Embora a ficha catalográfica classifique a obra como história social, verificamos que tal definição cambaleia e que nem vagamente sugere as complexidades da natureza da obra. Tão vivas são as recordações evocadas, tão estilizadas são as suas descrições, que o texto habita uma zona de intercessão, que poderíamos arriscar ser lugar entre o memorialismo e o ensaio de história social. Assim, vemos perfilar em *Fidalgos e vaqueiros* a memória, o ensaísmo histórico e a literatura em trechos cujos campos se apresentam imbricados, embora saibamos que cada um guarda suas especificidades. Vejamos:

O Sertão ensinou ao corajoso, que se aventurou a penetrar-lhe o âmago, a desvendar-lhe os segredos alpardados na cacunda dos grandes horizontes, a regra de vida a ser mantida no seu meio. E reviveu-se aqui a sombra do primitivo luso da época das aventuras marítimas. Lembra bem VIANNA MOOG a diferença do luso audaz das descobertas, das aventuras (descobertas marítimas e sertanejas, que se completam) e do português do litoral brasileiro, litorâneo “cobiçoso, guloso, onzeneiro, inventor de receitas de doces”(148) e que sorri bestamente do **coronel**, que descobriu o sertão. E quem já viu civilização construída somente sobre receituário doméstico de doces e guloseimas? Que valor superior terá uma civilização somente à base de receitas de doces, ao sopro dos pontos de açúcar, das caldas para alfenins, para cocadas e pés de moleques? Açúcar que mela, que se dissolve. . . Açúcar que faz gente suave, macia, que inventa poetas melados de rapadura e melados de rapadura e melaço. Entre o “formosa, qual pincel em tela fina”, imagem vazia, cor de ponto de cocada branca e um “quando o sol nas matas virgens a fogueira das tardes acendia”. (p. 363)

Pode-se ver por esse exemplo que o autor desenvolve o exercício da memória lírica, e para isso apóia-se em uma técnica narrativa muito eficaz, pois ao passo que conhecemos o poder do Sertão mediante uma linguagem rica em composição expressiva, beiramos o tom poético promovendo um dos efeitos desse tipo de narrativa: a atualização da modalidade discursiva provocando no leitor uma sintonia, a ponto de considerar o narrador capaz de mediar as memórias coletivas.

Há no *Fidalgos* uma escrita memorialística que foge aos códigos a ela impostos, apresentando características como a intertextualidade com outras obras históricas, literárias, bíblicas e o campo da oralidade. Partindo muitas vezes de sua história pessoal, da sua própria origem, o narrador alcança um patamar de lúcidas interpretações sobre as relações sociais e históricas do país. Alinhamos ainda as recorrentes citações em francês, onde o autor apresenta todo um singular eruditismo, embora o recurso cause ao leitor que não domine o idioma certa dispersão.

Eurico Alves Boaventura, em *Fidalgos e vaqueiros*, alia-se a outros competentes intérpretes do Brasil, a exemplo de Euclides da Cunha, José de Alencar, Taunay, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Coelho Neto, Oliveira Vianna, Werneck Sodré, Pedro Calmon, Guimarães Rosa, Manoel Bonfim, Sérgio Buarque de Holanda e outros notáveis. Com o autor a eles se associando e os convidando para um diálogo, ora histórico, ora poético, por vezes, chegamos a esquecer a recomendação feita pelo próprio Eurico: “Ouçam as vozes que murmuram nas sombras”. (p. 86 )

#### **4. 2. 1 *Fidalgos e vaqueiros*: denso universo memorialista**

A produção memorialística no Brasil é muito rica, apesar da pouca importância dada ao gênero nas academias, principalmente se a produção não pertencer ao gênero ficcional já muito bem representado por Machado de Assis e Graciliano Ramos que, de forma magistral, mapearam ficcionalmente, não só o Brasil, mas suas relações sociais dentro dos respectivos contextos histórico, sociológico e psicológico.

Roberto Reis (2000) lembra que toda uma gama de costumes do Brasil agrário é encontrada na escrita memorialística dos séculos XIX e XX, formando um denso painel da história brasileira, que nutre a produção ficcional e estabelece uma adequada radiografia do



contexto social e cultural de uma época nem sempre rememorada devidamente pela história oficial. Cabe ao memorialismo literário, em suas mais variadas formas de representação, utilizar a palavra narrativa contra o trabalho subterrâneo do esquecimento.

A escrita da memória em *Fidalgos e vaqueiros* compõe um importante movimento de apropriação da região em que a obra é ambientada. Revelando-a, revelar-se-á, num único movimento, o esforço memorial que delineia um mapa afetivo elaborando um projeto que Walter Guimarães Soares intitulou de *Cartografia da Saudade* (2003). Para Soares, Eurico evidencia o desejo de fazer conhecido o sertão “tal qual ele é”, e para isso irá pleitear uma verdade para o sertão, que se vai gestando numa visibilidade afetiva, numa maneira de dizer, pensar e sentir a paisagem física e social ora revelada pelo *eu* do memorialista.

Não faz parte deste nosso estudo discutir teoricamente os diversos conceitos de Sertão, mas interagir e intercambiar, oportunamente, o conceito que Eurico Alves faz do uso apenas como impressão memorial, até porque outros trabalhos de relevância, tais como *Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia Sertaneja*, de Valter Guimarães (2003) e *Eurico Alves: poeta baiano*, de Juracy Dórea (1978) estudam as relações entre sertão e cidade em EAB.

Em *Fidalgos e vaqueiros* observamos um projeto de memória que oscila entre o ensaio e o relato, ambos muito bem desenhados. O autor, para isso fazer, lança mão de artifícios como documentos, retratos, genealogias, histórias ouvidas ou lidas, e de livros apropriados, gerando uma intertextualidade que confere ao leitor um caráter autônomo e acompanhado por sentenças como: “leia-se com cuidado a velha escrita dos cronistas passados” (p. 344) etc. , estabelecendo um jogo sinuoso, pois recomenda uma especial atenção leitora para os cronistas do passado. Se Eurico Alves Boaventura releu tais cronistas, o leitor pode confiar na leitura dele ou cabe ao leitor ficar atento também à leitura que o próprio autor faz do passado.

Esboçamos, no primeiro capítulo desta dissertação, e também neste, a interpretação de que todo memorialista está assentado em um projeto ideológico e, mesmo que tente neutralizar-se, o projeto de memória a ser delineado fica patente apenas sobre as marcas da vivência pessoal. Em um fragmento de sua obra, Eurico Alves Boaventura admite ser filho do reduto patriarcal e aristocrático (p. 357), logo nos advertindo de qual lugar está falando, embora possamos reconhecer seus grandes esforços ao analisar determinados aspectos da história social.

O projeto memorialístico de Eurico se apresenta diferenciado dos outros memorialistas aqui estudados, os quais, de forma menos elaborada, desnudam-se, num *eu* mais fácil de ser flagrado pelo leitor. Não estamos com isso indicando superioridade de projetos, apenas

diferenciando-os enquanto praticantes de um gênero de fronteira especialmente importante para a construção da memória coletiva. Ao mesmo tempo, procuramos evitar o território pantanoso de ficarmos na periferia de leituras superficiais.

Há em *Fidalgos e vaqueiros* um desejo íntimo de ocultar, tanto possa, o *eu* testemunhal. Enquanto os outros dois memorialistas aqui mencionados ficam nas divisas das categorias de seus textos, Eurico faz questão de classificar o seu como testemunho da civilização do couro, no entanto, tentando apagar os rastros característicos do gênero memorial. É nesse jogo de mostrar-se/esconder-se que a obra ganha contornos valiosos de escrita memorialista presentificada numa obra sob a rubrica historiográfica.

Para adentrarmos o universo do *eu* memorialista, pautamos-nos inicialmente nas citações poéticas que Eurico utiliza como epígrafes nos onze capítulos (exceto o décimo), que enriquece as quatrocentas e vinte e duas páginas de *Fidalgos e vaqueiros*. Muitas dessas epígrafes são extraídas de grandes autores da língua portuguesa, enquanto outras são capturas poéticas da nossa tradição oral, parecendo nos fornecer pistas de uma narrativa mais voltada para o literário. Apesar disso, o que segue no decorrer dos capítulos é uma tentativa de evidenciar os aportes teóricos dando suporte às análises feitas, marcando assim um suposto distanciamento do *eu* na proposta testemunhal e inaugurando o tom ensaístico que a obra intenta mostrar.

Nas tentativas de pista do pacto autobiográfico, em *Fidalgos e vaqueiros* percebemos que o autor se apresenta através de um narrador arguto, que se esconde a ponto de confundir o leitor com passagens sutis quanto à sua condição de personagem. Ou seja, são poucas as citações em que o narrador em *Fidalgos e vaqueiros* é claramente personagem mas, quando elas aparecem, são ricas em construções de imagens afetivas, que logo se transformam em importante leitura de memória social, como nesse fragmento:

Também o tronco delatava a hipertrofia do poder privado no seu âmbito e foi destruído por meu pai. Não queria lembrar ao trabalhador negróide e fraco economicamente e que não conseguiu guindar a certa altura social a humilhação da sua origem, ainda bem nítida na qualidade da sua profissão. Era assim meu pai. Sabia ser humano. E quando aqui chego, sinto que a paisagem modela o perfil das muitas figuras que a animaram entre nós. (p. 158)

É caminhando pelas lembranças do narrador que passamos a entender as convocações dos mais diversos autores em auxílio às análises feitas por Eurico sobre determinadas temáticas, nas quais percebemos o assentamento comprometido de uma memória seletiva, principalmente quando trata do negro e sua influência no Recôncavo, considerada pelo autor como ínfima, salientando como grande contributo a força física, mas não a sua influência

cultural. Longe de ser nossa pretensão discutir esses aspectos, mas a nuance já tratada por Halbwachs in Pollak (1987) sobre o fato de ser a memória não apenas seletiva, mas também um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais, assim seguimos as convocações do próprio Eurico: “*Leia-se com cuidado esta crônica...*” evitando que as marcações de identidades no Recôncavo se perpetuem com equívocos de caráter cultural.

#### **4. 3 Paisagem, códigos e valores: leituras da civilização pastoril**

Leitor de Proust, Eurico Alves Boaventura, sabia que enfatizar a função política e histórica da memória, numa região muito estudada, no que se refere ao litoral, mas igualmente silenciada no que se refere ao interior, colocaria a sua obra num patamar muito significativo e de grande dimensão historiográfica.

Tematizada e ainda pouco conhecida, a região do Recôncavo guarda um fascínio que se presentifica na história do Brasil. Mediante civilizações, direta ou indiretamente, por ela conduzidas, seja porque está situado no Nordeste e foi aqui que o Brasil nasceu, e com o cultivo da cana- de- açúcar sedimentou-se a civilização açucareira, dos engenhos, ou porque a criação extensiva do gado formaria futuramente a civilização do couro, cantada por nosso memorialista de Feira de Santana, a verdade é que o narrador de *Fidalgos* concentra a sua descrição em diferenças pontuais nos costumes que se formam na vida social brasileira com o advento da civilização do couro, que ele faz questão de assim descrever:

O desenvolvimento da vida social brasileira expandiu-se em etapas, aos gaguejos da sua economia abandonada pela metrópole. Cresceu em períodos delimitados, distinguindo-se sempre por um produto definido, que impulsionou, no tempo, a nossa economia. De início, coloriu-lhe o jovem ritmo o pau brasil. Adoça-lhe, depois, a aspereza nascente, o açúcar. Doura-lhe os brasões, em quadra um pouco posterior, o ouro. O café vem por último. Entre a época movimentada pelo açúcar e a ganância das minas, encaixa-se o início do brilho do pastoreio. A sua expansão, porém, coincide com a da cana, no que concorda Vicente Tapajós (11). Realmente, o aboiado acalentou a incipiente civilização brasileira por muito tempo, tempo infindo, criando, por fim, uma parcela bem sensível da economia do Império, sobretudo. E firmando autêntica civilização. (p. 17)

Para Eurico Alves Boaventura, bem diferente da civilização do açúcar, o sertão pecuário e os costumes a ele circunscritos não teve historiador que lhes contasse a história como história nacional, revelando para o restante do país o vaqueiro, imagem construída pelo

autor semelhante ao de um herói nacional. Se é com Euclides da Cunha que a percepção de Sertão começa a existir, antes apenas conhecíamos o sertanejo lírico de Alencar, que revela o conjunto de hábitos que faz do sertanejo um homem diferente. Ainda assim, Eurico sente falta de um estudioso que descreva devidamente a civilização do pastoreio, pois, segundo ele, as diferenças evidenciam o Brasil do outro Brasil onde poucos conhecem o Sertão.

Todo o Sertão se viu movimentado pela civilização pastoril. Sertão pastoral. Uma expressão que é a definição de um mundo dentro do Brasil. E é preciso não se confundir sertão com a expressão Brasil do Norte. Há que diferenciar que o Norte não é só representado por engenhos e canaviais compostos, como muitos fazem crer. Distingue-se ligeiramente um Brasil do Norte e um Brasil do Sul. Até mesmo o consciencioso Roger Bastide vê somente estes dois tipos de Brasil. [...] Apesar da autoridade desenganada do sociólogo, não é real esta divisão. Ingrata. Imprecisa. Incompleta, arremate-se. (p. 16).

Para Eurico há várias maneiras de se pensar o Sertão, embora a mais comum seja a aviltada de vê-lo como um espaço dentro de uma cartografia. Por isso discorda de classificações geográficas rígidas, seja para o Sertão, seja para o Recôncavo, semelhante a Guimarães Rosa, que apreende o Sertão como um território polissêmico confundido com os espaços íntimos do sujeito, o sertão como um lugar do outro. Eurico participa, dentro desse entender, de um mapa afetivamente humano. O Sertão pode ser também compreendido como experiência de linguagem, de comportamentos, de costumes, entendido para além do seu contexto geográfico. Dessa forma, o seu texto engendra várias narrativas tradutoras de uma realidade muitas vezes silenciadas ou apagadas.

Na dolência melancólica de um aboio escreve-se a reticência de uma página social, que os cidadãos procuram esconder inutilmente. No rouco e rude rumor das rústicas cancelas, no lépido escavar dos cascos nos currais, esconde-se de nós a história adormecida da vida das casas-de-fazenda, dos velhos casarões do âmbito pastoril. Faça-se o relato do seu nascimento e fixe-se a sua projeção no futuro que construiu, para o seu estudo perfeito. E se verá, em relevo, a indistigável e robusta civilização do pastoreio. (p. 421).

Em diversos momentos de convites a diálogos teóricos em *Fidalgos e vaqueiros*, Eurico Alves Boaventura convoca Capistrano de Abreu que, como ele, retrata a civilização do couro como uma tentativa de desconstruir uma historiografia nacional aboletada nos feitos de uma elite branca. Se, para Capistrano, a civilização do couro é importante, pois opera um modelo que se expande do econômico e assenta-se num plano do constructo cultural que se irradia por várias regiões do Brasil, para Eurico ela contribui decisivamente no sentido de fixar o hibridismo cultural entre regiões consideradas díspares. E, numa simples cantiga alimentada pelos vaqueiros, podemos perceber as diferenças quanto ao processo de criação do

boi. Afinal, conhecemos a estrofe evocada por Eurico: “o meu boi morreu, / o que será de mim, / manda buscar outro, maninha, / lá no Piauí”. (p. 225)

E assim, numa forma bem lúdica, o narrador encampa novos modos de criação do boi, que, por razões sociais, são diferentes. Enquanto aqui o boi é propriedade do fazendeiro que tudo domina, no Piauí, a criação do boi não se dá no formato da civilização tradicional (no primeiro momento), mas livremente, sem tanta valorização, até porque a região estaria envolvida em um outro processo econômico. Não se trata de um estudo sobre formas de criação do boi, mas de observar como a construção de histórias sociais diferentes se interpenetram, formando novos códigos e hábitos assim descritos pelos autores:

Capistrano de Abreu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagens, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangalôs para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (1963, p. 149)

Eurico Alves Boaventura:

Do couro de boi se serviam os vaqueiros para todo o mister da fazenda: roupa de trabalho- os **couros bogó** para tirar água em poço e borracha para transportar em viagens; embornal para a comida dos animais de tração ou viagem, de arreios; do couro cru para carregar terra, arrastado este rude transporte pelo boi manso. Por isso, denominou o velho mestre este ciclo da sociedade sertaneja de civilização do couro. Até as paredes de taipa eram amarradas com tiras de couro cru. A civilização das secas, a que se reporta o citado sociólogo, é coisa posterior. (p. 18)

É redundante salientarmos que Eurico é leitor apurado. Mesmo citando Capistrano de Abreu como a sua base de formação conceitual sobre a civilização do couro, evidenciam-se também pontos de discórdia sobre a definição dada por cada autor. Em muitos outros momentos leremos diálogos que se aproximam e dicotomizam: com Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Roger Bastide, Werneck Sodré. O mais significativo é que, mesmo citando autores com os quais discorda, há imediatamente a alternância com os quais Eurico estabelece novo diálogo, evidenciando que, para além do testemunho dos tabaréus da caatinga, Eurico Alves Boaventura laborou um ensaio inevitável para os estudiosos da história e da literatura regional, que deseja ser lido de um fôlego só, para depois ser relido com o mesmo sabor de

novidade e sensibilidades revigoradas, dissolvendo o estranhamento que a leitura inicial pode causar.

#### **4. 3. 1 Paisagem, espaço e território**

Conforme Araujo (2008), além de percorrer a história social do sertão visto desde Feira de Santana, e intervindo mediante rasgos de eloquência antropológica amadora, o livro *Fidalgos e vaqueiros* vale mais eficazmente por sua característica memorial, memória sociológica combinada com a afetiva, e que o autor registra através das descrições dos solares, dos causos, das vestimentas, das paisagens, narrativas que são aclimatadas em espaços do Recôncavo baiano, suas divisões. Este lócus terá paisagens peculiares e presentes em muitos textos, nos mais diferentes gêneros da nossa tradição. Mas é através da percepção individual do autor, elaborada a partir das experiências vividas e ouvidas num trabalho de catalogação de documentos e cadernetas por ele capturados em viagens que fez, a fim de apreender a paisagem por uma memória afetiva, que será capaz de estabelecer diferenças entre paisagem e espaço e até mesmo localizar a terra natal de acordo com a geografia sentimental por ele assim descrita:

Se, geograficamente, há quem alargue até os nossos Campos das Itapororocas o Recôncavo, até mesmo além, social e economicamente se define o Recôncavo apenas no estreito limite dos engenhos levantados na terra de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe. Depois destas lindes, já não há mais recôncavo no ponto de vista que se apresenta neste trabalho. Outra vida, outra economia, outra cultura. (p. 17).

Para Eurico é o conjunto de bens simbólicos que determina a localização paisagística e espacial de determinada comunidade. Para Santos (1997) paisagem será conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Já o espaço compreende essas formas e mais a vida que as anima. Nesse sentido, a paisagem pode se configurar, por exemplo, quando Eurico descreve as ruínas da civilização do açúcar que desaparece, e o espaço seria, por outro lado, as casas, os terreiros, o solar, ou seja, todo lugar animado pela presença e interação de seres humanos, os quais estão em relação constante com o entorno social e afetivo. Ainda recorrendo a Santos, pode-se mesmo dizer que o espaço desconhecido é paulatinamente alvo de perguntas induzidas pelo homem que visa a ocupá-lo no intuito de compreender suas

nuanças, apreender seu funcionamento, o que logo resulta em troca e conhecimento, ainda que fragmentário, entre o lugar e seus habitantes. Ou seja, o homem transforma a paisagem, imprimindo-lhe sentidos, transformando-a em espaço social e local de assentamento de uma memória muitas vezes individual, mas reveladora da coletiva:

Espalha-se na paisagem a casa-da-fazenda lentamente. Ao longe, é a própria paisagem o solar dominando a visão. E humanizando todo o horizonte, assinalando uma vida. Unem-se casa e paisagem e se projeta o horizonte, assinalando uma vida. Unem-se casa e paisagem e se projeta o homem. Completo entendimento entre a paisagem e a casa reformando, modificando a paisagem geográfica. E em harmonia inteligente. Ajeitou-se a casa tão bem na terra, que se não podiam diversificar, em certos pontos, a casa e a paisagem. A vida pastoril a paisagem em movimento. Em agitação criadora. E o seu solar a estilização, por assim dizer-se, desta paisagem nova. E deixou de ser apenas roufenho o chocalho aos ouvidos da casa-da-fazenda, compondo deliciosa melodia para o seu progresso. Numa volta da estrada, num cotovelo de mato, no acalanto de um vale ou no cocuruto de uma lombada macia de terra, destampava-se o solar, a velha e consoladora casa-da-fazenda. Ampla e macia a sua sombra. (p. 251)

Influenciado pelo contexto histórico regionalista, Eurico realizou um estudo social criterioso sobre o recôncavo e o sertão baianos, elencando como os critérios de definição espacial, o conjunto de valores expressivos que transformam paisagem em espaço e politicamente podem ser compreendidos como território. Ou seja, o espaço é a condição de existência dos objetos físicos e, conseqüentemente, é uma determinação inseparável dos corpos e dos processos físicos. Os corpos têm como propriedade a relação de espacialidade entre eles, isto é, o momento categorial de todo o corpóreo real abarca os movimentos e as conexões que se estabelecem entre corpos. Logo, o conceito de configuração espacial se refere aos suportes físicos associados às relações sociais.

A tentativa de demarcar o conceito de espaço é um aspecto positivo das constantes citações que o narrador faz. No esforço de apreendermos essas citações, dizemos que elas são remissivas às narrativas memoriais proustianas, que revelam, na memória do tempo perdido, que a narrativa acontece em arquipélagos separados por rígidas fronteiras. Com populações exclusivas, e qualquer um que se disponha a atravessá-la, deve a memória se revestir de uma outra individualidade, relacionando a mobilidade social com o espaço. Não estamos esquecidos de que a obra de Proust é ficcional. Todavia é o próprio Eurico que diz que todo bom memorialista social deveria ler o memorialista ficcional. Então, para Proust, assim como para Eurico, o espaço se identifica com o autor e sua imagem está indissociavelmente ligada ao entorno espacial, fazendo circular uma certa concepção de mundo, que flutua de acordo com as histórias das comunidades. Isso se projeta no texto memorialista, avultando os meandros políticos das civilizações do engenho, do ouro, do café e, por fim, a do couro. No

caso de *Fidalgos e vaqueiros*, isso se verifica por meio do discurso do narrador-autor-personagem.

#### 4.3.2 *Pondo os pontos nos iis*<sup>21</sup>

Perfilando a advertência do narrador, caminhamos pelos meandros do texto de *Fidalgos e vaqueiros*, no qual o autor apresenta a memória sendo percebida a partir do esquecimento. Esquecer, no contexto da obra, funciona para o autor-narrador como uma forma de liberdade favorecendo o agenciamento de outras fontes à sua narrativa. Então a falha na memória favorece o diálogo do presente com o passado e, ao mesmo tempo, explicita a tensão do narrador, que intenta elaborar um texto rigoroso, mas que, contaminado pela *memória hábito*, vê sua intenção frustrada, pois esse texto teoricamente rigoroso está repleto de leituras, algumas delas equivocadas. O autor, assim, acaba por se aproximar da estratégia de escrita do narrador, para quem o esquecimento, quando somado à memória, constituída das leituras dos outros, ao invés de apresentar uma análise perigosa, possibilita análises plurais.

Graças a essa possibilidade, Araujo (2008) pontua *Fidalgos e vaqueiros* como um relato que canta a civilização pastoril e, por vezes, incorre em impropriedades antropológicas, ao tentar reduzir o número de escravos que compôs o cenário da civilização do pastoreio no interior do Sertão. No capítulo sobre paisagem e indivíduo, acompanhamos um narrador detalhista em compor o cenário humano e, para mostrar a superioridade do sertanejo, comete diversas análises provocativas, afirmando que a inserção do negro foi pequena aqui, no serviço do pastoreio, pois os escravos, segundo Ferdinand Denis, seriam “mui desmazelados para que fossem bons pastores” (p. 225). Num tom de reafirmação de sua tese, em que afirma serem fracas a contribuição e a quantidade do negro por aqui, Eurico Alves Boaventura assim projeta a imagem de que a “influência negra no sertão é restrita” (p. 66). Na tentativa que faz para comprovar as suas conclusões, compara:

Mau grado a sua origem, não parece procedente a tese, desde que aqui também não intervia o negro no serviço do gado, a não ser acidentalmente. E quando já forro. E, no pampa também não foi tão escassa, tão tênue a contribuição do negro, como faz crer João Pinto da Silva. Ao contrário. Densa foi a população negra no pampa. (p. 226).

---

<sup>21</sup> O título aparece em itálico, pois é uma expressão muito utilizada por Eurico no percurso da narrativa.



E reitera:

Apesar de excessivamente fustigado, o negro, pelo trabalho de sol a sol, às vezes, pegado o trabalho com o escuro, macerado aqui e ali pelo chicote, cuidava-se aqui da sua alimentação compensadora. Era preciso comer para trabalhar e render. Daí compreender-se que havia preocupação com a sua alimentação. E, se hoje tende a desaparecer o negro na mistura brasileira, é porque o seu número não era tão grande e expressivo como os teóricos fizeram crido. (p. 290)

Em todo o transcurso da narrativa, mesmo não estando mais a descrever o tipo humano, o narrador sempre apresenta o negro como elemento social que mancha a civilização do pastoreio, apresentando-o sempre com atributos negativos. Há traços mais acentuados quando as descrições demonstram supostas rebeldias dos negros. Porém, quando a imagem do negro está ligada à subserviência na relação com o branco, o tom assumido beira o cordial e fraterno.

Eurico Alves Boaventura, entretanto, é pesquisador acuradíssimo, demonstrando conhecer muito bem a região que descreve, bem como a sua composição de formação étnica. Até entendemos a sua paixão autoral pela civilização do pastoreio, mas há algo no relato euricoano que incomoda aos mais diversos tipos étnicos. Ele faz alusão, por exemplo, com um certo caráter preconceituoso, a árabes, judeus, negros, e até mesmo os índios, nossos primeiros habitantes, surgem como grupos étnicos que o autor afirma terem pouco contribuído para o elemento humano do pastoreio. Logo nos surge um questionamento: seria o vaqueiro, um herói, criado pelo nosso autor-narrador-memorialista-poeta, que, no modelo de Proust, no relato de *Em busca do tempo perdido*, devaneia sobre um passado que quer recuperar, desencadeando com a idealização do mundo pastoril a reconstrução de um tempo pretérito recuperável apenas no plano da memória?

Bakhtin (1992), em *Estética da criação verbal*, elabora o pensamento acreditando que num mundo exterior a mim, o outro se oferece por inteiro à minha visão, enquanto elemento constitutivo desse mundo e assim, “a todo momento, vivo distintamente as diversas fronteiras do outro, posso captá-lo, caso queira, sabendo-se que é através da visão que eu construo a relação de alteridade” (p.47). Assim, a percepção do Outro ocorre numa dimensão dialógica já que, por ser fugaz, a alteridade logo cede lugar à comparação. Ou seja, para Eurico relatar o seu eu e o eu do Outro, ele precisará adotar procedimentos diferentes, pois o Outro é sentido, experienciado na esfera do extremo, enquanto o eu só pode ser vivenciado introspectivamente. E as contingências socioculturais são, portanto, elementos que permitem delinear o perfil do Outro em memórias que são do narrador, porta-voz de uma comunidade.

Ao tratarmos dessas incorreções de análises identitárias, não intentamos condenar o autor. Muito pelo contrário, tais abordagens corroboram o objetivo inicial de nossa pesquisa: o de que os trabalhos fronteiriços da historiografia e da literatura são valiosos, exatamente porque nos interditos do texto memorial poderia assumir um valor histórico absoluto. O narrador sorrrateiramente enviesa-se, não precisando sequer das inúmeras advertências, feitas por ele, de que a leitura deve ser atenta.

Os onze capítulos de *Fidalgos e vaqueiros* enfileiram uma série de teses pautadas em grandes nomes da pesquisa regional brasileira. No entanto, para cada tese, que muitas vezes confundem o leitor, a leitura do narrador, em determinados momentos, assume tons contraditórios, seja quanto aos temas das teorias raciais, como também a sua postura em páginas anteriores. E nesse vaivém percebemos que o ato da escrita memorial exige não só o comprometimento autoral, mas também do leitor, o qual será o mediador das idéias apresentadas na narrativa. Seguindo a trilha das supostas incorreções de análises, apresentaremos as leituras propostas por Eurico. Segundo ele:

O sexo não fez má a colonização brasílica (...). Isto de início. Tanta mulher de graça, oferecida, dada de mão beijada, tanta carnação morena, bem verdade, verdinha como os frutos agrestes da terra nova, tanta índia nova, a escolher. (...) O que se verifica era a facilidade para a cópula. Facilidade de mulher. Mulheres nuas, alegrando a tristeza do deserto, como as estrelas alegrando a solidão dos céus até então desconhecidas (p. 188).

É esse mesmo autor que faz perfilar aos leitores mulheres que trabalham e ajudam na economia doméstica, embora advirta-nos do perigo do trabalho fora de casa, acreditando que o mesmo faz com que a mulher perca o gosto para o mimo doméstico, chegando a afirmar que, em muitas localidades da tão louvada civilização do pastoreio, pode-se falar em matriarcado (364). Ainda nas trilhas do perfil analítico traçado para a mulher e sua condição no casamento, deparamo-nos com o seguinte fragmento:

A convivência de marido e mulher rodeava-se de absoluta circunspeção, não se admitindo o menor sinal de alegria na alcova. Nem o sopro leve de um riso. Sabe-se como desempenhava a mulher a sua função de esposa, o seu destino sexual. Nunca um marido encontraria uma mulher despida, vestindo-se. Já que não podia sorrir sob o cortinado, já que não podia fruir um momento de brincadeira na alcova, vamos espalhar rosas, esperas, passarinhos, arabescos, gregas, pés-de-galinha nas fronhas. Vamos recortar as golgas da camisa pudibunda com perfilados, que riam como dentes vermelhos. (p. 324)

O cuidado em não tirarmos conclusões precipitadas fica evidente e imediato. Pensamos que o narrador quer redimir-se ao apresentar o infortúnio que a sociedade patriarcal

impôs à mulher casada. No entanto, não só nessa, mas em outras passagens em que a temática fica circunscrita a questões das diferenças das minorias sociais, percebemos, como já dissemos antes, que o narrador, quando parece usar seu *eu*, refaz não o que recorda, mas o que concorda, fazendo uso de uma linguagem mais emotiva, o que pode ser também marcado pelo caráter irônico, já apresentado em outros momentos, como a expressão *cá entre nós*, para negar a tese de Gilberto Freyre. Todavia, não podemos negar que Eurico, ao recordar o passado, trazendo para o centro da cena a história das mulheres, mesclando-as aos relatos canônicos, confere sentido à evocação por ele feita de que devemos ouvir as vozes que clamam nas sombras.

Com essas supostas incorreções, Eurico parece fazer uma solicitação de que a História seja vista sob outras perspectivas, trazendo à baila diferenças étnicas, gênero, revisão de conceitos geográficos, negação a teses nacionalmente reconhecidas, sugerindo não só que elas estão incompletas, mas também que o domínio que os estudiosos têm do passado pode ser completado por analistas dispostos a “descobrir este grande e vasto mundo das pequenas coisas...” (p. 71).

A origem é uma temática peculiar no projeto memorial. Mais de uma vez o autor nos surpreende, primeiro, não nos apresentando a sua genealogia, o que é comum, e depois, associando a temática casamento, ele apresenta um consórcio suspeito que dá origem ao clã de parte dos Boaventura. O evento é curioso, pois uma Boaventura pula a janela para se encontrar com o namorado, e, no seu lugar, deixa uma boneca, feita com os lençóis, chegando mesmo a enganar a irmã que dormia junto. Segundo o autor, tudo serenou e essa colateral dos Alves São Boaventura “teve os partos na mansão paterna” (p. 217). Eurico diz que tal fato causou repercussão e cita a fuga da fidalga Isabel de Ávila, do Castelo da Torre, com isso restabelecendo um código mais ameno no julgamento do caso.

Descreve-se a seguir as relações de casamento entre brancos e negros, negros e negros e brancos e índios, embora, o autor ressalte que, por muito tempo, “famílias houve que se mantiveram limpas de tismas de sangue negro” (p. 240), reconhecendo que o branco *papava* muita escrava nova e com elas fazia família que se afidalgava, e que tais *cruzas* resultavam na cor de pele mais *limpa*, o que faria virarem quase representantes de brancos. Assim Eurico evidencia um pensamento ainda atual, da consequência de que a identificação da afrodescendência pode ser objetivada pela *cútis*, pelos lábios, ou seja, pela aparência e não pela representação do sangue.

A celebração do casamento consiste então em um relato magnífico, pois o evento fugia ao cotidiano e convocava uma etiqueta muito peculiar, pois, paralelamente à cerimônia, eram

arroladas a gastronomia típica da região, a dança, etc. Enfim, tratava-se dos preparativos para a cerimônia que, diferente da cerimônia francesa, na qual o casamento era realizado com bastante luxo e ostentação, o costume brasileiro seguia o português, com uma grande cerimônia de igreja e de família:

Aqui não se podia acompanhar ALENCAR na condenação às modas francesas que desvirtuavam a nossa maneira de vida social [...]. As festas das bodas se prolongavam pela madrugada e enfiavam pelo segundo dia. Eram os frios. E muita gente que não pôde ir ao casamento, chegava para os frios, o almoço do segundo dia. Era infalível este almoço do segundo dia. E não era só na fazenda que a festa se prolongava. [...]. Casamento era acontecimento de projeção nos solares rurais. E sempre se alongava por mais dois dias de festa. [...] (p. 315)

A celebração do casamento consistia num evento que fugia ao cotidiano, todavia tendo aí sua origem e preparação. A etiqueta matrimonial extrapolava o código cerimonial e regulava todo o entorno do viver sertanejo. Os convites eram feitos por cartas, com três ou quatro dias de antecedência, pedindo aos convidados que comparecessem à igreja. Salientavam ainda que se os convidados fossem ficar para os comes e bebes, deveriam declarar o convite ao fim da carta. As boas maneiras também mandavam que fossem enviadas duas cartas. Assim se supunha que ambas as famílias faziam o convite. Aqueles de menor fidalguia, e talvez leitura, recebiam o convite chamado de boca, não muito valorizado.

Como evento, a cerimônia de casamento possui uma narrativa que lhe impõe um ritmo de organização escrita, pois nesses trechos relacionados à cerimônia vamos adentrando o universo dos costumes da comunidade pastoril.

Preocupação semelhante percebe-se quando o narrador detalha o cardápio sertanejo, não só das festas, mas também do cotidiano de um povo que ele não se cansa de mostrar como representante da sabedoria de caráter popular, da moralidade e justiça. O narrador chega mesmo a afirmar que, na civilização do pastoreio, “no nosso clima, jamais se registrou um abigeato praticado por pessoa de conceito” (p. 220), reconhecendo ainda o homem sertanejo como capaz de matar, mas roubar jamais. Este indivíduo distinguido com caráter especial tinha uma alimentação poeticamente descrita por um narrador que, através da culinária, revela crenças fundamentais que se impregnam, por serem iguais os membros da comunidade sertaneja e permitindo que se reconheçam a si mesmos nas distintas regiões:

O queijo ou o requeijão, o leite, a coalhada, farropas de todo o jeito, o pirão de leite, manhã cedo, o mel-de-abelhas, o melaço, e o mel entravam no receituário da fazenda fortemente, é sabido que Janjão da Ipueira conseguiu amealhar, em pequeno espaço de tempo, vinte contos de réis, produto de mel – o melaço conseguido com o açúcar fino e branco, o cheiro bom de

curral pisado, revolvido todo o dia, invadindo os pulmões, logo cedinho, os pulmões afeitos às grandes inspirações pelo exercício do cotidiano de montar, o ar da caatinga nua, limpa, saudável como uma gargalhada, não serão os responsáveis também em parte por esta desenvoltura de talhe e por esta largueza de anos vividos vivamente? Sim. Vem assim a resposta (p. 235).

Descreve ainda:

Mel e leite. Será esta dupla também responsável pelo aspecto desta gente? Inegavelmente sim. Pode completar-se: mel, leite e farinha. Comia-se mel com farinha e comia-se farinha com leite. Pirão-de-leite com carne assada até de manhã cedo, repise-se. [...]. Leite, mel... coisas tão boas... sobretudo mel com farinha... Aqui entre nós, esta mistura era coisa de toda hora, de todo instante para entreter menino. E é um manjar do céu. . Acusa a sua insistente presença ULISSES LINS no sertão de Pernambuco. [...]. No Ceará, idêntico cardápio. [...] Descreve-o no norte DOMINGOS OLÍMPIO (279). E COUTO DE MAGALHAES aconselhava fazer-se um livro, que seria “livro útil e nacional”, descrevendo-se “todas as coisas que servem de alimento ao povo brasileiro, com os diversos métodos de procurá-los: aí se reuniriam costumes dos brancos com as artes africanas e indígenas e com a infinidade de informações muito mais interessantes do que coisas de Paris, que são as que mais nos ocupam” (p. 236).

Percebe-se nos trechos acima descrições em que o universo sertanejo parece pertencer a um território único, independente da região, e com suas história e geografia próprias, espaço real e, ao mesmo tempo, simbólico. Nesse universo, os elementos humanos se encontram, entretecendo suas relações de identidade que, naturalmente, são diversas de outros territórios, incluindo outras configurações histórico-geográficas. Ou seja, em Eurico, ao meio físico representado os relatos fazem corresponder a composição étnica, econômica dominante, o sistema social, os componentes culturais produzidos e transmitidos dentro dessas marcas, mas, sobretudo, a expansão de uma espécie de subcultura que estabelece comportamentos, valores e hábitos que ganham notoriedade no campo da medicina: “abóbora com leite era coisa trivial. E a abóbora vem hoje largamente decantada pelos nutricionistas” (p. 236). E o narrador complementa que os homens do pastoreio extraem “parte de seus caracteres antropológicos da alimentação, o que produz o grande quociente de vitamina D, tornando-o antes de tudo um forte”. Eurico Alves Boaventura, confirma-se, assim, remissivo a Euclides da Cunha na obra *Os sertões*, reconfigurando o aspecto humano do sertanejo pautado em dados de caracteres científicos sociológicos e antropológicos, evitando o exotismo tão recorrente nas descrições feitas sobre o homem do sertão.

Com isso, o que se presentifica em *Fidalgos e vaqueiros* é a inserção do universo sertanejo numa ambiência peculiar, construído pela memória, que teme ser esquecida, uma síntese dos hábitos regionais, mas de profundo significado humano e poético, e contribuindo

para o processo de singularização cultural do recôncavo e sertão baianos e conseqüentemente dos Brasis:

Brasil do litoral, com canaviais e casas-grandes açucareiras; Brasil do Sertão, com pastos, malhadas, currais e casas-de-fazendas; e o Brasil do Sul, de população mais pobre, mais mesclada de índios, compostas de pioneiros, de desbravadores de terras virgens, de conquistadores do Sertão, [...] com pastos, malhadas, currais e casas-de-fazenda; [...]. E ainda o Brasil das Minas que, de certo modo, se assemelha ao pastoril. (p. 16).

É pertinente destacarmos que a poesia de Eurico Alves é marcada pela tendência a idealizar a vida em torno da casa-da-fazenda, perspectiva acentuadamente elaborada em *Fidalgos e vaqueiros* com fatores que, segundo Godet (1999), só confirmam o grau de envolvimento afetivo do poeta com a paisagem natural e social de sua região e sua resistência ao processo de decadência que envolveu a região nas passagens das civilizações abrangidas num arco temporal que compreende quase três séculos. Eurico Alves apresenta, quer na sua poesia, quer nas suas crônicas, a idéia de nobiliarquia, e para isso demonstra, no seu ensaio, lembrar o passado na tentativa de apresentá-lo com as marcas de superioridade material e moral tingindo de glória a aristocrática civilização pastoril, da qual ele é porta-voz emblemático e confesso:

Falta documentação escrita para a crônica do homem do pastoreio aqui nos últimos tempos. Supre-a, de certo modo, a voz dos mais velhos. Nos serões da nossa casa, meu Pai nos transmitia sempre a história que os livros parciais esqueceram e não revelam. Falta apenas quem queira ouvir a crônica serena e perfeita, que anda na voz dos que a ouviram dos seus, de toda gente que aqui viveu. Que por aqui passou. Infelizmente o silêncio das longas estradas escondeu a vida da casa-da-fazenda para os estudiosos de beira-mar. Muita coisa se tem de dizer em relação aos solares. (p. 223).

Não se pode furtar a Eurico Alves Boaventura o papel de representante loquaz de um regionalismo que alimenta vertentes na literatura brasileira, transformando em matéria de relatos, muitos deles poéticos, os traços tão específicos de uma região, pintando o espaço com cores peculiares e doces sonoridades, povoando-a de caboclos, sertanejos e vaqueiros, impregnando a fisionomia telúrica do sabor do pirão de leite, seguido do mel com farinha, espreado o olhar para a demarcação sexual que povoava e povoa o imaginário regional:

Mais ou menos normal a sexualidade matuta. Talvez se possa encontrar explicação para esta referência no fato de não ser muito perseguida a libido entre os sertanejos. E, se de origem deletéria, se pútrida a célula germinativa deste mundo, como não se encontrarem nele sinais desta degenerescência? O sentido da imoralidade é muito restrito entre os sertanejos. Educa-os o rio simplesmente pelo banho em comum. Rapazes, velhos e meninos se banham sem

cerimônia e sem quebra de respeito natural, de uma vez, na amplidão dos tanques ou do rio. Não é o nu propriamente uma imoralidade. Homens e meninos se banham conjuntamente nos tanques e nos rios, embora procurem todos, até mesmo os meninos, esconder com uma das mãos o sexo, as partes sexuais, quando ficam despidos à beira da água, antes de se atirarem no rio ou na aguada menor. Para lembrado de que “a nos yeux, le nue n’est que le deshabilité, tandis que, pour les Grecs c’ était l’ état héroïque, olympien et sacré”(99). De quem teria o sertanejo herdado esta orientação sobre o nu ? De certo que não olha o nu com os olhos de um grego, olhos acostumados à contemplação da beleza como uma religião. Os olhos sertanejos não teriam este requinte de esteta grego. Mas não se conhece entre estes descendentes diretos das levas desbravadoras o pavor pela libido como na cidade. Haverá nesta atitude explicação para a calma sexual desta gente? (p. 189)

Ao trazer essa análise, o escritor parece se contradizer, já que em diversos outros momentos do relato há intensas e belas descrições para a libido do homem brasileiro que “papou muita vagina nova e fácil” (p. 188). Não que o autor objetive criteriosamente demarcar olhares contenciosos, evitando o que, segundo ele, são posturas levianas e suspeitas, nas quais se amparam muitos estudiosos, a exemplo de Assis Cintra e Ataliba Viana, ao fazerem o estudo da sexualidade do homem sertanejo, apontando-o como indivíduo que beiraria a patologia no campo da *sexualidade*. Com isso, adverte-nos Eurico, “e se defeito surgiu, lembre-se de que muitos desses camponeses europeus esbarraram por aqui posteriormente. E misturaram sangue e costume...” (p. 189). Utilizando um registro peculiar, chamado por ARAUJO (2008) de *graça maliciosa*, a narrativa sobre sexualidade associa ao intimismo da reflexão o relato sobre a donzelice dos moços, que quebravam o cabresto, na maioria das vezes, com cabras ou toras de bananas feitas vaginas frias, que se opunham às das cabrochas da decantada Rua do Bom e do Barato, em Feira de Santana. O que o narrador personaliza dizendo “contávamos quando fedelhos, com a célebre e decantada...” (p. 215).

Já dissemos em um outro momento que Eurico Alves Boaventura é, dos três memorialistas aqui apresentados, quem apresenta o projeto memorial mais denso e de universo mais complexo e extenso. Acrescemos a isso o fato de certo ineditismo na sua análise. Não há estudos, para as três obras aqui reunidas, no campo memorial, e dentre as três é *Fidalgos e vaqueiros* quem nos apresenta um maior pluralismo de temáticas, muitas delas circunscritas aos outros relatos, talvez por serem temáticas comuns ao universo memorial. Mas há aquelas que nos surpreendem, não só pela abordagem, mas pelo tratamento inusitado, como faz acima o memorialista audacioso, já que sexo, mesmo com todo esse lirismo sutil beirando a ficcionalidade, não faz parte da abrangência do universo memorial nem tampouco do universo historiográfico dos demais autores, seja Isaiás Alves ou, menos ainda, Ana Ribeiro de Góes Bittencourt.

Nos relatos de Eurico nada parece faltar. Há sensivelmente uma vontade de tudo descrever, mesmo que, algumas vezes, nos fatos apareça um certo exagero no cantar a civilização pastoril tão esquecida. E como numa proposta de redimi-la desse ato de esquecimento pela história oficial, lacunar, Eurico tece comparações entre as civilizações, priorizando as diferenças entre a do açúcar e a do pasto. Não deixando nenhum tipo de dúvida quanto à superioridade da paisagem humana e social predominante na civilização pastoril que se sobrepõe às outras, num processo narrativo que beira o tom épico, o herói de pronto se apresenta: o vaqueiro. Este é transformado em ser quase mitológico, dotado de caráter, valores e comportamentos que em tudo se diferencia de outros, pondo em relevo a grandiosidade da descoberta do Brasil oculto, o sertão redescoberto pelo vaqueiro: “Foi o vaqueiro, tangendo a boiada, procurando pasto, que descobriu as terras ignoradas do sertão” (p. 49). De imediato, o diálogo entre *Fidalgos e vaqueiros* e *O Nosso Cancioneiro* volta à baila, pois, com menor exagero, mas igual valorização, Alencar (1960) nos antecipa:

Foi por aquele tempo que se fundaram as primeiras fazendas de criação do Ceará. O vaqueiro cearense achou-se em face de um sertão imenso, e de grandes manadas de gado, esparsa pelo campo. Êste sistema de criação, inteiramente diverso do Europeu, obrigava o homem a uma luta constante. [...]. O touro bravo é um animal terrível. Sua força prodigiosa, a impetuosidade do assalto, a ferocidade que o assanha na pugna, são para incutir pavor ao mais valente. [...] Espera-o, porém, a pé firme o vaqueiro, que tem por arma unicamente a sua vara de ferrão, delgada haste coroada de uma pua de ferro. Com esta simples defesa, topa ele o touro no meio da testa e esbarra-lhe a furiosa carreira. Outras vezes o boi, reconhecendo a superioridade do homem na luta, tente escapar-lhe à unha, e dispara pelo mato. Segue-o o vaqueiro sem toscanejar; e após ele rompe os mais densos bamburrais. Onde não parece que possa penetrar uma corça, passa com rapidez do raio o sertanejo a cavalo. E não descansa enquanto não derruba a rês pela cauda. (p. 964)

E no evoluir dos diversos diálogos entre as obras, há também a recorrência a Euclides da Cunha, quem, de forma mais canônica, apresenta o universo sertanejo ao Brasil, com as sentenças consagradas de que *o sertanejo é antes de tudo um forte, e onde passa o boi, passa o vaqueiro com o seu cavalo*. Euclides ainda completa a transfiguração:

É desgracioso, desengonçado [...]. Transfigurando-se. [...] e da figura vulgar do tabaréu canhestra reporta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (1998, p. 92-93)

Tanto José de Alencar quanto Euclides da Cunha são, para Eurico, bases valiosas de referência conceitual para o desenho simbólico construído sobre o herói do universo agro-pastoril compondo o sertão e o entorno regional de que o autor de *Fidalgos e vaqueiros* faz



parte. E no modelo dos exemplares mestres da literatura brasileira acima citados, Eurico descreve o vaqueiro:

Fez o nosso vaqueiro uma paisagem, modificando a que encontrou na terra virgem. Humanizou a paisagem áspera e bruta, e nela lançou a sua vida heroicamente. E é no ambiente pastoral que se interpreta brasileiromente o pensamento de Spengler: “O Homem arrebatou à natureza o privilégio da criação”. Porque a paisagem sertaneja, repita-se, foi o pastor quem a fez. Foi o pastor um plagiador de Deus. Marcou e levantou uma paisagem nova (p. 132).

Saliente-se que esse projeto de criação de heróis já fora apresentado na literatura brasileira por, entre outros, Gonçalves Dias, Alencar e Bernardo Guimarães, numa perspectiva de romantismo nacionalista tomando de empréstimo a figura do índio na condição de herói durante o processo de colonização.

No que tange à dimensão política, a sociedade rude dos vaqueiros é representada como instituidora de uma ordem própria baseada em valores locais. Há ainda a associação dos vaqueiros aos movimentos dos bandeirantes, pois, segundo Eurico, teve o vaqueiro baiano importância igual à bandeira paulista. O pensamento boaventurano é assim marcado pela certeza de que, entre descobrir jazidas, minas de ouro e pedras preciosas e rasgar no ventre da terra as entranhas dos garimpos alucinantes, garantindo a unidade do imenso chão que guarda naturalmente as riquezas, não haja dúvida de que a segunda opção define o maior valor político entre as duas condições, mais uma vez a civilização pastoril assumindo importante papel no contexto político brasileiro. Na concepção boaventurana, as bandeiras devem ser tratadas como evento histórico original da sociedade e do viver no sertão, e das enormes distâncias que afastam o Brasil do Brasil. Por isso Eurico compreende que, ao rememorar a civilização pastoril, ele estará revelando o Brasil ignorado aos demais compatriotas. Sendo assim, define lugares, descreve e nomeia modos de vida social no imenso território brasileiro e identifica a distinção sertaneja como uma forma peculiar de viver e habitar, e não como uma marca da diferença problemática, mas como insígnia do povo sertanejo durante muito tempo e ainda hoje complexificado conceitualmente.

A criação desse imaginário do vaqueiro como herói da cultura do interior brasileiro, ao tempo que dá sustentação ao vaqueiro como signo cultural e tipo humano livre e independente, obscurece, talvez, o valor e a pesquisa histórica sobre a escravidão do índio e do negro no recôncavo e sertão baianos. Esses aspectos humanos são abordados sutilmente por Eurico, menos ainda quando trata do negro, apresentado, muitas vezes, como mancha na civilização do pastoreio, conforme se pode depreender da seqüência argumentativa abaixo:

É, não há como se duvidar, a explosão coletiva de adiantado complexo de inferioridade, roendo-lhe a vida, na coloração noturna da pele. Ou talvez ressonância atávica, repontando na insurreição do grupo. Não falo ainda em sobrevivências, porque não conheço a vida integral destas gentes até agora. Examiná-las-á o sociólogo. [...] Vê-se pelo desenho racial aqui estampado, mau grado, a notícia destes dois focos anormais de resquícios negróides, a pobreza de sangue negro no Nordeste e nas diversas partes sertanejas (p. 85).

O autor analisa várias temáticas compreendidas desde o sexo à economia, e para isso recorre a diversos estudiosos acerca dessas temáticas e até mesmo à história oral. No entanto, para tratar de questões que envolvem a miscigenação, ele parece titubear, recorrendo tacitamente ao silêncio e permitindo leituras como a de que não havia teóricos que fizessem abordagens diferentes e restando-lhe a base oral por ele tão espezinhada em outros momentos da narrativa a fim de tratar de assuntos com os quais divergia.

Percorrendo o vasto campo temático de uma civilização detalhadamente estudada, percebemos Eurico Alves Boaventura talhando o perfil religioso do elemento humano formador da civilização pastoril. Adiantando que, com exceção da epopéia euclideana, ninguém na bibliografia brasileira traçou aspectos coerentes da religiosidade na civilização do pastoreio, o autor de *Fidalgos e vaqueiros* nos informa que o processo de doutrinação cristão ocorreu semelhante ao do índio, por imposição da presença eclesiástica, que “arranca o bugre e o leva para Deus” (p. 61). E afirma ainda que, amortecendo o passo das bandeiras, a igreja fechou o caminho destas ao sertão.

Fica então o sertanejo adstrito à prece solitária do vaqueiro, o que reflete de igual forma o esquecimento criminoso a ele imposto pela cidade diretamente beneficiada pelas suas produções. Restaria aos sertanejos esparsos resquícios de vagas orações e ofícios, registros de santos e, sobre as portas, cruzeiros desenhados evidenciando os ensinamentos cristãos. O certo, segundo Eurico, é que, devido ao afastamento das igrejas de uma para outra fazenda, o pastoreio alimenta suas crenças próprias em culto autônomo, o que faz do vaqueiro um ser com um certo misticismo e devoções arraigadas que se espalham até a Matriz de Humildes, no município de Feira de Santana. E, de forma pilhérica, Eurico afirma que “faltava à nossa paisagem a figura de um santo. Deu o político” (p. 402). Temos então, para a base de referência religiosa da civilização do pastoreio, uma variante do catolicismo, que surge com relativa homogeneidade, mas adaptada aos componentes religiosos e às vivências das localidades. Eurico apresenta em seu relato uma síntese de eventos religiosos, trazendo componentes importantes como o culto a Santa Rita dos Impossíveis, que traz na sua iconografia um vaqueiro branco, ajoelhado, descalço e com o chapéu de couro jogado para trás. Para o autor a imagem simboliza alguma promessa atendida e prontamente paga, o que

também funciona para que ele, mais uma vez, reitere que tal representação “serve para comprovar de que o negro se afastava do posto de vaqueiro, numa prova de que o branco não se sentia mal envergando-lhe o traje”. (p. 69).

O movimento dialético entre campo e cidade ganha contornos poéticos no relato antinômico. É para o autor momento da mudança de tom, ele que, a seguir, surge caracterizado por uma melancolia, como se preparasse o leitor para conclusões amargas de que a civilização do pastoreio terá, como todos os homens, um fim, fazendo surgir a vida urbana inexoravelmente:

Apagam-se e se renovam os dias. Passam, caem as duas primeiras decúrias iniciais do século, Começa-se a paisagem a chorar a desalução de alguns solares rurais, frente ao novo prestígio da vida urbana. Novo ritmo da vida marca o destino da região. Despovoavam-se algumas fazendas de alguns aristocratas, a pouco e pouco, completado o êxodo com a guerra de quatorze. Este fato feriu mais fundo a vida das fazendas do que a extinção da escravidão. O boi dispensou sempre o escravo, relegando sempre o luxo da sua sombra em torno dos curais. (p. 409)

Há algo como uma forte marca de relato memorial no cantar a si e à cidade natal, objeto de estudo não só em *Fidalgos e vaqueiros* como na poesia de Eurico e no mais recente livro publicado: *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*, organizado por Maria Eugenia Boaventura (filha do autor). E, assim, Feira de Santana passa a ser descrita como uma alta cidade comercial, que tem a sua vida primitiva oriunda do pastoreio, legitimando o que já foi pontuado em *Fidalgos*. Ao cantar a civilização pastoril, Eurico Alves Boaventura estabelecia-se como uma segunda voz que se uniformiza em relatos de origem, privilegiando troncos familiares que povoaram o sertão baiano. Ao escrever a saga da civilização pastoril em *Fidalgos e vaqueiros*, o autor engendra um pouco mais que obra de memória individual e familiar, ultrapassando a pretensão inicial, pois descortina coletivas identidades da micro região de Feira de Santana.

Analisar o estilo memorialista presentificado em *Fidalgos e vaqueiros* é passear por campos movediços, tendo a certeza de que o autor faz uma síntese da historiografia regional, com pretensões universais. Uma vez que associa o elemento humano ao seu projeto de estudo ensaístico, descortinamos, além do valor historiográfico de uma obra que condensa fatos, costumes, estudos, poesia e análise, um universo pleno de significados históricos, humanos e poéticos. Já sabíamos previamente, desde o início de nossa pesquisa: no que se refere à historiografia, a obra *Fidalgos e vaqueiros* é referência obrigatória. Contudo, de par com o valor literário da obra, ela encerra em si um universo de características pertinentes à produção

de caráter memorial, sendo possível o reconhecimento de um gênero pouco estudado, mas que tem no campo da ficção representantes como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, entre tantos outros notáveis.

Entoando loas à civilização do pastoreio, Eurico Alves Boaventura não hesita e convoca diversos elementos para compor um relato rico, passando pela origem e bastardice, casamento, dote, casos de assombração, crimes, comidas, remédios caseiros, até pela disfunção erétil e, por fim, o reconhecimento de que a civilização do pastoreio está em decadência. Sugere que é necessário alguém que a pinte devidamente, provando-nos a inquietude das indagações: o que fez ele senão conduzir o leitor à peregrinação ritualística que, ao narrar a História regional, se embrenha pela literatura, história, estética, antropologia, medicina, artes plásticas e, a partir daí, transformá-los em relíquias memoriais, vestígios sobre os quais não há mais o peso de uma identidade primeira, mas enunciados permeáveis a outras experiências significativas? É uma obra que não se fecha, mas antes assume um caráter enciclopédico, que, no diálogo crítico com outras inúmeras civilizações, permite-se não estar filiada a nenhuma e a todas a um só tempo. Todavia, essa filiação só faz sentido enquanto o narrador memorialista peregrina na intertextualidade, em busca de vestígios da história dos São Boaventura, nada mais que sua própria história. Ao cantar a civilização do pastoreio, Eurico canta-se, canta-nos e encanta-nos, junto com o eco dos aboiados.

## **CAPÍTULO 5**

### **ISAÍAS, ANNA E EURICO<sup>22</sup>: MEMÓRIA COMO INSTÂNCIA IDEOLÓGICA E SENTIMENTAL**

*Nosso belo dever é imaginar que há um labirinto e um fio.*  
(BORGES, 1999, p. 47)

---

<sup>22</sup> Por já terem sido devidamente referenciados nos capítulos a eles dedicados, nestes eles serão chamados apenas pelo primeiro nome.

Concluídas as notas do precioso ditado, em que se reúne a saudade de duas almas boas, gratas ao coração do autor, falta lembrar que a fazenda se começou para milhões de cafeeiros, mas afundou na mataria, por efeito da política nova. (ALVES, p. 305)

Então lanço mão da pena e escrevo com letra quase ininteligível trechos de recordações e pensamentos elaborados em um cérebro combalido pela idade e pela luta da existência. São momentos de trégua ao desconforto de uma longa idade. (BITTENCOURT, p. 252)

Na dolência melancólica de um aboio escreve-se a reticência de uma página social, que os cidadãos procuram esconder inutilmente. No rouco e rude rumor das rústicas cancelas, no lépido escavar dos cascos nos currais, esconde-se de nós a história adormecida da vida das casas-de-fazenda, dos velhos casarões do âmbito pastoril. Faça-se o reconto do seu nascimento e fixe-se a sua projeção no futuro que construiu, para o seu estudo perfeito. E se verá, em relevo, a indisfarçável e robusta civilização do pastoreio. (BOAVENTURA, p. 421)

## 5. 1 No início do serão

No percurso empenhado para as análises individuais de cada autor surgem clara ou veladamente associações entre eles. Intentando não correr o risco da repetição exaustiva para com o leitor, procuraremos nesses dois dedos de prosa conclusiva dizer que os autores apresentam características comuns, como também acentuadas diferenças por suas já referidas particularidades no que se refere à formação, cronologia, gênero, condição social e assentamento político.

A despeito de certo didatismo, ratificamos ser Anna a memorialista mais idosa, por isso, alguns fatos históricos comuns a Isaías e Eurico não são abordados por ela e também pelo fato de não serem comuns à escrita feminina. Sem o apoio romanesco, mas fruto de reflexão, as análises sociais de Anna são sempre tomadas a partir das vivências e experiências individuais.

Pontuamos ainda que os projetos memoriais dos autores masculinos são bem próximos quanto à publicação: Isaías publica em 1967 e Eurico termina o ensaio em 1956, vindo a publicá-lo somente em 1989. Mesmo assim, seus olhares são bastante diferenciados quanto a algumas análises temáticas em comum, fato que só faz enriquecer a pesquisa, pois independente das rígidas classificações pessoais ou auto-classificações. Os três memorialistas

definem o tipo de escrita por eles realizadas como assentadas no gênero confessional, uma vez que o sujeito-narrador-autor-personagem que avalia suas próprias situações também avalia a do outro de forma crítica, legitimando o mundo que deixa nele marcas visíveis existentes em função de um *eu* que vive e observa o movimento histórico-político do seu tempo.

Relacionamos ainda o recorte proustiano presente nos três, pois, de forma consciente, escrevem para, através da reflexão propiciada pela escrita, trazer à baila o tempo perdido da infância, da juventude, das civilizações interioranas e da maturidade de cada um, cujo arsenal de lembranças, recordações e reflexões pontuam a realidade do papel de autor-narrador-personagem por eles desempenhados enquanto importantes evocadores de suas regiões.

## 5. 2 O terceiro tempo da memória

A literatura brasileira das últimas décadas vem sendo permeada de escritos classificados como memórias. A questão que ronda este universo diz respeito à diferença construída pela tradição entre narrativas de feição memorialística e as memórias ditas genuínas, distinção cristalizada pela crítica, mas que, ao nosso ver, não pode ser sustentada como teoria, se concebermos as memórias como uma busca de recordações por parte do eu-narrador com o intuito de evocar pessoas e acontecimentos que sejam representativos para um momento posterior do qual este eu-narrador escreve, independentemente da comprovação de vida extratextual dos narradores. As memórias, dessa forma, poderiam se assemelhar a uma forma de proteção contra o tempo irrecuperável, uma volta ao passado para resgatar um conjunto fixo de imagens. No entanto, a produção memorialística pode significar também um retorno ao que nunca foi vivido.

A narrativa que se forma, e a urdidura do enredo, não é apenas uma volta estática ao que ficou para trás. As memórias não são o único caminho a ser percorrido para se chegar ao passado, não são rua de mão única em que se caminha linearmente em direção ao que já passou. Relembrar o passado não significa, como pensam alguns, trazê-lo de volta, mas sim reconceitualizá-lo a partir do momento presente e de suas necessidades através da memória que opera por meio da linguagem em que o relato memorialístico é construído, fazendo escolhas, silenciando e muitas vezes imprecisando, através de seleções que eles mesmos legitimam com expressões como: “... suprimir três nomes que o ancião me falou...” (ALVES,

p. 143), “... como já disse minha memória sempre foi rebelde...” (BITTENCOURT, p. 183), “Quero crer que não vai erro em tais afirmativas” (BOAVENTURA, p. 215).

Ao tomarmos a sentença de Luiz Costa Lima (2006) ao afirmar que a vida desconhece fronteiras rígidas, poderíamos, aqui, acrescentar: também as narrativas desconhecem fronteiras rígidas. Logo, é possível vislumbrarmos que os capítulos aqui elaborados tangenciam a certeza de que os discursos apresentados nas memórias identificadas nas três obras revelam como é difícil o exercício de memoriar. Pois para operarmos tais rememorações, precisamos convocar o tempo em que se foi tratando de rememorar, o que traz no seu bojo complicadores naturais, a exemplo do questionamento inerente ao trabalho de memória: em qual tempo estamos operando ao lidar com recomposição memorial?

Levando em consideração o imbricamento natural em que passado, presente e futuro estão assentados, consideramos por bem, a fim de dirimir problemas da ordem das temporalidades, pensar a memória, aqui, como o terceiro tempo. Ou seja, reconhecemos as mobilidades dos discursos históricos e literários, e que eles estão assentados no tempo do contar, no tempo do contado e no tempo do leitor, o qual, naturalmente, pode estar num tempo historicamente diferenciado. Fica, portanto, o exercício da memória para o tempo em que se efetua a leitura, sendo passível sempre de reelaborações que não se esgotam, o que, mais uma vez, caracteriza a importância do trabalho com obras de caráter memorialístico, pois elas evidenciam como é difícil operar no sentido de separar, diferenciar, categorizar conceitos como história, literatura e memórias, já que se confundem nos diálogos presentes em narrativas como as aqui analisadas.

O terceiro tempo da memória será utilizado aqui na tentativa de mediatizar diálogos entre três autores pertencentes a posições históricas, pelo menos no que se refere à cronologia, muitas vezes impossível de aproximar. A insistência em aproximá-los ou distanciá-los dá-se numa perspectiva contemporânea, da comparação que nos assegura a idéia de promover atritos, vasculhar consonâncias, em suma, encontrar semelhanças e obviamente diferenças nas trajetórias desses três memorialistas da literatura brasileira/baiana, que se propuseram a exercitar a memória, cada qual à sua maneira, formulando temáticas a partir de um lugar ideologicamente marcado.

As epígrafes que iniciam este capítulo, pretextando demarcar o diálogo entre os autores, demarcam também interpretações insuspeitas nas relações entre as linguagens ao tratar das lembranças de forma quase musicalizada, a fim de exprimir o tom saudosista que os narradores apresentam para as transformações, sejam elas de caráter social ou pessoal.



Para Benedito Nunes (2000), o tempo é o denominador comum entre as narrativas e a criação musical, pois ambas possibilitam divisá-lo em formas determinadas: o conto, a novela e o romance. No primeiro caso, é o ritmo; o compasso e o andamento, no segundo. Não é difícil identificar a diferença no andamento da dicção entre Isaías, Anna e Eurico, que seguem linhas melódicas, é certo, mas absolutamente distintas entre si: a narrativa pictórica e exuberante, completada de aliterações e elementos de base poética em Eurico diferencia-se do detalhismo simples, mas altamente sinestésico, de Anna, e da constante personificação da metonímica imagética em Isaías.

Estamos então no jardim das comparações, marcado por estilo/flores dos quais não intentamos dizer qual o melhor, qual o mais expressivo, mas evidenciar que, marcados por base significativa criteriosa para a prosa de cada um dos autores, à sua maneira descortinam o *eu* em desdobramentos sociais relevantes. Através do uso da subversão da linguagem, tomamos conhecimento do tempo que opera mudanças tanto individuais quanto sociais na vida dos memorialistas de suas obras.

A fim de legitimar a nossa fala, tomamos fragmentos nos quais os autores desenham um painel das regiões em que estão inseridos, utilizando para isso características específicas do gênero memorialístico, cada um à sua maneira. A dicção dos autores, guardadas as proporções, é repleta de alusões sonoras, visuais e olfativas, cujos volteios e digressões ensejam momentos extremamente líricos, sugerindo hipóteses analíticas. Assim, vejamos:

Isaías:

Santo Antonio de Jesus é um horizonte aberto e luminoso, sem morros empinados ou vales de covis de gente. "Desde o subir a Caixa d'água, tudo se alegra, enquanto o fracasso do trem ecoa mais vivo, pelo arvoredo esbelto onde as palmeiras assomam esbeltas linheiras no alto plano do casario desperto. E não surge de repente. Não se esconde a cidade em mataria, para mostrar-se tímida aos visitantes. Sorri de longe ao viandante de carril ou a cavalo. À distância, tem-se a luzinha guiadora, por sobre os vales do Jequitibá e do Sururu ou pelas baixadas do Mutum e Taitinga ou, bem perto, do Riacho ou da fonte Santo Antonio. É o Norte e o Sul da cidade aberta aos ventos frescos do Leste e aos úmidos e frios do sul. (p. 291)

Anna:

Tendo dado alguns esclarecimentos sobre a família de minha mãe, devo dá-los também sobre a de meu pai. São estes esclarecimentos bem escassos por não ter eu quem os fornecesse mais amplo. Mas pelas poucas informações que pude obter e pelo que ainda conheci da situação da família, sei que os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território do Recôncavo. [...] Tendo gozado de grandes privilégios nos campos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade. [...] (p. 1)

Eurico:

Entre o crepúsculo do século XIX e o avatar do século XX, a vila da Feira de Santana sente o efeito da sua fama, acompanhando o ritmo da sociedade brasileira. Vão achegando-se da vila famílias de mais longe e do horizonte do planalto em que se desenha o arruado. (p. 409)

Se bem atentarmos, é Anna quem apresenta, através de uma linguagem contida, um maior distanciamento quanto à região em que vive. Sabemos que origem e nascimento são temáticas valiosas ao narrador memorialista e normalmente ambos vêm sempre tomados de carga emotiva. No entanto, a suposta diferença de linguagem entre eles representa exatamente uma semelhança. Se Anna acolhe uma descrição mais contida, enquanto os outros dois caminham para o transbordamento subjetivo nas descrições da região de origem, isso ocorre porque Isaías e Eurico estão mais próximos do movimento estilístico que assolou o Brasil a partir da década de 30, revelando o projeto de valorização nacional marcante no Modernismo brasileiro.

Reiteramos que os autores estão cronologicamente distanciados. A escrita de Anna dá-se com certo comedimento, enquanto Isaías e Eurico estão assentados em plena vigência do projeto de cantar a nação compreendido no século XIX. É sob este foco que se pode aproximar, portanto, nas obras, ambiências que pertencem a territórios únicos. Sendo assim, em cada momento histórico, temas e situações próprios acabam gerando dicções específicas. Em toda a trajetória, uma contínua redefinição dos tratamentos temáticos, na verdade, constituem as muitas cores de uma mesma paleta literária que se pauta no tempo da memória. Ou seja, a memória individual é fundamental nas criações dos memorialistas, permitindo aos leitores, aos poucos, descobrir a semente da própria identidade e a continuidade de sua formação, por meio da memória e também do esquecimento, criando assim uma cadeia de causas e efeitos que se atualizam pela palavra de narradores em primeira pessoa quando cada um deles tenta construir a sua própria identidade em meio à história social. Muito do si que ouviu e guardou, ou de fatos presenciador acaba determinando um mergulho nos meandros da memória, proustianamente examinando cada indício de vozes e silêncios num horizonte social e psicológico de muitos anos.

Em decorrência, os estilos são bastante diversos, embora linguagem, modelo de narrador, tempo e espaço sejam características que os aproximam, assim como também as temáticas por eles tratadas são fatores de nossa observação. Há para a escrita cronologicamente mais antiga de Anna análises que poderíamos chamar de mais modernas e,

mesmo para os dois contemporâneos, são singulares as apreensões dos olhares quanto aos mesmos assuntos. Isso porque toda escrita é comprometida com as marcas das leituras particulares que cada indivíduo carrega em si como traços indelévels de memórias que se redesenham nos diversos exercícios do memoriar.

É essa memória que relampeja de forma intempestiva, na narrativa memorial, provocando sensações inesperadas e aparentando ser o mote para inúmeros momentos dos relatos. Essa geografia do passado, irremediavelmente perdida, existe somente no tempo da memória, donde a importância da linguagem, pois, de acordo com Isaías e Eurico, o país progride com a decadência das velhas vilas ainda não consolidadas. Enquanto Anna, nostálgicamente, rememora a mocidade solapada por um cérebro combalido pela idade.

É assim que, com expressivo tom de nostalgia, os memorialistas revisitam lembranças do passado, legitimando o que o ato de narrar exige também da memória, isto é, a imaginação, já que um acontecimento vivido é finito, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, podendo sempre ser recobrado pelo viés sensível da linguagem.

Ainda no caminho das semelhanças da memória narrativa, encontramos na tríade de autores a opção pelo gesto memorialista como estratégia narrativa própria para exprimir impasses da representação desse sujeito cindido, fragmentado, atravessado por diferentes referências culturais. Mas a recuperação desse tempo perdido não se dá de forma apenas cronológica, da mesma maneira que não o são os caminhos da memória, marcados por uma realidade simultânea, caótica, e não linear.

Chamam a nossa atenção muitas passagens em que a tríade evoca os rituais de práticas alimentares. A presença constante de aromas, gostos e sensações surge como modo de acesso dos personagens ao terreno flutuante da memória, assim percebidos:

Isaias;

O almoço fora suculento: era a riqueza que uma fazenda prodigalizava de sustância e de sobremesa, nessa alegria tranqüila e repousante que a cidade desconhece.

A noite vem; a leitoa já está bem ensopada e assada com “chebeu” e torresmo. O velho toma sua coalhada com farinha de tapioca e “beiju”. Traz uma caixa com cadeado, onde guarda os beijos, que não consegue abrir”. (p. 179-187)

Anna:

O almoço, servido lautamente, como era usual, aventou-se uma questão que foi calorosamente discutida. [...] Os homens é que serviam as senhoras. Os vinhos não eram variados: recordo-

me de ter visto vinho tinto Figueira ou Lisboa e vinho branco, usados com muita sobriedade [...] Tinha eu tão pouca idade, que não sei bem se as recordações que conservo foram todas desse jantar que lembro ter assistido. (p. 45)

Eurico:

Em resumo, à farta e lauta mesa da casa-da-fazenda não lhe rareavam os alimentos energéticos, de alta expressão. A mandioca, a raiz prezada, como a qualifica Durão, com os seus derivados: a tapioca, que he todo o mimo, e flor da mandioca e a puba, com aipim, a batata-doce, amiláceos de desengano valor, compondo o cardápio da primeira refeição do dia ou como complemento da ceia. (p. 289)

Para Benjamin (1987), no ensaio sobre Proust, são os sentidos, principalmente o olfato, a camada especial da memória involuntária, nomeando-a como mais profunda, na qual os momentos da reminiscência anunciam um todo informe, não apenas visual. É como se, através da evocação dos sentidos gustativos, as lembranças fossem imprimindo afetivamente no leitor, não com a intenção apenas de relatar a gastronomia, mas também recorrer às sensações a fim de descrever atributos do viver de cada região, evidenciando particularidades do *eu* que rememora. Temos então, no espaço da gastronomia, um espaço de relações sociais e culturais, permitindo, que através dela, as pessoas conversem em torno da mesa e reencontrem suas raízes nos pratos que trazem memórias e marcas regionais.

Não podemos deixar de mencionar o fato de o *eu* feminino de Anna recorrer, nas descrições, ao vinho, seguida da análise de que o título de *bêbado* não caía bem aos homens. Se para os narradores masculinos as constantes recorrências ao fazer culinário representava o desenho de hábitos culturais da região e das diferenças entre campo e cidade, para Anna deter-se em tais descrições significava também revelar uma demanda de caráter íntimo, não apenas particular, que ela sutilmente abordava, já que dizia estar mais folgada porque seu marido a estava ajudando nas tarefas domésticas, “sobrando-me assim um tempo para a atividade de escrita”. (p. 58)

Perfilando memorialistas que apresentam uma narrativa instigada por nuances de proximidade e, ao mesmo tempo, distanciamento, salientamos o valor que os autores estudados, de maneira muito especial, antecipam contexto dos estudos contemporâneos: a valorização do relato oral para o exercício da memória. No entoar das cantigas vemos recuperadas modinhas que povoam a nossa infância mais remota, acrescida de importantes contributos aos trabalhos de investigação lingüística que se queira fazer, pois, de forma criteriosa, as obras recuperam tais canções, relacionando-as de forma a que percebamos o lastro, de cor local na linguagem evocando as marcas da região:

Isaías (p. 60):

De juêio eu caí n'água  
De jueio eu fui ao fundo  
De jueio eu levantei  
Dei a mão a todo mundo

Agora mim deu sordade  
Non posso dizê de quem  
Non tá longe nem tá perto  
Quem meu coração qué bem

A sucena dentro d'água  
Toma conta dum jardim  
Eu só peço ao meu jisui  
Quí tome conta de mim

Seu sobesse qui tu vinha  
Eu mandava te buscá  
Dentro dum copo de vrido  
Cuberto de resedá.

Anna (p. 166):

Brilha a virtude  
Na vida pura  
Qual na espessura  
Do lírio a cor.  
Cultiva atenta,  
Filha mimosa  
Sempre viçosa  
Tão linda flor

Honrosos cargos,  
Títulos, nobreza  
É tudo presa  
Da Parca dura  
Porém não finda,  
Do virtuoso,  
O nome honroso  
Na sepultura

Tudo perece  
Murcha a beleza,  
Foge a riqueza,  
Esfria o amor  
Mas a virtude  
Zomba da sorte,  
E até a morte  
Disfarça o horror.

Põe na virtude,  
Filha querida,  
De tua vida  
Todo o primor  
Não dês à sorte,  
Que tanto ilude  
Sem a virtude,  
Algum valor.

Eurico (p. 266):

E contudo eu sou sozinho,  
Minha mãe já se finou...  
É minha família o gado...  
Eia, avante... êcou ê Lou...  
São Bento, na água benta,  
Jesus Cristo no altar,  
Livrai-me deste caminho  
Onde agora vou passar.

Convém salientar que Anna e Eurico apresentam também transcrições *ipsis litteris* de poetas clássicos. Eurico usa ainda do expediente de anotar como as modinhas são cantadas em

diversas regiões do país, enquanto Isaías só apresenta a descrição de cantigas de caráter popular, mantendo até mesmo na grafia os efeitos prosódicos.

Assim, a experiência da linguagem aparece como espaço possível para articular a memória, evidenciando, através das vivências, a experiência de estar em mundos distintos. É como se, ao reproduzir as diversas possibilidades de manifestação de escrita do universo regional, o autor estivesse evocando a idéia já proposta em verso da canção popular brasileira “*minha pátria é minha língua*”. Partindo desse trabalho de transcrição de poemas, cantigas, trechos de rezas, adivinhações e ditados populares, os memorialistas sustentam a possibilidade de que, ao compilar tais elementos da tradição oral, estão fazendo um exercício da memória contra o esquecimento intentados no que Ferreira diz:

Poesia popular, Memória e Esquecimento andam juntos. Se chamarmos de tradição uma espécie de reserva conceitual, icônica, metafórica, lexical e sintática, que carrega a memória dos homens, sempre pronta a se repetir, e a se transformar, num movimento sem fim, ou pensarmos na tradição como um repertório de paradigmas e de virtualidade em relação, veremos que aí se formam com muita razão os “buracos” do esquecimento. Se a poesia popular é memória e recriação, lembrança intensa e permanente de matrizes arcaicas que se rearranjam, agrupam e recriam em processos contínuos, cresce de importância a avaliação do fenômeno: a falha da memória. (FERREIRA, p. 91).

As distinções no modo como cada um dos memorialistas lida com as experiências culturais advém também da peculiaridade das circunstâncias vividas. Embora tenham em comum serem filhos da aristocracia, ou o que chamaríamos de famílias de posses, operam um contato muito particular das vivências com empregados, negros, agregados etc. Ressalte-se aí o fato de dois memorialistas cronologicamente serem mais modernos, homens, com formações acadêmicas diferenciadas, que viajavam coletando dados, enquanto Anna, presa às atividades domésticas, impossibilitada de ir à escola, em nada deixa a desejar no traçado dos costumes de sua região.

Não intentamos priorizar projetos narrativos, mas sentimos a necessidade, até porque os autores não são estudados por esse viés comparativo classificatório, de elencar detalhes de base narrativa valiosos para a distinção dos projetos e que se assentam em critérios de seleção. Seja no campo das imagens, da linguagem e das temáticas, isso os torna não superiores ou inferiores, mas com traços distintivos que ora os aproximam ora os distanciam de projetos historiográficos categorizados como nacionais, como é o caso dos estudos intentados por José de Alencar em *Nosso Cancioneiro*, José Lins do Rego em *Dias idos e vividos* e o famoso *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

Embora tenhamos uma primeira conclusão, a de ser impossível o gesto tradicional de classificar os memorialistas em um único e excludente quadro de referências, a tríade trabalha com o *eu* que se espalha para o social, a idéia da vivência cultural, da linguagem entremeada pela discussão do pertencimento regional, da etnia problematizada. Conforme assinalado, são inúmeras as distinções entre os três, e parte dessas diferenças fica evidente nos capítulos anteriores, nos quais os autores são trazidos à baila em temáticas sempre similares. Já é tempo de irmos pontuando as marcas que aproximam e distanciam tais autores. Se Anna é nossa memorialista mais antiga, e ainda marcada pela obnubilação da escrita feminina no Brasil, enxergamos nela a base de maior relativização quanto a conceitos. Assim, temos uma autora que, antes da Abolição, já dá sinal de críticas ao tratamento dado aos negros, e ao tematizar sobre a figura do imigrante apresenta uma visão não preconceituosa no que se refere aos judeus, retirando todo olhar exótico a eles atribuído<sup>23</sup>. Aproxima-se de Anna o Isaías que reconhece, em diversos momentos de sua narrativa, a superioridade do negro em alguns processos culturais, como também apresenta uma África não folclorizada, mas como uma nação plural que guarda seus mistérios, e não apenas porque o negro aqui chegou na condição de escravo.

Alimentação, crenças religiosas, criação da raça mestiça, poesias, sentimento, são vivamente influenciados pelos usos, costumes, tendências trazidas da África. Muitas vezes o negro tinha o mais alto nível em sua pátria, mais que o reinol degredado e degredado, que veio viver além do Equador. Negros admiráveis ficaram em vários capítulos desse relato. (ALVES, p. 189)

É também com Isaías que veremos alemães como indivíduos maltratados em Santo Antônio de Jesus durante a primeira guerra (p. 283), vítimas de uma nova realidade que os cercava e sendo objeto de rejeição, por parte da população do Recôncavo, que nada mais refletia do que o pensamento da ordem mundial. Eurico também encampa, no cenário da civilização do couro, a presença do estrangeiro. Diferente dos outros dois, a visão de Eurico parece aglutinar o estrangeiro culturalmente na região, afirmando que:

Ainda falta esclarecer muito elo das nossas etnias, que prefiniram o conglomerado de sangue da nossa gente, da gente atual. E mesmo desvendar a explicação para o esquecimento de muitos destas estirpes agora.

Aqui, plantou-se também o judeu no comércio e o árabe mercantilista transportava a civilização, o luxo nas suas caixas de folha. (BOAVENTURA, p. 398)

---

<sup>23</sup> Aqui não serão transcritas citações de *Longos serões do campo* sobre o imigrante, pois tais fragmentos já foram acolhidos e analisados no terceiro capítulo desta dissertação.

A abordagem se insere em uma discussão proposta por Said (2004), a de que é impossível estar na condição do *outro*, e o risco que se corre quando isso se intenta fazer, pois há diferenças, não só conceituais, em relação ao estrangeiro. Isto é, Said trata de esclarecer importantes distinções, para ele havendo o exilado, cuja origem está na prática do banimento, levando uma vida infeliz e anômala, com o estigma de forasteiro; o refugiado, criação do estado moderno do século XX; e por fim, o expatriado, que mora voluntariamente em outro país, levado por motivos pessoais ou sociais. Já o emigrado, segundo Said, goza de uma situação ambígua. O olhar dos memorialistas parece aceitar o estrangeiro como imigrante, os quais, a nosso ver, carregam características do expatriado e do emigrado, considerando-os como contribuintes para a formação da nossa identidade e articulando a diferença como estigma portador de preconceitos e intolerância reveladoras de questões humanas tão atuais e urgentes de serem debatidas, sobretudo com o fim de evitar a intolerância racial, a xenofobia e o conflito armado em todo o mundo, fruto de uma intolerância para as diferenças.

Esse olhar quase inaugural do imigrante dentro do projeto memorialístico na literatura brasileira possibilita que se estabeleçam novas percepções a respeito da realidade de como os memorialistas, alcunhados de regionais, teriam a preocupação apenas de exotizar a nação a partir dos seus referidos microcosmos, desligando-se do restante do país.

Atuando como espécie de gatilho associativo, os autores vislumbram a universalização a partir do local, questão muito debatida nas discussões da modernidade. Tratando-se de referência comum aos três autores, no entanto, apresentam diferentes olhares para fatos sociais como República, Monarquia, Independência, Coronelismo, Guerra do Paraguai, Primeira e Segunda Guerra Mundial, enfim mudanças na paisagem social, fatores de grande interferência nas vilas, por eles assim representadas:

Isaías:

Veza por outra, recordamos passos dos mais afastados, mas viveremos naqueles, onde, ao golpe justo, humano e tardio da abolição dos escravos, ficaram sepultados sob a mata invasora, cerca de duzentos engenhos maiores e menores. Centenas sobreviveram, nesse trabalho humilde da lavoura, que é a base de nossa riqueza, e dezenas prosperaram, ricos de tradição e de esperança [...] A vida agrícola definha, as populações deslocam-se, as pequenas fazendas se ermam, enquanto as casas grandes se esboroam ou são pousos de férias, ou casas de administrador. A crise agrava-se pelo pauperismo das cidades, vilas e povoações, pelo crescimento dos preços dos meios de subsistência, pela tuberculose, pelo alcoolismo, pela depravação, pela loucura. A viagem sentimental é pela segunda metade do século XIX e primeiros decênios do XX, que avança célere pelo terceiro terço, tão cheio de transformação do mundo, como é possível prever. (p. 42)

Anna:



O Marechal Hermes, que para opróbrio de sua classe, não hesitou em consentir no bombardeamento de uma cidade inerte, causando a morte a muitos cidadãos presentes, destruindo valioso edifício e uma biblioteca de valor inestimável. E tudo isso dá para satisfação de seu capricho ou para provar a prepotência da espada e do canhão, isso em pleno século XX! Desgraçado Brasil! Perdoem-me esse brado de indignação, que involuntariamente, se me escapou diante de tantas misérias e abominações! (p. 115)

Eurico;

Apagam-se e se renovam os dias. Passam, caem as duas primeiras decúrias iniciais do século. Começa a paisagem a chorar a desalução (sic) de alguns solares rurais, frente ao novo prestígio da vida urbana. Novo ritmo de vida marca o destino da região. Despovoavam-se algumas fazendas de alguns aristocratas, a pouco e pouco, completado o êxodo com a guerra de quatorze. Este fato feriu mais fundo a vida das fazendas do que a extinção da escravidão. (p. 409).

Ao registrar fatos e tempos de felicidades e também de tristezas e incertezas, percebe-se que a linguagem é, de novo, o recurso utilizado para marcar a expressividade do vivido e do por viver, seguidos de uma feição catártica própria do gênero memorialista.

### **5. 3 Isaías, Anna e Eurico: itinerários de leituras**

O projeto memorialista dos três autores é extremamente significativo quanto a valores culturais, mas não poderíamos deixar de fora o registro como forma de aproximação, do itinerário leitor deles, pois pressupõe-se que toda escrita exija por parte do autor um trabalho laborioso de leituras. Mesmo quando elas pareçam sutis, percebemos dentro do projeto de memória leituras que refletem as interpretações dos autores, mediante as análises por eles empreendidas.

Marcados por esses fios de leituras plurais, os memorialistas transmutam-se e, num trabalho primoroso de intertextualidades, revelam autores e obras que, se ordenados, dariam outra dissertação, ou uma lista muito bem aproveitada do que se lia nos séculos XVIII a XX no interior baiano.

Isaías Alves de Almeida será nosso leitor, no que se refere a citações, mais contido. Percebemos, até mesmo por sua formação, o universo de leituras que vão da Psicologia à Física sem a performance indicativa. Como intelectual, já conhecemos o autor. Mas há um

dado valioso nas pesquisas empreendidas. A fim de melhor situarmos a obra *Matas do Sertão de Baixo*, é oportuno revelar que, no momento da escrita, o autor está gravemente enfermo, e decide antecipar o texto que já trazia em projeto organizado com fontes documentais e orais que recolhia no percurso de suas viagens sentimentais.

Com uma prévia advertência, o autor classifica a sua obra como não sendo de ficção, mas um trabalho de crítica, de comparação, com o fim de salientar o esforço das gerações de 1750 a 1870 (p. 145). E intentando esse projeto, conduz gostosamente o leitor para o universo das viagens sentimentais que mais nos parecem herança das leituras de Julio Verne, citado muitas vezes pelo autor. O que diríamos então das análises que o filho da Casa Grande faz sobre o processo da Abolição e República, senão resquícios das leituras de Castro Alves, Voltaire, Rousseau, La Fontaine, por ele convocados para legitimar suas análises sociais?

Era a luta do campo escravocrata com o comerciante que escravizava o fazendeiro. O oficial recuou e a justiça substituiu-se pela transação. É penoso pensar quanta razão tinha La Fontaine. A viúva entrou com a indenização de dezenove contos de réis, que hoje são talvez mais de trinta milhões de cruzeiros. Só pôde entrar com dez contos em dinheiro e assinou letra de nove, garantida pelo genro. (p. 88)

O exercício de decifração leitora é tarefa majestosa em Isaías que, mesmo sendo o memorialista que diretamente menos cita autores, quando o faz, revela a gama de leituras que, como indivíduo, possuía, assumindo um itinerário arrojado de autor/leitor que dinamiza o diálogo intertextual:

Os sonhos das terras distantes eram das leituras de Julio Verne, das histórias de Carlos Magno, da Princesa Magalona, da Donzela Teodora, dos jornais de Salvador e do Rio, no despertar da gente, como povo consciente do futuro, saindo do romantismo dos grandes rios, dos altos montes, dos índios doces, do amor indolente. (ALVES, p. 305).

Para Kristeva (1974) o processo de leitura realiza-se como um ato de colher, de tomar, de reconhecer traços. Ler então passa a ser uma participação agressiva, ativa, de apropriação. A escritura, então, torna-se a produção, a indústria dessa leitura de somatórias, permitindo uma nova forma de ser, ao elaborar sua própria significação. Independente das citações ordenadas pontualmente por Isaías, sentimos também as marcas da crítica sutil às imagens construídas pelo romancista José de Alencar, que durante muito tempo povoou o cenário imagético e literário brasileiro. E assim vemos, mais uma vez, o texto de *Matas do Sertão de Baixo* pluralizando seus espaços nos constantes diálogos indicados ou sugeridos por outros textos.

Os movimentos de exercício leitor projetados pela nossa autora/leitora Anna é significativo, criterioso e instigante. Marcada pela realidade histórica do ser feminino no contexto do século XIX e com grave enfermidade ocular que exigia da autora constantes isolamentos em locais escuros, somados à impossibilidade de ir à escola, o perfil leitor da autora de *Longos serões do campo* pode ser compreendido como um gesto transgressivo, dessa forma indicando como as leituras por ela cumpridas marcam a postura diferenciada que tanto ela, quanto a mãe, possuíam.

É *sui generis* pensar que em pleno contexto do já referido século, na cidade de Catu, uma menina de dez anos já revelasse um desejo incontido de ler. Some-se a isso o fato de ela já indicar o que gostaria de ler, e se não o faz é por respeito à mãe. Entretanto, em momento de maior maturidade fará, pois reconhece que a leitura tem papel decisivo principalmente na vida de uma mulher. Convidados por uma autora/leitora que não se cansa de nos surpreender, inventariamos o itinerário leitor por Anna traçado em *Longos serões do campo*.

Caminhemos com a leitora que, de forma inconsciente, traça seu itinerário leitor em três momentos: primeiro (infância) compreendido como leitora de – O livro de *Bonna*, nome atribuído à obra *O tesouro das meninas* – composto de histórias e de diálogos da mestra com suas alunas, o conteúdo das leituras apreendido, memorizado e repetido, prática de leitura muito comum até à atualidade, e ainda *O tesouro das adultas*, da mesma autora Mme. Leprince de Beoumont, a quem Anna compara com as obras da Condessa de Ségur. No segundo momento (juventude), Anna é leitora de Alexandre Herculano, Alexandre Dumas (pai), Camilo Castello Branco, Vitor Hugo (objetivamente, *Os miseráveis*), Lamartine (*Raphael*). No terceiro (velhice), assinala-se leitora de Alan Kardek, Chardel, Silvion Pellico, e como é nessa fase que a narradora evidencia o conflito religioso que lhe atormentava a alma, não faltam constantes referências diretas às leituras bíblicas, marca do itinerário predominante de leitura presentificada também nas obras romanescas da memorialista.

O ato de desnudar-se enquanto leitora num texto que se pretende memorialístico (só para a família) acarreta uma dissolvência valiosa à autora/narradora/personagem, que se descobre num esforço de inscrição do *eu* melancólico, oscilando entre a contemplação da octogenária que reescreve as memórias de infância e juventude, justapostas no exercício presente da memória:

Lembrava-me, principalmente, da Revolução Francesa, como a mais próxima, mais conhecida e, portanto, mais emocionante.

Revoltava-me com o suplício de Luis XIV, o egoísmo e as devassidões de Luis XV. Pensava que, enquanto esses reis, com seus cortesãos, gozavam uma vida de prazeres e luxo requintado, infelizes sepultados vivos na Bastilha gemiam clamando aos céus por vingança. Noutra existência, teria o infeliz reconhecido a Justiça Divina no que ele e os seus padeceram? Hoje escrevendo estas linhas, ao pensar nas desgraças da família imperial da Áustria, imagino se pagaria Francisco José com os seus as torturas dos encarcerados de Spielberg, descrita por Silvion Pellico. Na Rússia, o infeliz czar e sua família parecem pagar os inauditos tormentos dos degredados da Sibéria, tao eloqüentemente pintados por Dostoiesvky na *Casa dos Mortos*. Figura-se-me que, na outra vida, os infelizes monarcas não se revoltarão com aquilo que, nesta, olharam como uma grande injustiça. Ora, bem sei que se diz, geralmente, que a idéia de uma outra existência, onde haverá compensação das desgraças aqui sofridas, basta para nos satisfazer. E até Jesus Cristo disse: “Bem aventurados os que choram, porque eles serão consolados”. (BITTENCOURT, p. 247)

Não restam dúvidas que o exame cuidadoso dado aos cadernos de Anna é um indicativo do reconhecimento de quanto tais recuperações memoriais seriam úteis, não apenas à ambiência familiar, mas para diversos eixos temporais, revelando o papel da mulher na sociedade em transição entre o Império e o governo republicano, suas limitações e as interdições ao ensino, seus laços familiares, suas posturas diante da hegemonia masculina em todos os níveis da vida pública e privada. Entre outras questões, representam elementos para uma história que não irrompe como acontecimento pontual, mas que se desenrola ao longo das décadas e desemboca em uma forma mais clara de pensar o papel da mulher nos dias atuais.

Alinhavando itinerários distintos e significativos, caminhamos nos passos densos do leitor plural Eurico, que assume em *Fidalgos e vaqueiros* um projeto original, demonstrando, além de uma grande erudição, conhecimentos profundos sobre o Brasil e o sertão da Bahia. Com o apoio de intelectuais considerados clássicos no Brasil e no mundo, ele empreende uma lista de autores impossível de ser relacionado nesse final de serão dissertativo. A variedade de autores citados diretamente, a vasta fundamentação teórica que culmina na criação da tese da brasilidade sertaneja baiana, não nos impossibilita, todavia, de percebermos os principais autores que reforçam o discurso euricoano em *Fidalgos e vaqueiros*, na exaltação poética do sertão com base epistemológica.

Entender essa autoria euricoana como uma função que o leva a relacionar as escolhas textuais promovidas em gestos de escolhas interdiscursivas é concordamos com a visão baktiniana de que todo texto se constrói dialogicamente em relação a outro. Por isso, todo autor é sempre um leitor que incorpora vozes legitimadas, ou não, pela sociedade, e essas vozes podem ou não ser absorvidas de modo linear, consciente, podendo até aparecerem permeadas por contradições e dispersões, como o fato de Eurico recorrer o tempo inteiro a

Gilberto Freyre, na grande maioria das vezes para discordar, mas deixando evidentes as marcas de leituras freyreanas no contexto de *Fidalgos e vaqueiros*.

Na lavra imensa e intensa de citações recorrentes que Eurico evoca, poderíamos, para seguir o modelo já desenhado nos dois outros autores, pontuar os mais recorrentes, e qual a associação possível de ser feita, no momento em que ele evoca, para legitimar a sua tese ensaística. São escritores da literatura, da história, da filosofia, dentre outros, que acreditamos os por ele escolhidos como forma de dialogismo.

Iniciar pelos projetos de leitura considerados pelo autor como literatura começemos pelo diálogo direto e também velado com o grande escritor de *Os sertões*, Euclides da Cunha, não só pela beleza da narrativa que a ambos aproxima, mas também pela expressão das grandes questões brasileiras. A etnicidade, por exemplo, merece de ambos reconhecimento tácito de que o *sertanejo é antes de tudo um forte* e também origem da mestiçagem brasileira. Assim reconhecem a etnicidade brasileira através do jagunço (para Euclides) e vaqueiro (para Eurico) e à custa do índio e do mulato (bem menos). Às vezes flagramos um Eurico pretendendo um passo a mais, incorporando aos brasileiros de origem africana um novo conceito de contribuição étnica, contrariamente ao que já fizera Euclides descrevendo a morte heróica de um negro defensor de Canudos. Sabemos todos que a voz textual só pode falar do lugar que ocupa no discurso. E aqui a voz quer entoar loas ao sertanejo que, para o narrador, muito pouco teria de sangue negro.

No Nordeste baiano, em todo o nosso sertão a mostra do mestiço é idêntica. Índio adormecido, às vezes, sob epiderme um pouco mais clara. Embalçou bem a rede embalada por Iracema. É fraca, repita-se, a contribuição do negro no cruzamento sertanejo. Era polígamo o fazendeiro branco. Gerava o mameluco, às pencas, da mesma forma que produziu mulatos depois. (BOAVENTURA, p. 87).

Há na citação uma imediata ligação a José de Alencar, autor muito recorrido, assim como Gonçalves Dias, Taunay, Castro Alves, Bernardo Guimarães, Catulo da Paixão Cearense, Joaquim Manuel de Macedo, Rachel de Queiroz, Gregório de Matos, dentre outros. E com essa seleção, percebemos que Eurico toma a literatura como empréstimo de representação basilar para explorar as tensas relações esboçadas no Romantismo brasileiro e acirradas pelo Modernismo e pelo panorama contemporâneo: regionalismo e universalismo, localismo e cosmopolitismo, nacionalismo e estrangeirismo, dentre outras importantes temáticas.

Tratando ainda do dialogismo com Euclides, percebemos a construção da imagem do vaqueiro, figura mítica, já discutida no diálogo com Alencar, o vaqueiro honesto, que presta

contas a um senhor ausente, o amigo fazendo desaparecer a evidente diferença de posições sociais entre fidalgos e vaqueiros, imagem que se contrapõe à da sociedade do engenho:

E não esterilizou a paisagem, de forma alguma. Largos foram os caminhos para as boiadas. Estradas amplas, por onde a civilização passou, cortaram-nas os bois. Desenharam-nas os cascos das tropas tangendo as boiadas. Do casco vagaroso e forte das boiadas surgiu o perfil sinuoso dos caminhos, que seriam, em pleno século XX, o chamariz para as estradas de automóveis. Correu o carro moderno atrás da sombra esguia e lépida dos vaqueiros de antanho. Trazia o boi a civilização para o interior, sem esterilizar o ambiente. Não foi privatista. Não quis só para a sua fome, exclusivamente, o mato desbravado pelo aboio dos seus tangedores.

Enquanto o engenho se fecha a outras culturas, o curral delinea a área, amplia mesmo, para lavouras diversas. Auxiliá-nos. Impulsiona outra vida além da vaquejada. Não foi exclusivista como a cana. Nem se isolou em áreas predefinidas, solteiras. Misturava-se o pastor com o agricultor. E isto desde o início. (BOAVENTURA, p. 51, 52)

Seguindo o itinerário teórico do leitor Eurico, nos deparamos com um autor altamente recorrido para legitimação de suas teses: Oliveira Viana que, ao lado de Nina Rodrigues (não citado por Eurico), é considerado o paradigma das teses sobre o racismo brasileiro. De maneira estética diferente, Euclides e Vianna são aportes valiosos para Eurico, e não podemos deixar passar despercebido que esses autores conferem ao conceito de raça uma realidade objetiva, que de fato não possui, embora esse não seja o foco da nossa análise.

O valioso para a nossa pesquisa é podermos apontar que todas as nuances de estranhamento quanto determinadas posturas que distanciam Eurico, principalmente de Isaías, cronologicamente contemporâneos, são revelações idiossincráticas dos autores representantes de uma produção memorial que, mesmo não intencionados, revelam seus lugares de assentamento ideológico.

É certo que, em muitos momentos da obra, Eurico discorda de posicionamentos de Oliveira Viana (nunca quando se refere à questão negra), e apesar de priorizar o racismo, ele desenvolve algumas explicações sociológicas coerentes quanto às questões de latifúndio, ponto de muito interesse do cantor do universo agro-pastoril da região de Feira de Santana.

Nos vieses das leituras há sempre, por parte de Eurico, a crítica direta a Gilberto Freyre, tanto em *Nordeste* quanto em *Casa Grande & Senzala*, mas também pontos de aproximações. Além de tudo, ressalta o fato de *Fidalgos e vaqueiros* ser uma obra pretextualmente anticasagrandeana, pois o autor apresenta como contrária aos engenhos a filosofia dos currais. Assim, enquanto um escreve sobre a casa grande e a senzala, o outro passeia por sobrados e currais, aproximando o vaqueiro do fazendeiro como verdadeiros amigos, como faria o próprio Eurico ao fotografar-se junto a um vaqueiro, com as mesmas

vestimentas, legitimando a igualdade por ele descrita, conforme podemos observar no flagrante em que aparece o autor à esquerda de um vaqueiro, com trajes típicos, e que nada os diferencia. Somado a isso, o aperto de mão só faz legitimar a pretendida igualdade entre fidalgos e vaqueiros.



Fonte: BOAVENTURA, Eurico, A. *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS, 2006.

A imagem do vaqueiro tem uma representação tão significativa para Eurico, que ele chama Silvio Romero de autor que reproduz conceitos caducos e errôneos, pois Romero afirmaria em seus *Contos populares do Brasil* que o vaqueiro era um tipo brutal.

Não podemos negar que o autor/leitor de *Fidalgos e vaqueiros* apresenta um itinerário de leituras instigantes, pois são convocados como base de citação direta, mais de cem teóricos, de diversas classificações, apresentam-se junto a outros de quem Eurico discorda em alguns momentos, todos reunidos para ajudá-lo em refutações e conclusões. Não há nada de contraditório com o autor/leitor, há, sim, uma pluralidade dialógica que só faz contribuir para inserir *Fidalgos e vaqueiros* como importante obra do pensamento social sertanejo.

E assim, Anna, Isaías e Eurico, nas obras em análise, dentro de seus referidos contextos, constroem seu itinerário leitor, registrando linhas intertextuais em forma de um verdadeiro palimpsesto, com seus referenciais de leituras estabelecendo um diálogo crítico plural, imediato ou distante, do tempo e do espaço.

#### 5. 4 Na dolência melancólica: Finalizando a viagem sentimental

Nos longos serões dos memorialistas estudados, a conclusão da prosa seria sempre difícil, isso porque, no final de cada história, havia sempre uma deixa para o recomeço de outro serão, talvez mais animado com mais casos e mais ouvintes, futuros narradores. Para a conclusão desta dissertação, fica a certeza do reinício, e que o mapeamento de obras como *Matas do Sertão de Baixo*, *Longos serões do campo* e *Fidalgos e vaqueiros* é tarefa inicial de guardados de memórias tão valiosos, não só para o campo da historiografia baiana, mas também para o campo da literatura.

Ao focalizarmos nosso estudo na interpretação dos três memorialistas sabíamos sobre seus desdobramentos fronteiriços e fizemos uma aposta: os narradores mergulharam na memória, entendida por eles como fato psicológico indissociável do esquecimento, debruçando-se sobre acontecimentos igualmente importantes para a historiografia, para a família, para eles próprios e assim, como vimos, procuraram salvar o passado, reelaborando-o e buscando-lhe criar continuidades. Tal trabalho com memória e esquecimento parte, portanto, do presente, que precisa libertar-se daquilo que não foi suficientemente vivido ou narrado. Isaías, Anna e Eurico, portanto, apontam sugestivamente, em última instância e segundo nossa interpretação, para o exercício da memória através da escrita que não se reduz a uma mera transmissão, mas a um exercício em que os autores conseguiram, segundo a leitura apresentada, construir a experiência identificada nos relatos, a da subjetivação, por meio da qual eles elaboraram um *eu* para compartilhar a história e suas histórias, evitando o esquecimento.

Sabemos, no entanto, que, mesmo não tentando com este esforço encerrar o assunto, a pesquisa revelou-se significativa, pois trouxe à baila questões da maior importância: a perenidade das fronteiras da narrativa de caráter histórico ou literário; o reconhecimento de que a produção memorialística, mesmo quando não ficcional, tem características literárias, e, por fim, a aproximação de autores aparentemente díspares, mas tendo a memória como fonte recorrente e reescrevendo narrativas valiosas para a memória social da Bahia.

E antes de finalizarmos esta prosa, ressaltamos que nossa leitura das três obras não se quer fechada. Ela antes é assumidamente lacunar. Pretendemos, pois, trazer problemáticas que não se encerram nesta pesquisa, como aquelas a respeito das dificuldades de narrar nos tempos de hoje e da possibilidade de se realizar por meio da escrita um exercício de memória. As brechas assumidas neste trabalho não devem ser entendidas apenas no sentido negativo,



pois, se assim fosse, como buscaríamos comunicar as temáticas escolhidas sem contar com a reverberação do não dito?

Não reconstituiremos aqui, porém, todo o caminho percorrido. Acreditamos que as escolhas e os rumos tomados devem se mostrar justificados e acertados pelo desenvolvimento do trabalho, e não pelo traçado ilusório do que poderia ter sido feito, no qual todas as etapas de leituras se encadeariam como necessárias. Desse modo, no lugar de relembrar as etapas cumpridas ou reiterar as sínteses e conclusões apresentadas ao longo deste processo, optamos por reintroduzir a questão que nos acompanhou por quase todo o percurso: que as relações de fronteira entre as obras estão assentadas.

Nesse sentido, nossa pesquisa evidenciou que as três obras podem ser focalizadas como participantes ativas da construção da memória social, já que os discursos narrativos se entrecruzam (História/Literatura) desvinculados da preocupação de veracidade e objetividade, mas preenchendo lacunas que poderiam ficar silenciadas não fosse o trabalho memorialístico por eles tão bem elaborado. E ao trazermos à tona temas como História, Literatura e Memória, presentificados nas obras que articulam ficção, tradições populares do Brasil e principalmente do Nordeste, costumes, fatos políticos e sociais, dados de antropologia, de arte, gastronomia, religião e existência, eles indiscutivelmente superam e diluem com eficácia as fronteiras discursivas, podendo ser classificadas muitas vezes para além de determinadas rubricas biblioteconômicas. Superando-as sem se deixar determinar, às obras aqui elencadas basta apenas que se atenda aos apelos das vozes que murmuram conclamando os novos para novas leituras e análises que as livrem do esquecimento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: UNB, 1963.

ALENCAR, José. *O nosso Cancioneiro*. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960, v. IV, p. 961-983.

ALVES, Isaías de Almeida. *Matas do Sertão de Baixo*. Salvador: Repper, 1967.

ANDRADE, Carlos Drummond de. In: *Claro enigma. Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

ARAUJO, Jorge de Souza. *Florações de imaginários: o romance baiano no século 20*. Ilhéus/Itabuna: Via Litterarum, 2008.

ARAUJO, Jorge de Souza. *Fidalgos e vaqueiros: de monumento antropológico a ode do universo agropastoril*. Feira de Santana: UEFS. Revista Léguas & Meia. (no prelo)

ARISTÓTELES. *Arte poética*. In: *A poética clássica: Aristóteles, Horácio*. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Ruanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (obras escolhidas I)

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (obras escolhidas I).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Edufba, 1989.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 8. ed., Tradução Carlos Neger. São Paulo: Globo, 1999.

BOSI, Alfredo. *Figuras do eu: nas recordações de Isaías Caminha* In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. Atelier Editorial: São Paulo, 2003.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas* - Tradução. Ivo Barroso- São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8 ed., São Paulo: T.A Queiroz/Publifolha, 2000.

CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

COSTA&GONDAR. *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ática. 1998.

DELEUZE, Giles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FALCÃO, Juracy Dórea. *Eurico Alves e a figuração epistolar: fragmentos da cena modernista na Bahia e no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) Feira de Santana: UEFS/PPGLDC/ 2005.

FERREIRA, Pires Jerusa. *Armadilhas da Memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 25 ed., São Paulo: José Olympio, 1987.

GAY, Peter. *O estilo na história*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIRARD, Alain. *El diário como gênero Literário in: Revista do Occidente: El diário íntimo. Fragmentos de diários espanhóis (1995-1996)*. Madrid: Fundación José Ortega e Gasset, nº 182-183, jul/ago, 1996. p. 156.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LACERDA, Liliane de. *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de Leitores*. São Paulo: UNESP, 2003.

LEENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas-São Paulo: UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEITE, Márcia. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: SEUIL, 1975. nº 56, p. 413-434.

LEMAIRE Ria. (org). *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas-Porto Alegre: UNICAMP, 2000.

LIMA, Luis Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, Luis Costa. *Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINS, Wilson. *Apud BOAVENTURA, Eurico Alves. Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1989.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *O museu e o problema do conhecimento*. In: *Anais do IV Seminário sobre museus-casa: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: FCRB, 2002

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*, São Paulo: 1984, nº 10, p. 1-27

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: Editora/UNEB, 2002.

OLIVIERI-GODET, Rita. *et al. A poesia de Eurico Alves: imagens da cidade e do Sertão*. Salvador: EGBA, 1999.

PEDRAO, Fernando. *Recôncavo, uma análise social regional*. Salvador: FCE/UFBA, 1986.

PESAVENTO, Jatahy. LEENHARDT, Jacques. *Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional*. In: LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jathay (orgs). *Discurso histórico e narrativa Literária*. Campinas-SP: UNICAMP, 1998, p. 17-40.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução de Monique Augras. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v-2, n. 3, 1987, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.Fgv.br/revista/arq/43.pdf>>, acesso em 01/06/2006.

PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Rio de Janeiro: Globo. 1983. vol. 7.

QUEIROZ, Fernando Pinto de. *A capela do padre Matheus*. Feira de Santana-Ba: Sagra, 1995.

REGO, José Lins do. *Dias idos e vividos*: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

REMEDIOS, Maria Luiza Ritzel. *Histórias de vida e história literária: O caso de Josué Guimarães*. Disponível em [www.pucrs/fale/pós/historia da literatura/gt](http://www.pucrs/fale/pós/historia_da_literatura/gt) Acesso em 10 de janeiro de 2007.

REMEDIOS, Maria Luiza Ritzel. *Literatura confessional, autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papirus, 1997, (Tomo III).

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Clara Cralbé. *O espaço autobiográfico*. Coimbra: Almedina, 1977.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SAID, Edward. *Fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre livros e leituras*. Porto Alegre: Paraula, 1993.

SEVECENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Walter Guimarães. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia Sertaneja*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural)-Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2003.

SOUZA, Luana Soares de. *O eu (des)construído em Conta Corrente I, de Virgílio Ferreira*. In: *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SOUZA, Raquel Rolando. *Boitempo: a poesia autobiográfica de Drummond*. Porto Alegre: FURG, 2002.

TUAN, YI-FU. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WHITE, Haiden. *Meta-história: A imaginação histórica no século XIX*. Tradução José Laurêncio de Melo, São Paulo: EDUSP, 1992.